

LUÍS ERNESTO BARNABÉ

**LÍVIO E OS REIS ROMANOS: A DEFESA DE UMA
IDENTIDADE ROMANA**

Assis - 2006

LUÍS ERNESTO BARNABÉ

**LÍVIO E OS REIS ROMANOS: A DEFESA DE UMA
IDENTIDADE ROMANA**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, para a obtenção do título de Mestre em História (Área de Conhecimento História e Sociedade).

Orientador Dr. Ivan Esperança Rocha

Assis - 2006

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca da F.C.L. – Assis – UNESP

B259L Barnabé, Luís Ernesto
Lívio e os Reis Romanos: a Defesa de uma Identidade Romana / Luís Ernesto Barnabé. Assis, 2006
153 f.

Dissertação de Mestrado – Faculdade de Ciências e Letras de Assis – Universidade Estadual Paulista.

1. Roma – História – Augusto, 30 A.C. – 14 D.C. 2. Tito Lívio. 3. Roma – História – Reis, 753 -510 A.C. 4. História antiga. I. Título.

CDD 937

LUÍS ERNESTO BARNABÉ

**LÍVIO E OS REIS ROMANOS: A DEFESA DE UMA
IDENTIDADE ROMANA**

Data da Aprovação: 23/06/2006

BANCA EXAMINADORA

Presidente e orientador: Dr. Ivan Esperança Rocha – UNESP/Assis

Segundo Examinador: Dra. Renata Lopes Biazotto Venturini – UEM

Terceiro Examinador: Dra. Andrea L. Dorini de Oliveira Carvalho Rossi –
UNESP/Assis

AGRADECIMENTOS

Não seria capaz de chegar até aqui sem a colaboração de pessoas especiais que das mais diversas maneiras estiveram presentes nos momentos alegres, difíceis ou dificilmente alegres. Ao escrever esta dissertação percebi que pessoas podem ser tão importantes quanto os documentos.

Inicialmente quero agradecer aos meus pais Lineu e Rita, minha irmã Ana, e meus avós Ernesto e Hermelinda, pelo apoio e pela paciência.

A todas as amizades colhidas da época de Graduação ou do Mestrado, em especial a Raphael Sebrian pela força e amizade nos momentos mais importantes e sua mãe, a nossa “tia” Arlete, João Rafael Moraes de Oliveira, amigo e companheiro itatinguense na conquista das terras Assisenses, Fabiana Graciano, aos amigos do NEAM, Fernando Candido, Izabel Brito, Raquel Parmegiani, Tatiana Morya, Vander Soares, Vanessa Ziegler e Vanessa Fantacussi (minha inseparável companheira de Congressos). Ao professor e amigo Konrad Ludwig, pela ajuda com o abstract.

Agradeço também aos amigos mestrandos e doutorandos do Projeto Bolsa Mestrado, Eli Petrechen, Marco Aguiar e Soeli Vieira Corrêa, pelas angústias compartilhadas, mas, sobretudo, pelos momentos felizes que convivemos juntos, nos projetos realizados em conjunto, nas Orientações Técnicas de História. Agradeço ainda a todos os funcionários da Diretoria de Ensino de Botucatu que nos apoiaram, e agora se tornaram amigos, Maneco, Renata, Cida, Alessandro, Marli e em especial à nossa Supervisora “Dona” Cida (*In memorian*).

Quero ainda agradecer de maneira especial a três pessoas que me muito incentivaram e colaboraram para a realização deste trabalho. Andréa L. D. Oliveira Rossi, pela força desde a elaboração do projeto e nos momentos mais caóticos. Juliana Bastos Marques que desde nosso primeiro encontro se mostrou muito receptiva, dando mostras de uma amizade duradoura. Por também ser “iniciada” em Lívio, disponibilizou os seus exemplares das obras mais importantes sobre o assunto, indispensáveis e únicos no Brasil. E Sílvia Márcia Siqueira, amiga desde meus primeiros dias de NEAM, pela força mesmo nos momentos em que a distância continental do nosso país foi superada via internet pela amizade, pelos churrascos em Assis e moquecas em Aracaju.

Finalmente agradeço ao meu orientador Dr. Ivan Esperança Rocha, pela confiança depositada, pela paciência oriental e pelas ponderações nos momentos de reorganização e fechamento da pesquisa e do texto. Pelo exemplar comportamento ético e humano, espelho aos que se interessam pela relação de ensino-aprendizagem. Certamente, a pessoa a quem mais devo para a conclusão deste trabalho.

Agradeço a todos os funcionários do Programa de Pós-Graduação da Unesp de Assis, a CAPES, pela bolsa nos primeiros meses da pesquisa, e a Secretaria de Estado de Educação de São Paulo, pela bolsa do Programa Bolsa Mestrado, sem as quais este trabalho não seria possível.

RESUMO

No primeiro livro de sua obra, o historiador romano Lívio se dedica ao período lendário da fundação de Roma e ao período monárquico que se sucede. A publicação deste volume ocorre paralelamente aos primeiros anos do principado de Augusto. Ao caracterizar sua época como um período de decadência da sociedade, o historiador incita seus contemporâneos a recuperarem o respeito às antigas tradições através da sua história de Roma. Esta pesquisa visa analisar a construção das personagens históricas dos reis e identificar as influências do presente do historiador na sua composição, principalmente no que tange à defesa de um modelo de identidade romana calcado nas tradições do *mos maiorum*.

PALAVRAS-CHAVE Roma; Tito Lívio; Augusto; Reis Romanos

ABSTRACT

In his first book, the Roman historian Livy dedicates himself to the legendary period of the foundation of Rome and to the monarchic period that follows on. The publication of this volume takes place in the first years of Augustus' principality. In characterizing his age as a period of society decadence, the historian incites his contemporaries to recover the respect for the old traditions through the history of Rome. This research aims to analyze the construction of historical characters of kings and identify the influences of the historian's present in its composition, especially regarding the defense of a model of Roman identity based on the traditions of the *mos maiorum*.

KEY-WORDS Rome, Livy, Augustus, Roman Kings

Sumário

Listas de abreviaturas	10
Introdução	11
Capítulo I - <i>Ab Urbe Condita</i>: Historiografia Moderna e Historiografia Antiga	19
1.1. <i>Ab Urbe Condita</i> : Historiografia Moderna.....	20
1.1.1. <i>Ab Urbe Condita</i> : breve história de uma obra de história.....	20
1.1.2. As Interpretações Historiográficas Modernas.....	25
1.2. <i>Ab Urbe Condita</i> : Historiografia Antiga	29
1.2.1. Influências da historiografia helenística.....	29
1.2.2. Os predecessores romanos: os analistas e Cícero.....	47
1.2.3. Lívio.....	55
Capítulo II – O desconforto da grandeza: conquistas no Mediterrâneo e concepções de decadência	70
2.1. De Aníbal à morte de César: O enriquecimento romano e os novos arranjos da disputa pelo poder.....	71
2.2. Otávio e Antônio: o embate entre Apolo e Dionísio.....	80
2.3. O declínio moral da <i>res publica</i> na literatura greco-latina.....	84
Capítulo III - O relato dos reis e a constituição liviana da identidade romana	95
3.1. Datação da <i>Ab Urbe Condita</i> e a relação da obra com Augusto.....	96
3.2. A rusticidade dos primeiros reis: elementos da identidade romana em Lívio.....	106
3.3. Monarquia e tirania: os reis romanos e o presente de Lívio.....	119
Considerações finais	130
Referências bibliográficas	138
Fontes Impressas.....	139
Obras de Referência.....	141
Bibliografia.....	142

LISTA DE ABREVIATURAS

AJPh	American Journal of Philology
BAGB	Bulletin de l'Association Guillaume Budé
CB	Classical Bulletin
CP	Classical Philology
CQ	Classical Quarterly
CR	Classical Review
G&R	Greece and Rome
HSPh	Harvard Studies in Classical Philology
JRS	Journal of Roman Studies
LEC	Les Études Classiques
REA	Revue des Études Anciennes
RÉL	Revue des Études Latines
TAPA	Transactions and Proceedings of American Philological Association

Introdução

Uma obra que trata da fundação de Roma, no momento em que se espera que Roma seja re-fundada. Assim poderíamos sintetizar os objetivos de Lívio, ao apresentar ao público romano a sua história da cidade. Uma obra, que pela pretensa extensão, ocuparia praticamente toda a vida do historiador.

Estaria Lívio imprimindo um pessimismo melancólico à história de Roma? Levando em consideração o pessimismo do prefácio ao último livro esta poderia ser uma interpretação válida, caso o último livro tratasse a respeito da morte do famoso orador e do iminente desfecho da instituição republicana, ou caso tratasse de um episódio isolado, ou seja, do fracasso de Druso em 9 d.C. *Ab Urbe Condita* percorreria a trajetória de uma cidade que se tornou o império mais vasto conhecido até então, mas que, como todos os outros impérios, segundo a visão polibiana, estaria condenado ao declínio e a ser sucedido por outro povo.

Esta poderia ser uma maneira de interpretar a obra escrita por Lívio. No entanto, há dificuldades em aceitá-la. Entre os romanos, ou particularmente entre as camadas mais altas da sociedade, havia um sentimento bem difundido de predestinação a “administrar” o mundo, tal como se observa nos versos de Virgílio – *Tu regere imperio populos, Romane, memento. Haec tibi erunt artes, pacisque imponere morem. Parcere subiectis et debellare superbos* –; ou ainda, segundo Cícero, não apenas a capacidade bélica fundamentaria a supremacia romana sobre os demais povos – *não vencemos os espanhóis por sermos mais, nem os gauleses pela força, nem os cartagineses pela astúcia, ou os gregos pelas técnicas* —, mas sobretudo a escrupulosa observância das relações com os deuses (a *pietas* e a *religio*). Se assim os romanos se viam, ou gostavam de serem vistos, este deve ser um ponto de partida. Mas deve-se ressaltar que se trata de uma imagem que foi construída ao longo de séculos e que serviu para justificar o imperialismo romano.

Assim, outra referência importante é constatar que as conquistas romanas proporcionaram o enriquecimento do setor da sociedade que mantinha os vínculos mais estreitos com a administração do Estado romano, mas que este mesmo enriquecimento suscitava freqüentes comparações que os diferenciava moralmente de seus antepassados. Eles acreditavam que, enquanto seus ancestrais aspiravam à glória por meio de do serviço de Estado, os contemporâneos tinham colocado a sua própria ambição acima do bem público. O declínio da tradicional moralidade era sentido cada vez mais com o aumento da riqueza e poder de Roma.

As enormes oportunidades de autopromoções formularam o seguinte dilema: se os interesses particulares prevalecessem, Roma perderia seu Império, pois não teria nem homens nem recursos para controlar o vasto território: o consenso era essencial. Mas se os membros da classe governante se tornassem cada vez mais poderosos que os outros, o sistema oligárquico da república poderia ser substituído por um sistema que não beneficiaria a classe governante como um todo. Não por acaso, o pensamento romano valorizava a dedicação ao coletivo muito mais que ao individual, e não apenas com discursos “vazios” no fórum romano, mas com legislação restritiva ao comportamento dos cidadãos: as leis suntuárias para limitar os excessos, leis de exibição para verificar a cobiça e abusos relacionados por oficiais romanos, leis eleitorais, para prevenir os homens das compras de votos para os cargos.

No entanto, certas mudanças, tal como as que fizeram gerais responsáveis pelo butim, ou taxaço de cidadãos para que o estado pudesse prover o sustento de veteranos, ou criação de forças policiais que pudessem controlar a política pela violência, não estavam em relação direta com a tradição da independência aristocrática. Era mais fácil para o senado

desistir de uma província como o Egito do que fazer com que generais que se comportavam como reis quando voltavam de campanhas, entrassem na linha (GRIFFIN, 1995, p.171).

A compreensão de todo este processo em que a assombrosa expansão do *imperium* romano culminaria com décadas de conflitos entre os detentores dos direitos administrativos depende de um breve retrospecto das conquistas romanas e suas implicações na dinâmica da auto-gestão do estado romano. Para tanto, a reconstrução histórica desde as primeiras conquistas romanas no Mediterrâneo é necessária, pois garantiu aos romanos, além do butim dos povos conquistados, inúmeras vantagens comerciais e o enriquecimento dos cidadãos com acesso ao *cursus honorum*¹.

Este período, que se estende da vitória sobre Aníbal até a vitória de Otávio contra Antonio, é também conhecido como o período de decadência da República Romana. As novas configurações que se apresentam, a partir do século II, seriam observadas por autores romanos e estrangeiros como sinais de um processo de decadência dos costumes e da religião – o abandono das práticas tradicionais traz como conseqüência a omissão dos deuses na proteção da cidade. O expoente deste processo decadente são os conflitos entre poderosos generais romanos, com exércitos numerosos, que disputam o poder de um império rico em recursos. Estar no comando de Roma significa gozar dos benefícios que a administração de um conjunto territórios, nações, reinos e cidades que se estendem por praticamente toda a bacia do Mediterrâneo. Nestes conflitos, a população da península Itálica é a que mais sofre com os

¹ O *cursus honorum* (*curso honorífico* ou *caminho das honras*) designava o percurso seqüencial das magistraturas exercidas pelos políticos da Antiga Roma. Para se aceder a estes cargos era necessário, por exemplo, ter uma certa idade: questura (idade mínima de 31 anos); edilidade (37 anos); pretura (40 anos); consulado (43 anos). Verbetes disponíveis em: <http://www.hostgold.com.br/hospedagemgem_sites/Cursus_honorum>. Acesso em 10 maio 2006.

combates. A paz alcançada, no entanto, elimina frentes de oposição e a busca pela unidade ao redor da restauração da *res publica* conserva Augusto no poder.

Quando se lê o prefácio de Lívio, a primeira impressão que se tem é de um pessimismo diante da sociedade romana contemporânea. Lívio lamenta que Roma dobrou-se diante da sua grandeza (Pref.4), que o espetáculo dos males de sua época o estimulam a procurar refúgio nos primeiros tempos da história da cidade (pref.5), que depois de ter crescido o império, paulatinamente desabaram os princípios morais, costumes, e na época atual não é possível suportar os vícios nem seus remédios (pref. 8-9). E, finalmente, afirma que Roma foi invadida pela cobiça e pelo luxo (pref.11-12).

Lívio não está sozinho quando tece tais considerações. O clima de pessimismo para o período pode ser notado também em Salústio, Horácio, Virgílio, ou mesmo Augusto. No caso deste último há de se considerar, no entanto, que muito deste painel decadente tinha como propósito valorizar suas reformas².

Lívio agiria diferente? Teria se dedicado a um longo trabalho para comprovar que a história dos romanos estava chegando ao fim? Ou estaria procurando na história personagens exemplares, seja por atitudes positivas ou negativas, para ensinar seus contemporâneos a utilizar a história como ferramenta para o presente; ou então fatos ocorridos e opções tomadas que poderiam explicar o porquê das guerras civis?

Outro ponto importante. Ao escrever uma histórica, um padrão deve ser seguido. Qual a forma a ser utilizada? Analítica ou monográfica, ou ainda um relato da fundação das cidades? Quais itens são incluídos, quais evitados, quais são seus valores na política e na

² Em *Res Gestae* Augusto se vangloria das inúmeras realizações que promoveu para a melhoria de Roma, inclusive no campo moral e religioso.

guerra? A cultura romana colocou considerável pressão sobre os intelectuais em todos os campos para mostrar que seus trabalhos deviam possuir uma justificativa e aplicação prática: pois a literatura era tomada com seriedade e tinha que ter uma utilidade. Qual o uso da história em Roma?

Estes historiadores levantaram a questão de definição da própria Roma. A história de Roma era essencialmente a história de uma cidade que tendo um grande crescimento, incluiu em suas fronteiras a maioria do mundo conhecido, o que resultou no influxo de pessoas, idiomas, idéias, e que teria criado problemas de auto-representação. O que significa ser romano? Um tema mais específico, especialmente no que se refere aos historiadores, que eram homens engajados na política e no exército, era a vida pública. Política e guerra continuam a ser o ponto central, sendo comum a emergência de indivíduos que assumem papéis de destaque e posições de liderança. Este é um aspecto emergente não apenas na obra histórica de Lívio, mas também de Salústio e Tácito.

Normalmente períodos de profundas mudanças são concebidos como períodos de decadência, e especificamente no caso do final da república se faz necessário neste processo de mudança isolar a falência do sistema republicano da decadência moral proclamada pelos escritores romanos. Atualmente é consenso entre os historiadores o fato de que a instituição republicana não mais se adequava ao novo cenário do mundo romano. Mas isso não quer dizer que a decadência (ou deficiência) da instituição político-administrativa-militar se reflita num processo de decadência da sociedade como um todo. Mais que definir o período como decadente, é necessário relativizar a decadência, procurando se entender quais motivos levaram os escritores da época a deixar sua opinião escrita, levando-se também em consideração o fato de estes mesmos escritores não se perfilarem de maneira homogênea.

Seria possível estabelecer relações entre as intenções de Lívio de uma história total de Roma com o presente desconfortante para os romanos, repletos de guerras civis, proscricções, e tudo mais relacionado com a frenética busca pela permanência no poder? O capítulo III tem por intenção analisar os motivos de Lívio para esta guinada ao passado mais remoto possível da história romana, procurando entender como passado e presente se articulam. Nesse sentido, não é demais lembrar que no prefácio de sua obra Lívio menciona a discrepância que pode haver entre ele e seu público, uma vez que este último está mais interessado no presente, enquanto que o historiador busca no passado um “refúgio”.

O que une os capítulos II e III, e conseqüentemente toda a argumentação desta pesquisa, é o parágrafo 9 do prefácio do livro I de Lívio. O historiador de Pádua não quer apenas lamentar-se diante da decadência de Roma e as transformações ocorridas com a sua expansão; mas ao contrário deseja que a sua história seja considerada como exemplo para a restauração dos valores romanos. O pessimismo impresso no prefácio, e seu tom de “posso pela história oferecer os melhores exemplos a serem imitados” demarcam claramente uma posição tradicionalista de Lívio. Esta é uma questão que ainda fica por se resolver, dado que Lívio não é um membro das famílias tradicionais romanas: por que se propõe a defender a tradição? Tentaremos propor algumas possibilidades de entendimento desta questão..

Enfim, o que se percebe da obra liviana é que, o lamento acerca da decadência romana, não evoca simplesmente a disputa corrente entre dois modelos de civilização – o itálico e o oriental – mas a maneira como se estabelecia na sociedade da época de Lívio a preocupação por parte de segmentos da elite romana em se valer das diferenças culturais a fim de se estabelecer fronteiras. O maior exemplo disso, como se pretende demonstrar neste trabalho

pode ser encontrado na caracterização ambígua, às vezes contraditória, presente na representação da figura dos reis e toda a sua carga mitológica.

Capítulo I

Ab Urbe Condita: Historiografia Moderna e Historiografia Antiga

1.1. *Ab Urbe Condita*: Historiografia Moderna

1.1.1. *Ab Urbe Condita*: breve história de uma obra de história

Segundo a tradição, a História de Roma de Lívio é composta por 142 livros, dos quais apenas 35 chegaram até os dias de hoje. O objetivo de Lívio era recontar a história de Roma, desde a sua fundação por Rômulo (datada pela historiografia moderna em 753 a.C.) até os seus dias atuais. Além dos 35 livros, existem Sumários de toda a obra (*Periochae Omnium Librorum*) – copiados de um epítome³ composto no século I d.C. que chegaram quase inteiramente, excluindo-se os dos livros 136 e 137. Ao que parece Lívio chamou sua obra simplesmente de *Ab Urbe Condita*, *Desde a Fundação da Cidade* tal como Tácito havia chamado seus Anais de *Ab Excessu Divi Augusti – A partir da Morte do Divino Augusto*.

Além do fato de ter dedicado grande parte de sua vida na composição desta obra monumental, são poucas as informações que indicam com maior precisão aspectos da vida do historiador. Seguindo a tradição, encontrada em Jerônimo, supõe-se que Lívio tenha nascido em 59 a.C. em Pádua, cidade localizada na região norte da Itália. Nesta época, o domínio de César sobre o Estado romano estava em pleno curso, e o território da Gália Cisalpina era considerado como estratégico para assentamentos de veteranos do exército, tal como ocorreria com a propriedade de Virgílio décadas depois, em Mântua, não muito distante de Pádua. Em 49 a.C. Pádua torna-se municipalidade romana, e seus habitantes são incorporados à *gens* Fábia. Era um lugar de grande comércio, especialmente têxtil e durante o governo de Augusto

³ Devido a extensão e interesse pela *Ab Urbe Condita*, a partir do século II d.C. surgiram epítomes (resumos). Entre os mais famosos destacamos a obra de Floro, que, contudo, utiliza outras obras além da *Ab Urbe Condita*; epítome de Granio Liciniano (séc. II ou III d.C.), descoberto num papiro no British Museum e os fornecidos pelo papiro de Oxirrinco. Destes epítomes é que surgiram os *periochae* que conhecemos hoje.

talvez tenha sido uma das cidades mais ricas na Itália, e que contrastava com Roma pelas simples maneiras de seus habitantes e a sua estrita moralidade diante da capital cosmopolita. Plínio (Epist. 1.14.6) ao escrever sobre uma certa Sarrana Procula, de Pádua: *Você sabe as maneiras do lugar; Sarrana é modelo de rigidez até para os paduanos*. O motivo que levou Lívio a deixar Pádua é incerto, mas é provável que seus gostos e caráter tenham sempre sido influenciados pelas tradições de sua cidade natal.

Ao que parece, nunca exerceu cargo público, e se dedicou inteiramente à literatura. Sêneca diz que ele escreveu diálogos que alguém poderia classificar entre o gênero histórico ou filosófico. Quintiliano cita uma carta de Lívio ao seu filho, recomendando-o a praticar oratória e ler Cícero e Demóstenes. (Quint. 10, 1. 39). Da vida social, sabe-se apenas que gozava da amizade de Augusto e provavelmente desde que chegou a Roma. Mas entre as certezas há somente o fato de que fora preceptor do futuro imperador Cláudio (nascido em 9 a.C). Lívio morreu três anos após Augusto, aos 76 anos de idade. Jerônimo diz que ele morreu em Pádua, mas não se sabe estava lá apenas de passagem ou se havia voltado para sua terra natal.

Sua obra pode ser dividida em grandes blocos de cinco ou dez livros. Há prefácios no início de determinados livros, considerados como um artifício para definir a transição entre um tema e outro de sua obra. No livro 2, que inicia com um breve prefácio exaltando a liberdade conquistada com a expulsão dos reis. O prefácio do livro 5 valoriza a *pietas* enquanto que o prefácio do livro VI, assim como o prefácio do livro 31, fala em renascimento dos romanos.

Este e outros artifícios são considerados como estratégias mnemônicas (KRAUS & WOODMAN, 1997, p. 59)⁴.

O fato de os livros se constituírem em conjuntos temáticos acena para a idéia que Lívio, ao menos para os primeiros livros, tencionava realizar uma divisão estruturada. É o que se observa, por exemplo, no Livro I que cobre o período monárquico (753-509) e nos livros 2-5 (509-390) que cobrem o período da constituição da república até os conflitos com os gauleses, que incendiaram e saquearam Roma.

O intervalo entre os livros 6 - 10 (389-292) narra a expansão romana sobre a Itália central e sul, subjugando militarmente etruscos, latinos e samnitas, além dos primeiros conflitos entre patrícios e plebeus. As informações sobre o assunto tratado no intervalo dos livros 11-20 (290-220) provêm dos *Periochae*, uma vez que estes livros estão perdidos. Neles se retratam conflitos com os gregos do sul da Itália e a I Guerra Púnica.

Os livros 21-25 e 26-30 percorrem a II Guerra Púnica (218-201). Nos cinco livros iniciais descrevem-se reveses sofridos por Roma e, a partir do livro 26, inicia a recuperação militar sob o comando de Cipião; a vitória sobre Aníbal é descrita no livro 30.

Os livros 31-35 descrevem a II Guerra Macedônica, os livros 36-40 as operações militares na Grécia, consolidando a influência romana na região; e finalmente os livros 41-45 tratam especialmente da III Guerra Macedônica (MELLOR, 1999, p.53-54). Estes últimos conjuntos de livros enfocam os impactos negativos do movimento expansionista sobre a sociedade romana. Aqui Lívio enfoca o tema da luxúria e ferocidade (MELLOR, 1999, p. 59).

⁴ Essa discussão será melhor apresentada adiante, na segunda parte deste capítulo, quando formos tratar da influência da retórica em Lívio.

Quanto mais perto a narrativa chega do presente de Lívio, mais detalhada e cronológica se torna sua obra. Enquanto o Livro I, por exemplo, cobre cerca de 300 anos, os livros a partir da terceira e quarta décadas passam a trazer relatos quase que anuais, seguindo a características dos analistas romanos. O próprio Lívio afirma em 31, 1, que para tratar dos sessenta e três anos de duração das duas Guerras Púnicas, foram necessários o mesmo número de livros, quinze, para os 488 anos que compreendem o período desde a fundação da cidade até o consulado de Ápio Cláudio. Isso pode ser justificável pela maior disponibilidade de fontes para o período posterior ao saque e incêndio gaulês em 390 a.C., como é apresentado no prefácio do livro VI, quando Lívio acena para a possibilidade de se apoiar em documentos e monumentos públicos ou privados, fato que o deixa mais seguro.

A questão do ponto final da obra de Lívio é controversa. A pretensão inicial de Lívio era concluí-la com a morte de Cícero, em 43 a.C., e assim totalizar 120 livros, mas segundo Kraus & Woodman (1997, p.54) e Mellor (1999, p.55) esta idéia teria sido modificada para incluir o triunfo e o reinado de Augusto até a sua morte (livros 121-142)⁵. Canfora (1993, p.177) defende que há uma possibilidade de que a obra tenha ido além do próprio livro 142. O que se sabe com certeza é que o sucesso da obra foi imediato e duradouro. Lívio compartilhava com Virgílio a honra de ser o mais lido dos escritores latinos. O único comentário que destoava do coro de admiração é o de Asínio Polião, que reprovava Lívio pela sua *Patavinitas*⁶. Plínio cita um jovem de Cádiz que fez questão de conhecer Lívio pessoalmente. Para Sêneca, o Velho, Lívio foi o mais puro de todos os grandes talentos

⁵ Embora este livro esteja perdido, os elogios que Lívio proferiu a Cícero são mencionados por Sêneca, o Velho (MELLOR, 1999, p.61)

⁶ Para mais detalhes, ver artigo de Kurt Latte *Livy's Patavinitas* de 1940.

latinos. Tácito também admirava Lívio, considerando-o o mais eloquente dos antigos historiadores.

Quintiliano comparou-o com Heródoto, e mencionou a brilhante fascinação de sua narrativa, sua clareza, e sua expressiva eloquência de seus discursos. Também destacou sua representação das emoções, particularmente, a de nobreza, na qual ele afirma que Lívio não possuía concorrentes.

A extensão da obra de Lívio certamente foi uma das causas que impediram sua completa conservação. Segundo a tradição, Marcial havia afirmado que seria necessária toda uma biblioteca para armazená-la. Apesar do exagero, quer-se dar uma idéia da dimensão da obra de Lívio. Além do problema físico, *Ab Urbe Condita* sofreu problemas de ordem ideológica. Calígula ordenara sua exclusão de todas as bibliotecas públicas (*Suetônio Calígula*, 34), enquanto Domiciano encomendara o assassinato de Metius Pomposianus, que em seus discursos utilizava as idéias do historiador paduano (*Suetônio Domiciano 10.3, apud OLGIVIE, 1971, p.xi*).

A Obra de Lívio tornou-se a principal fonte secundária para os escritores posteriores comporem seus materiais. Entre os autores que se apoiaram em Lívio estão Luciano, Silius Italicus, Asconius, Valerius Maximus, Floro, e os gregos Dião Cássio e Plutarco. Durante o papado de Gregório I (590-604), muitos exemplares da *Ab Urbe Condita* foram destruídos por conterem e propagarem superstições e prodígios pagãos (*CIRIBELLI, 1978; p.31*).

Pouco lido na Idade Média, foi novamente admirado no renascimento. Dante, que o usou no segundo livro *De Monarchia* e na *Divina Commedia*: “Lívio (...) *Che non erra*” (*Inferno 28,12*). Os italianos do renascimento se interessaram bastante por Lívio. Petrarca

esperava encontrar as décadas perdidas de Lívio, assim como o Papa Nicolau V. A partir da edição dos livros 21-26 por Laurentius Valla em 1469, inauguraram-se os estudos críticos do texto. Pouco antes, em Florença, Maquiavel publicou os famosos *Discursos sobre a primeira década de Lívio* (escritos em 1517 e publicados em 1531).

1.1.2. As Interpretações Historiográficas Modernas.

Os estudos acerca de Lívio se intensificaram a partir do século XIX. Os primeiros esforços se detiveram no estabelecimento de um texto a partir da comparação dos manuscritos sobreviventes e recolhidos pelas mais diversas universidades européias. Um segundo passo no estudo da obra de Lívio se deu no campo filológico, visando principalmente estabelecer os aspectos de sua latinidade e de seu estilo.

A Alemanha se consagrou como o grande centro das pesquisas, principalmente a escola da *Quellenforschung*, cujos estudos se dedicavam sistematicamente em estabelecer quais fontes literárias foram utilizadas por Lívio em sua narrativa. As referências aos diversos analistas romanos foram apontadas, e em alguns casos até se estabeleceu comparações entre os textos destes autores e Lívio. Outro enfoque dado pela escola era a leitura crítica do texto de Lívio, procurando apontar suas inconsistências ou anomalias, e isso acabou por constituir um senso comum de que Lívio era indiferente em alguns pontos, falho em outros e isso fazia com que seu texto fosse caracterizado como uma cópia mecânica de outras fontes escritas. Considera-se Lívio como extremamente dependente de suas fontes, a ponto de confiar e seguir apenas uma de cada vez, e quando se via forçado a alternar entre muitas ocorriam confusões cronológicas, contradições, repetição da mesma história, referências cruzadas. Tal

consideração tinha gerado um consenso de que não haveria um critério de organização da obra liviana.

No estudo introdutório da edição da Loeb Classical, assinado por Foster, escrito em 1919 Lívio é caracterizado como

deficiente em algumas das mais essenciais qualificações para a produção de uma história de Roma como a que satisfaz os critérios de nossa época. Nem bem informado nem especialmente interessado em política ou na arte da guerra, e faltando até conhecimento prático de questões constitucionais como os ganhos de seus contemporâneos por participarem nos negócios do Estado (p.xxvi).

E as críticas de Foster ao historiador paduano continuam. Reproduzindo as críticas correntes na época, acusa-o de ter a *mente fundamentalmente a-crítica, e sem habilidade o suficiente para submeter suas fontes a um juízo como escolher as mais seguras e descartar as menos confiáveis*. Acusa-o ainda de *indiferença incrível diante de documentos originais (p.xxvii)*. Assim, recomenda que o estudante de história deva usar Lívio com cuidado.

Em sua análise sobre a trajetória das pesquisas de Lívio, Miles (1998, p.1-2) aponta um segundo grupo de estudiosos que ele designa por Escola de Interpretação Retórico-Temática, cujo mais eminente representante foi Erich Burck, com uma outra percepção do teor da obra de Lívio. Esta Escola defende a excelência literária da obra, considerando-a um compêndio de

histórias tradicionais, valores e atitudes, mas não se dá conta dos paradoxos e contradições que caracterizam o período de transição da República para o Império romano (MILES, 1997, p.3).

Colingwood (1946) também foi uma importante referência para os estudiosos de Lívio. Em seu trabalho *A Idéia de História* se ocupou em apontar as deficiências de Lívio enquanto historiador. *O trabalho de Lívio consistiu em reunir os documentos tradicionais e em fundi-los numa única narrativa contínua – a história de Roma.* Colingwood entende que a obra de Lívio representa uma, não diversas histórias, uma história cuja heroína é Roma.

A geração seguinte de estudiosos britânicos, encabeçada pelos estudiosos Walsh⁷, McDonald⁸, Briscoe⁹, Ogilvie¹⁰, tendeu a tomar duas direções: consolidação e compreensão do texto de Lívio e a compreensão de particularidades (LUCE, 1977, p. xvi). Nas palavras de Walsh: “depois de mais de cem anos de pesquisa sistemática (encabeçada pelos pesquisadores alemães), as fronteiras entre certezas razoáveis e especulações ingênuas estão agora bem definidas” (1961, p.114).

Mas o estudo mais revolucionário, considerado o divisor de águas pela historiografia atual deve-se a T. J. Luce, *Livy, The Composition of His History*, de 1977. A partir de um artigo publicado anteriormente, em 1965, o estudioso inglês iniciou um cuidadoso estudo com o mérito de dialogar com a tradição dos estudos anteriores e, tal como seus contemporâneos já esboçavam, passa a elaborar novos procedimentos na análise da relação de Lívio com suas fontes. Luce considerava que Lívio não seria apenas como estilista, narrador ou retórico, como

⁷ Seus trabalhos começaram a ser publicados com um artigo em 1955, *Livy's Preface and the Distortion of History*; outro artigo de 1958, *Livy and Stoicism* e com a publicação do livro em 1961, *Livy: Historical Aims and Methods*. E finalmente *Livy, de 1974*, um encarte especial do periódico *Greece and Rome*. Há também a tradução comentada de 1990, *Livy, Book XXXVI-Book XL*.

⁸ Publicou os artigos *The Style of Livy* em 1957, e *Theme and Style in Roman Historiography* em 1975.

⁹ Publicou traduções críticas: *A Commentary on Livy Books XXXI-XXXIII* em 1973; e em 1981 *A Commentary on Livy Books XXXIV-XXXVII*

¹⁰ Também publicou tradução crítica *A Commentary on Livy Books 1-5, de 1965*.

pregavam os estudiosos alemães. Mais que isso, Lívio *deveria ser visto como um escritor preocupado com a produção de uma história digna e estimulante sobre seu povo, que poderia rivalizar com os grandes historiadores gregos* (1977, p. xix). Ao longo dos sete capítulos Luce desmistifica a estrutura da *Ab Urbe Condita* enfatizando que a contribuição pessoal do historiador para a sua história tem sido julgada sempre inteiramente em termos de cenas e episódios individuais. Mas ao contrário, *quando (Lívio) avança sobre suas fontes, as conduz para uma boa escrita e excitante leitura; ele remodela e recolora o material de acordo com seus interesses e predileções. Eu acredito que ele tinha o controle das fontes, mais que uma mera vítima delas* (p. xxv).

Luce enfatiza que o caráter romano para Lívio é historicamente determinado, ao contrário do que sustentava a longa tradição de pesquisadores, principalmente por meio das afirmações de Colingwood, para quem Lívio considerava “Roma como uma substância, imutável e eterna, dada como completa desde o seu início” (1946, 43-44).

A obra de Lívio não seria mais encarada como um aglomerado de fontes de segunda mão e reprodutora inocente da tradição recorrente. Passa-se então a levar em consideração que a tradição romana ao ser manuseada por Lívio adquire um perfil original, que dialoga com a tradição estabelecida, mas que também ao se referir a esta tradição imputa-lhe questões específicas de sua época.

Novos elementos que comprovaram a especificidade e complexidade na obra de Lívio surgiram ao longo da década de 90. Com relação à religião, por exemplo, Levene demonstra que a abordagem da religião não pode ser vista como homogênea ao longo das décadas sobreviventes da obra, possuindo sim um aspecto religioso distinto que não pode ser

determinado pelo assunto em questão. Exemplifica pela comparação entre as décadas. Na quarta década Lívio demonstra espontaneidade para alterar radicalmente seu tratamento normal do divino quando o completo objetivo da sua narrativa faz isso apropriado para fazer então.

Ao se examinar a religião romana no começo ou no fim da república no contexto dos eventos políticos e militares, deve-se tomar cuidado ao lançar conclusões de justaposições significantes entre o posterior e, relatos do sobrenatural ou atos de piedade. Ou mais genericamente, o fato de a religião ser relacionada a um grande papel de narrativas na terceira e quinta décadas do que usualmente na quarta década poderia ser assumido para refletir o relativo significado da religião nos eventos políticos e militares dos respectivos períodos. A religião em Lívio não é uma entidade singular e monolítica. (1991, p.141-148).

Segundo Miles, Lívio foi um “produto” de sua própria época e circunstâncias pessoais. Sua obra é uma combinação de elementos da tradição romana, do pensamento helenístico e da ideologia de Augusto. Unidos elas contribuem para construir uma narrativa geralmente original, composta por muitas camadas complexas e sutis (1998, p.99).

1.2. *Ab Urbe Condita*: Historiografia Antiga

1.2.1. Influências da historiografia helenística

A prática de se escrever obras de História em Roma, notadamente a partir de Fábio Píctor se apresentam como influência do processo de helenização da cultura romana a partir do século III a.C. E as primeiras composições romanas, tal como no caso das obras de

Fábio Píctor e Névio se deram em grego. Havia entre os romanos a preocupação em interagir com os territórios influenciados pelo helenismo¹¹, de tal modo que – como os romanos sempre fizeram muito bem – a integração cultural acabou por revelar um fascínio romano pela cultura literária grega abrangendo desde a poesia, ao teatro, as artes oratórias, a filosofia e a história. Como diria Horácio, “*A Grécia vencida submeteu o vencedor e introduziu artes no Lácio agreste*” (Ep. 2, 1, 156).

Em decorrência da influência da historiografia grega em Roma, dois temas que se salientarão no momento de contato com a obra de Lívio podem ser apontados e por isso devem ser melhor explorados a partir de agora; estes dois temas acabam por se entrelaçar e definem bem as preocupações dos historiadores gregos a partir de Heródoto e Tucídides: o primeiro remete à preocupação em deixar em evidência a oposição entre os mitos, o fantástico e o racional, apoiado em evidências¹²; e o segundo ao interesse e à preocupação pela ordenação

¹¹ Para mais detalhes sobre o posicionamento romano diante do influxo cultural grego, ver o capítulo *The Appeal for Hellas* de E. S. Gruen, que discute as ambigüidades na relação que os romanos estabeleceram com o helenismo a partir do século III a.C. Para o autor, entre as classes altas desde o século II havia uma imagem positiva acerca do Helenismo, mas que não deve ser vista de maneira simplificada, pois a aceitabilidade do helenismo estaria subordinada aos objetivos nacionais romanos. Isso pode ser demonstrado pela imposição do latim nas relações oficiais e no aparecimento de legislações estrangeiras diante do senado. Epístolas, decretos e outros documentos senatoriais dessa ordem demonstram a familiaridade dos romanos com as convenções helênicas. Além disso, muitos romanos com destaque social se tornaram abertamente devotos do helenismo, e a formação dos jovens em grego servia como base para projeção social. Por outro lado, a ostensiva resistência ao helenismo, mencionadas principalmente nos episódios de repressão a Bacanália e na destruição dos livros de Pitágoras devem ser entendidas como medida de controle da religião pelas autoridades romanas, bem como a subordinação de elementos do helenismo aos valores romanos, tal como a expulsão dos filósofos de Roma não objetivava controlar seus discípulos, mas assegurar à comunidade romana o papel de custódia das tradições romanas. Do mesmo modo, o estereótipo dos gregos atuam no mesmo sentido, ou seja, de acentuar as qualidades romanas e o *mos maiorum*. Assim o helenismo servia aos romanos de duas maneiras: enriqueciam sua herança cultural e sobre-valorizava seus méritos; tornavam-se herdeiros de uma cultura que apesar de suas qualidades, foi conquistada e submetida (p.269-271).

¹² Deve-se dar atenção às sugestões de M. Foucault, em “*O que é um autor?*” (1992), debate que desde a época desta sua fala, 1969, e até os dias de hoje, fornece parâmetros aos historiadores para a compreensão da mobilidade de tradições discursivas. Foucault enfoca o papel do autor:

a) Em sua relação com as práticas discursivas, com os propósitos de dessacralização do autor (p.34);
 b) Que o nome de um autor traz consigo um peso nos discursos, pois “assegura a caracterização de um certo modo de ser do discurso” e não pode ser relacionado com um “indivíduo real e exterior que o produziu” (p.45). Tal processo é designado função autor;

cronológica, como demonstração de rigor científico do relato histórico a ser trabalhado (no caso a história romana desde sua fundação).

É certo que Heródoto e Tucídides inauguraram métodos historiográficos, mas não se deve omitir a relação que havia entre suas escolhas e a tradição racional da polis grega, e a tradição homérica.

No campo da história, os gregos foram os primeiros a desenvolver alguma noção de métodos de ordenação de eventos do passado. Assim, o principal e inovador critério de que se valiam era a distinção entre fato e fantasia. Estes procedimentos devem ser situados entre os séculos VI e V a.C., quando a sociedade grega, sob a aparição da cidade isonômica, suscitou em alguns, principalmente médicos, artistas e filósofos da natureza, questionamentos a respeito da ordem do mundo; algo que se opunha à prática comum de compreensão do mundo com a finalidade de manutenção. Como afirma Hartog: “a audácia de perguntar, de discutir, e de confrontar pontos de vista, encontram-na eles nessa experiência política inédita que faz comunidades estritas afirmarem a legitimidade de se auto-instruírem, sem que o céu desabasse sobre suas cabeças” (2001, p.17). Segundo Momigliano, um ponto de referência que deve ser tomado quando se trata da crítica ao mito encontra-se na figura de Xenófanes de Cófolon (aproximadamente 560-470 a.C.), que ousando não acreditar nos deuses tradicionais

c) No interior desse processo da *função autor*, há aqueles cuja produção não se restringiu somente a livros, mas a “possibilidade e a regra de formação de outros textos”, os quais são designados de *fundadores de discursividade* (p.58).

E concluindo sua exposição: “Talvez seja tempo de estudar os discursos não somente pelo seu valor expressivo pelas transformações formais, mas nas modalidades de sua existência. Os modos de circulação, e a apropriação dos discursos variam com a cultura e se modificam no interior de cada uma” (p.68-69). É importante tomar como um pressuposto teórico-metodológico que a delimitação proposta na figura destes dois historiadores deve ser entendida pela recorrência constante da tradição ocidental às suas obras. É atribuído a Cícero o reconhecimento de Heródoto como o pai da História, e nesta perspectiva de leituras e releituras dos textos de Heródoto e Tucídides se dará a constituição dos modelos de composição das obras de História não apenas do objeto desta pesquisa, a historiografia romana – representada aqui por Lívio – mas também, significativamente da produção historiográfica ocidental.

enfaticava a incerteza do conhecimento humano e a relatividade das concepções humanas, transpondo as opiniões mais tradicionais acerca da relação entre deuses e homens (2004, p.56-7). Entre suas afirmações, é celebre sua crítica aos mitos como base explicativa do mundo. Os deuses não seriam nada além do que a própria invenção humana; e para demonstrar este ponto de vista afirma que se *fossem pintados ou descritos por burros e cavalos, andariam sobre quatro patas e profetizariam como as bestas*.

Assim, segundo Vernant este processo que tem duração entre o século VIII e o IV, implicou no distanciamento entre *mythos* e *logos*, que originalmente não se contrastavam, tal como se observa nos compostos *mythologein*, *mythologia*, e cujos valores semânticos são vizinhos e que se relacionam às diversas formas do que é dito (1999, p.172). E a principal característica da oposição entre *mythos* e *logos* se dará pela transição da tradição oral para a escrita, principalmente presente na prosa. Afinal, a redação em prosa de tratados médicos, narrativas históricas, discursos de oradores, dissertações de filósofos não se diferenciam em relação à tradição oral somente como um novo modo de expressão. Mais que isso, implicam em uma nova forma de pensamento. Desse modo, o *logos* adquire um novo sentido se contrastado com novamente com *mythos*. Não é mais por meio da palavra, mas a racionalidade demonstrativa, argumentativa é que se estabelece um abismo entre as entidades abstratas dos filósofos e as potências divinas, presentes nas narrativas mitológicas.

Além disso, outro aspecto a ser destacado se remete à perspectiva da relação do receptor da mensagem, pois a partir do texto escrito o leitor pode voltar infinitamente ao texto, e posicionar-se de maneira crítica. Além do mais, a leitura supõe uma outra atitude de espírito, mais distanciada e ao mesmo tempo mais exigente, que a escuta de discursos pronunciados. Entre os gregos já havia esta consciência: à sedução da palavra que deveria encantar a platéia

era contraposto o valor durável de um texto, no seu sentido de utilidade. A oposição entre prazer e utilidade acaba por se firmar na oposição entre *mythos* e *logos*.

Deste ponto de vista, tudo que dava à palavra falada seu poder de impacto, sua eficácia sobre outrem, se achava, dali em diante rebaixado à classe de *mythos*, do fabuloso, do maravilhoso, como se o discurso só pudesse ganhar na ordem do verdadeiro e do inteligível, perdendo ao mesmo tempo na ordem do agradável, do emocionante e do dramático (VERNANT, 1999, p.175).

Antes da consolidação deste processo, o mito servia como base explicativa para toda a realidade, inclusive para questões de moral e conduta. A partir das narrativas mitológicas e épicas, eram descritos guerras e viagens marítimas, banquetes, funerais e sacrifícios, todos muito reais e vividos. O épico “poderia conter inclusive algumas sementes do fato histórico – mas não era a história. Como todo mito era atemporal” (FINLEY, 1989, p.7).

A perspectiva atemporal refletia a concepção de mundo daquelas sociedades, uma vez que ela não gerava inquietações, nem conflitos, mas o oposto: a constituição de uma identidade comum. Como enfatiza Finley: “as gerações anteriores (à invenção da história) *sabiam* muito menos acerca de seu passado do que nós, mas talvez *sentissem* em relação a ele uma noção de identidade muito maior” (1989, p.27).

É certo que os contos de Homero ou Hesíodo influenciaram a narrativa histórica, e as freqüentes menções genealógicas se fizeram presentes em muitas obras de historiadores gregos. O célebre exemplo de Hecateu pode ser citado para comprovar a continuidade na recorrência à genealogia. Segundo Heródoto (II,143), Hecateu se vangloria diante dos sacerdotes egípcios por contar dezesseis ancestrais, sendo o décimo sexto um deus, mas que

para o espanto do historiador de Mileto, era ínfima perto das 345 gerações sacerdotais sem qualquer traço de deus ou herói no início da lista.

O que este exemplo fornece de mais significativo está na gradual ruptura do método histórico com a tradição homérica. Diante da “tradicional proximidade com o divino” da genealogia grega, Hecateu se pronunciará da seguinte maneira: “*Eu Hecateu direi o que acredito ser verdade, pois os logoi dos gregos são, para mim, muitos e dignos de riso*”. E tal pronunciamento, segundo Momigliano, deve ser entendido como uma ruptura com a tradição de Hesíodo, que inspirado pelas musas, reconhecia que elas nem sempre falavam a verdade. Hecateu, apoiado em uma referência estrangeira, se voltaria para a tradição lendária grega como diversa e fantasiosa. Sua busca, a partir de então, por referências racionais encontra um forte apoio na comparação com uma cultura externa.

Se os deuses poderiam ser encontrados a partir da décima sexta geração isso não significaria mais que os deuses estiveram até há pouco dentre os gregos, mas sim que o contato entre dois povos, em que um apresentava um calendário que remontava a longínquos ancestrais sem qualquer presença do divino, obrigava Hecateu a rever aspectos cronológicos estruturados a partir da tradição grega.

A dicotomia entre gregos e bárbaros encontra na geração de Hecateu um ponto de referência que será seguido pelos demais gregos das gerações posteriores. A consolidação do modo de vida da *pólis*, e o uso da razão servirão como parâmetros para o julgamento depreciativo de Heráclito: o idioma dos que não são gregos é assemelhado ao balir das cabras, ou seja, é considerado um “idioma” de animais, incapazes de agir racionalmente. Por outro lado, Hecateu e sua admiração e reconhecimento da longevidade dos egípcios, demarcam uma

corrente filo-barbara, nas palavras de Momigliano (2004, p.59). Heródoto, no rastro de seu antecessor, também se deslumbraria com os egípcios, particularmente em Euterpes, o segundo capítulo de sua *História*. E o caráter etnográfico destes dois autores evidencia o interesse deles no estabelecimento da verdade por meio do outro também.

Heródoto inicia sua obra demonstrando sua preocupação em preservar os acontecimentos provocados pelo homem, para que não sejam apagados, quer tenham sido evidenciadas pelos gregos ou pelos bárbaros. Semelhante a Hecateu, Heródoto se lançara em viagens pelo território do “outro”. Do contato com o outro, da observação da diferença, surge a oposição do outro ao grego. A observação dos dois lados – ainda que segundo Hartog o outro apenas seja visto a partir de uma perspectiva do grego (1999) – oferece ao historiador de Halicarnasso um método de se alcançar alguma conclusão através da comparação.

Esta é a exposição de Heródoto de Túrio, para que nem os acontecimentos provocados pelos homens, com o tempo sejam apagados, nem as obras grandes e admiráveis, trazidas à luz tanto pelos gregos quanto pelos bárbaros, se tornem sem fama – e no mais, investigação também da causa pela qual fizeram guerra uns contra os outros.

A inovação de Heródoto consiste em trabalhar a História no sentido de inquérito por meio da associação de três eixos – a análise etnográfica, a pesquisa constitucional e a história bélica – que geralmente eram arranjados dois a dois. É por isso que seu procedimento para a descrição analítica da guerra se constitui em utilizar estudos etnográficos e constitucionais a fim de explicar a guerra em si e relatar suas conseqüências (MOMIGLIANO, 1998, p.184). Ao

manter a prática de mediador, preocupando-se em estabelecer que os dois lados da guerra sejam ouvidos – os gregos e os bárbaros –, recordará o gesto do *aedo*, inspirado pela musa, cantando os feitos dos aqueus e dos troianos. Porém, sua iniciativa não se prende em relatar tudo que fizeram, mas somente naquilo que é grande e suscita espanto (*thôma*), aplicando o princípio de seleção (HARTOG, 2001, p.53). Com efeito, a seleção caracteriza-se como mais um elemento da estrutura narrativa que se funda na idéia de história. O estilo de se escrever História se limitava a uma finalidade: preservar registros seguros de eventos do passado, precisando assim se estabelecer critérios confiáveis. Nesse sentido, a intervenção dos deuses em assuntos humanos não é concebida como constante ou muito óbvia (MOMIGLIANO, 1998, p.189).

Lutar contra o esquecimento. Esta é a missão a que Heródoto se propõe: permitir que os fatos, sejam eles produzidos pelos bárbaros ou pelos gregos, possam ser eternizados em um texto. No esforço por registrar estes fatos, há a implícita oposição entre o oral e o escrito. Na pesquisa a ser empreendida por Heródoto, o esquecimento provocado pelo tempo, pelo lapso de memória dos contemporâneos aos acontecimentos deve ser combatido pelo esforço do historiador em pesquisar, exige do historiador o deslocamento, o ir ao encontro do que deve ser registrado. Nessa busca pelo o que registrar, é de interesse do historiador as obras grandes e admiráveis, expressas em grego por *thôma*. Distanciando-se de Hecateu, que se preocupou com as genealogias dos gregos, já conhecidas, Heródoto se lançará na busca do desconhecido, preocupando-se mais em registrar do que em criticar. Ao longo de toda a sua investigação, prefere se ater em contar aquilo que lhe é dito, anda que não se sinta obrigado a acreditar (8,152).

Ele também se desprende do seu antecessor quando estabelece os critérios para a avaliação dos testemunhos sobre os fatos. A investigação sistemática, que Hartog¹³ designa como o desenvolvimento do *hístora*, resulta na narrativa histórica, que determina a ruptura com o emprego da poesia. Se os poetas recorriam às musas, Heródoto recorria à sua observação pessoal: “o historiador seria aquele que não economiza nem seu tempo, nem sua pena, nem seu dinheiro para percorrer espaços e ver com seus próprios olhos” (HARTOG, 2001: p.36).

Surge assim a famosa distinção, que será constantemente evocada pelos historiadores quando da justificativa do método de avaliação dos testemunhos históricos: a oposição estabelecida por Heródoto entre *opsis* e *akoê*. *Opsis* pode ser entendida neste contexto como “o fato de ver em pessoa”. Assim, a investigação apóia-se primeiro no olho, a *opsis*, e em seguida *no ouvido* (*akoê*), isto é, na oralidade.

A *historié*¹⁴ designaria etimologicamente ‘testemunho, aquele que viu’. Na tradição grega, no entanto o sentido deste termo poderia apresentar variações. Isso pode ser demonstrado através de duas referências da *Ilíada*: no momento em que Agamêmnon, mesmo não estando presente, é designado como *hístora* para decidir quem estava à frente na corrida entre Ajax e Idomeneu; e no impasse acerca da imagem do escudo forjado por Hefesto para Aquiles, em que dois homens em desacordo decidem apelar para um *hístora*. (*apud* HARTOG, 2001; p.34-35). Em Heródoto, o sentido de *hístora* se modifica. Não mais serve como o árbitro que julga, tal como Hecateu fizera. É o descobridor de novos fatos e por isso

¹³ Discussão presente em suas obras: *O Espelho de Heródoto; a História de Homero a Santo Agostinho*; e nos verbetes *Heródoto e Tucídides*, do *Dicionário das Ciências Sociais*, de A. Burgière.

¹⁴ Os diversos termos que vêm identificar as narrativas do passado se baseiam na assertiva crítica de evidência, *historia*, se deriva da raiz Indo-européia *wied*, ou ver.

precisa de um novo método para que seja possível apontar com confiabilidade as novas descobertas, o que não implica necessariamente em julgá-las.

Tucídides implantaria com maior rigor os critérios de confiabilidade de suas fontes. Sua percepção do objeto histórico delimita-se a uma guerra. De participante a testemunha ocular dos fatos, esta será sua maior justificativa para comprovar a confiabilidade de seu relato. No entanto, esta prerrogativa, aliada às características pessoais, determinaria que sua obra se opusesse em relação à obra de Heródoto, determinando um novo estilo de se escrever História: a partir de agora, o eixo da narrativa seria a História Política. O passado era para ele apenas o início da situação política que existia no presente; e o presente a base para a compreensão do passado. Como enfatiza Finley, o esforço sistemático apreendido por Tucídides reflete o estilo racionalista do período em que viveu, e demonstra que a História deveria ter utilidade (1991, p.63).

Em Tucídides, a História é colocada como discurso de verdade, tendo como razão de ser e como exigência dizer como as coisas realmente aconteceram; e deveria enfatizar principalmente as guerras e as revoluções políticas, pois são estas que produzem mudanças (MOMIGLIANO, 1998, p. 189). O objetivo de Tucídides pode ser definido em compreender a lógica da *política* dos acontecimentos ou, em outras palavras, tornar o discurso político tão racional quanto possível, seja através da coleta de informações orais e de documentos escritos (os tratados, tal como o reproduzido por ele no livro VIII), seja a interpretação de textos transmitidos pela tradição, como os poemas homéricos, ou os oráculos (VIDAL-NAQUET, 2002, p.102).

Se Heródoto “queria preservar por igual a memória que tinha se realizado ou dito”, Tucídides entendia que o verdadeiro historiador é aquele que “se empenha em reduzir o distanciamento entre o que efetivamente aconteceu e o que se diz depois” (HARTOG,2001, p.99). Sua obra se inicia da seguinte maneira:

[1] Tucídides de Atenas escreveu a guerra dos peloponésios e atenienses, como guerrearam uns contra os outros, tendo começado logo que ela se desencadeou e tendo previsto que viria a ser grande e mais digna de nota que as acontecidas antes – tomando como indício o fato de ambos os lados se encontrarem no ápice de todos os seus recursos, e de resto, vendo que outros gregos a eles se aliavam, uns logo, outros pelo menos em projeto [2]. Pois este abalo foi o maior para os gregos e para certa parte dos bárbaros – e pode-se mesmo dizer, estendeu-se à maior parte da humanidade. Ora, as coisas anteriores e mesmo as que eram ainda mais antigas era impossível descobrir com clareza, em vista da grande distância temporal, mas a partir do que sou levado a crer, examinando os indícios de um longuíssimo período, não considero que foram grandes nem com relação à guerras, nem com relação a mais nada. (Tucídides, História da Guerra do Peloponeso)

É por este caminho argumentativo que Tucídides desenvolve sua concepção de história, baseada muito mais na *autópsia*, ou seja, na própria visão do que na audição, que podemos compreender como a tradição oral, suscetível à memória e à linguagem, facilmente

corrompida ou alterada com o decorrer do tempo¹⁵. Só há, portanto, história científica do presente.

Mas a partir dos referidos indícios (da tradição referente ao período anterior à guerra a ser narrada), não erraria quem considerasse que essas coisas acontecem como expus, não acreditando em como os poetas as cantaram, adornando-as para torná-las maiores, nem em como os logógrafos¹⁶ as compuseram, para serem mais atraentes para o auditório, em vez de mais verdadeiras, já que é impossível comprova-las e a maior parte delas, sob a ação do tempo, acabou por se tornar fábula que não merece fé. (I, 21,1).

A opção pela narrativa de uma guerra contemporânea justifica-se por critérios etnocêntricos, a ponto de considerá-la como a maior de todas. Entre as dificuldades de coleta de relatos, Tucídides se veria obrigado a dar preferência à sua própria versão dos fatos, quando os havia presenciado, checando-os em seguida com outros. Assim se revelaria algo como uma linha narrativa verdadeira, em que os verdadeiros fatos prevaleceriam diante do confronto dos relatos de acordo com o que cada um lembraria ou gostaria de lembrar (1.22.1-3).

Tucídides, munido do rigor que unifica a qualificação das fontes com um recorte temporal preciso teceria inúmeras críticas ao trabalho de seu antecessor. O cerne das críticas

¹⁵ Esta dualidade visão/audição também é encontrada em Políbio 12,27,1: “Pois nós temos, por natureza, como que dois instrumentos com os quais tudo aprendemos e investigamos, a audição e a vista, sendo mais verdadeira a vista, conforme Heráclito, pois os olhos são testemunhas mais exatas que os ouvidos”.

¹⁶ Os logógrafos eram aqueles que transcreviam os *logoi*

se basearia no que ele designa como *philomythia*. Adepto de um caráter utilitarista do relato histórico, evidenciado principalmente pelo seu enfoque sobre a política, Tucídides optaria por relegar para segundo plano outros objetos de estudo e outras maneiras de abordagem destes mesmos objetos. Assim, até mesmo a peste, é examinada pelas suas conseqüências políticas (MOMIGLIANO, 2004, p.68).

Para o auditório, também a ausência do fabuloso nos fatos relatados parecerá desagradável; mas se todos os que quiserem examinar com clareza o que aconteceu (e o que porventura, conforme o humano, será igual ou semelhante ao acontecido) os julgarem úteis, será o suficiente. Trata-se aqui de aquisição, para sempre, mais que de uma peça para um concurso, a ser ouvida de momento. (2.22.4)

Pela oposição entre o que deve ficar registrado por escrito e o que é proferido para encantar momentaneamente a platéia, o relato de Heródoto acaba por ser desqualificado. Ocorre então, segundo Hartog, que *mythos* passa a ser olhado como objeto de derrisão, sendo utilizado para a valorização de um discurso diante do discurso de outrem, ou para tratar o objeto científico e pô-lo em questão. Assim, designar uma história como mítica é precisamente considerar que ela não faz mais crer. Desde Tucídides, não se crê mais em Heródoto, que se torna mitólogo, ou seja, crédulo e mentiroso: “ele creu quando não tinha necessidade disso (foi mentiroso sem saber); ele fingiu crer quando não devia (foi simplesmente mentiroso). O discurso mítico tem como princípio a organização do prazer, seja do ouvinte, seja do narrador, de forma que o *mythos* surge como o outro do discurso historiográfico” (1999, p.310).

Inaugurada por Tucídides, esta linha argumentativa seria retomada por Luciano, para quem *a utilidade é o fim da história e o fabuloso não deve ser acolhido*. Revisitada por inúmeros outros escritores a partir da antiguidade, esta oposição entre Heródoto e Tucídides acabou por relegar ao primeiro simultaneamente os epítetos de Pai da História e Mentiroso.

Considerando apenas a história do presente como a mais segura, Tucídides não questionava o pressuposto de que a tradição oral era mais importante do que a escrita. Tal como Heródoto, confiava em primeiro lugar nos próprios olhos e ouvidos, em seguida nos olhos e ouvidos de testemunhas confiáveis. Mas há uma diferença em relação a Heródoto: Tucídides assumia a própria responsabilidade pelo que registrava. O primeiro iria afirmar: *atenho-me a contar o que me é dito, não é meu dever acreditar, e isto vale para toda minha narrativa (8.152)*; ao passo que o segundo, tendo imposto limites geográficos e cronológicos bastante severos à sua obra, raramente indicava com detalhes as fontes de suas informações. Queria ser digno de confiança (MOMIGLIANO, 2004, p.70).

A análise teórica de Políbio organizava os modos como o procedimento diante das evidências se davam em uma clara hierarquia: “com os olhos de um, por meio do testemunho de eventos, com a orelha de um, através da entrevista de testemunhas, e novamente com a ouvido de alguém, pela leitura de relatos” (27.1.4), tal como já fixara Tucídides (1.22.2-3). Atento à observação de Tucídides de que havia o risco dos testemunhos serem tendenciosos, Políbio mostra como solução a experiência na guerra e na política como necessárias ao historiador.

Permanecia em sua obra a preocupação de não somente relatar fatos, mas acima disso, discuti-los de modo a estabelecer as causas e relações entre os acontecimentos. Um historiador

deveria apresentar: a) experiência política para entender a prática dos políticos atuais para avaliar as fontes; b) conhecimento geográfico *in loco*; c) conhecimento não somente de historiadores, mas o exame pessoal de arquivos e inscrições (MELLOR, 1999, p. 9; e também MARINCOLA, 2001, p.138).

Este parâmetro definitivo para o criticismo histórico é diretamente ligado à própria compreensão de Políbio da função da história, para educar generais e homens de Estado, mas também intimamente relacionada com a idéia de observação direta, uma vez que a falta de tal experiência levaria à arbitrária inclusão/omissão de detalhes. Políbio concordaria que a direta observação tem suas limitações, mas permanece como o tipo superior de testemunho histórico. A evidência oral, os rumores, e o que alguém ‘ouve’ de documentos escritos aparece como a menos confiável fonte de informação sobre o passado (12.25i, 27a, e 28a).

Antes da expansão romana, realizada a partir de 220 a.C., nenhum império havia se estendido tanto. Políbio reconhece nos avanços territoriais romanos a centralização do que era considerado como mundo até então sob o cetro de Roma. Anteriormente a essa realidade, tudo que os historiadores relatavam não transpassava a esfera regional. A narrativa histórica a partir de então se compatibiliza com esta unidade. E aqui há uma ruptura em um aspecto da concepção de história de Heródoto e Tucídides, pois já não há a necessidade de se ver a história por mais de um ponto de vista, pois o mundo agora é visto a partir de Roma.

“Mas a partir dessa ocasião, aconteceu que a história se tornou como que um só corpo, enlaçaram-se os fatos da Itália e da Líbia com os da Ásia e do mundo helênico e todos se dirigiram para um único fim” (Políbio 1,3,4).

Ao se compatibilizar com o sentimento romano de desígnio divino de zelar pelos outros povos (presente em pref. 7 de Lívio), o universalismo de Políbio ajudou a imprimir no texto de Lívio a idéia de que a história de Roma passaria a ser a História Universal, e escrita unicamente do ponto de vista do conquistador (CANFORA, 1993; p.181).

A concepção de História Universal também vem chocar-se com as posições de Aristóteles descritas na Poética 9,1451, que estabeleciam a distinção entre poesia e história. Enquanto a primeira apresentava um caráter generalizante, a segunda apenas pode contemplar o particular, “o que fez ou sofreu Alcibíades” (9,1451b, 11). E, portanto, a história não poderia ser uma ciência, pois não consiste no geral, mas em especificidades. A inovação de Políbio, que não discutirá se a história é uma ciência (*episteme*), é deslocar a oposição geral/particular para diferenciação entre as abordagens históricas *katà meros*, parcial, e *kathólou*, ou ainda *katholiké*, global, universal.

Outra “resposta” a Aristóteles se configura na demonstração da superioridade da história sobre a tragédia. Para tanto, o desenvolvimento do termo verossímil se distancia de como é entendido por Aristóteles. Assim, a tragédia se apóia no verossímil, isto é, repousa na *apáte* (engano), e recorre ao *pithanón* (o persuasivo), enquanto que a história se encontra inteiramente do lado do verdadeiro. Políbio retoma e maneja, em proveito da história que propõe, a antiga distinção tucidideana entre o discurso de aparato e o prazer do instante (a tragédia), opostos à utilidade da aquisição para sempre, a história (HARTOG, 2001, p.139). Além disso, sua notável presença no círculo dos Cipiões influenciaria os historiadores romanos de que a história deve ser essencialmente política.

Tendo em vista o percurso até aqui apresentado, pode-se concluir que o raio de ação do historiador estava limitado à confiabilidade de seus testemunhos. Após Tucídides, o modelo a ser seguido se estabelecia e delimitava as abordagens aos períodos mais próximos do presente. Isso não significa que o passado mais distante foi desprezado pelos gregos e demais povos influenciados pela historiografia grega, mas que o campo do historiador recebia suas primeiras bases metodológicas. De fato, a pesquisa acerca do conhecimento das cidades, das origens dos povos acabou sendo relegada ao campo dos antiquários, como bem enfatiza Momigliano (2004, p.95). Para o historiador italiano, o surgimento da pesquisa erudita coincidiu com a criação do pensamento político de Tucídides, e se assim não o fosse – se Heródoto e seu modelo tivessem prevalecido, esta ruptura não teria sentido em ter ocorrido.

Assim, etnografia e genealogia passaram para o campo dos estudos antiquários, campo em que se faziam presentes *gramatikos*, *doctus*, *eruditus*, *literatus*; cujo objeto de estudo era aquilo que em Platão aparece como *archaiologos*. Nessa divisão, os trabalhos de história local, cronografias, genealogias, dissertações eruditas, obras etnográficas não eram qualificadas como obra de historiadores. No século II, Políbio criticara Timeu pela sua erudição, por não ser considerado elemento essencial, nem qualidade desejável em um historiador. Na lista de historiadores formulada por Quintiliano, aparecem entre os gregos Heródoto, Tucídides, Xenofonte, Teoponto, Éforo¹⁷, Filisto, Clitarco e Timagenes, sem a inclusão de qualquer historiador da Ática, ou antiquário. Filisto é incluído por que sua história sobre a Sicília pela importância que se atribuía aos conflitos entre gregos e cartagineses (MOMIGLIANO, 2004, P.92).

¹⁷ Inicia sua narrativa com a lendária invasão do Peloponeso pelos Heráclides.

Considera-se que as questões levantadas pelos antiquários, como as origens das cidades (*ktiseis*), a comparação entre leis e costumes bárbaros e gregos, a lista dos inventores, dos vencedores de jogos olímpicos não deveriam fazer parte do objeto do historiador. Nesta nova demarcação do que o historiador não deveria abordar, não se deve pensar que os estudos antiquários pudessem ser entendidos como um retorno aos poetas e ao mundo de Homero. A herança da *pólis* em organizar o espaço do universo tanto físico como humano racionalmente incidiria sob os mesmos princípios na elaboração dos trabalhos dos antiquários.

Desta maneira, principalmente quando se trata da fundação das cidades (*ktísis*), há o esforço em distinguir o que é mítico (aqui entendido como herança divina e não no sentido posterior de inverdade) do que é realização humana. Estabelecer a cronologia era uma das principais contribuições destas obras de *archaologia*. Foi inclusive estabelecida uma distinção entre três idades, que posteriormente seria utilizada pelo romano Varrão. Das origens dos homens ao primeiro dilúvio encontra-se a primeira idade, denominada *obscura*; a segunda *mitológica*, do primeiro dilúvio à primeira olimpíada, caracterizada pelos momentos fabulosos; e a terceira, *histórica*, desde a primeira olimpíada.

A pesquisa histórica em seu formato antiquário também se distinguiria pelo uso extensivo de quadros, inscrições e monumentos. Historiadores como Tucídides, Políbio, Fábio e Tácito se valeram ocasionalmente de arquivos, mas o que deve ficar claro é que não iniciaram o trabalho de escrever história pela busca sistemática de documentos. Distante da prática de Heródoto de examinar com cuidado monumentos que via, Tucídides proclamaria que documentos arqueológicos e epigráficos não deveriam fazer parte das questões do historiador (MOMIGLIANO, 2004, p.101).

Momigliano ainda destacaria cinco tendências da tradição helenística: a) edição e comentário dos textos literários; b) coleção de tradições antigas sobre cidades individuais, regiões, santuários, deuses e instituições específicos; c) a descrição sistemática de documentos e a cópia das inscrições; d) a compilação de biografias eruditas e; finalmente e) cronologia. Todas essas atividades lidavam com o documento original a respeito do passado, estudavam as primeiras manifestações de civilização, mantinham-se em contato próximo com a filosofia. Há uma clara distinção aqui entre os dois responsáveis pelo passado helenístico: os historiadores políticos apenas superficialmente entravam em contato com este conhecimento produzido e conseqüentemente foram incapazes de formular a história num plano mais amplo. (MOMIGLIANO, 2004, p.102).

1.2.2. Os predecessores romanos: os analistas e Cícero

As origens da historiografia romana remontam à época da II Guerra Púnica, e não por acaso, pois estão intimamente ligadas ao processo de interação cultural de Roma com os demais povos do Mediterrâneo. Fábio foi o primeiro romano a escrever história sobre os romanos e escreveu em grego¹⁸.

Embora já existissem documentos latinos em prosa como evidenciam o discurso de Ápio Cláudio em 280, o discurso fúnebre de Q. Cecílio Metelo em homenagem a seu pai em 220, textos jurídicos e as crônicas dos pontífices a opção de Fábio sugere que ele estava preocupado com uma audiência que lia grego. Sua principal referência metodológica estaria

¹⁸ Segundo Momigliano, as evidências que Fábio escrevera em grego se devem às menções de Cícero (De Div. 1.43) e DH (1.6.2). Há outras citações que informam a existência de uma versão latina Cícero (De Leg 1.6) e Aulo Gélcio (Noites Áticas 5.4.3). Nenhuma fonte sugere que Fábio tenha escrito em latim e grego; mas nenhuma sugere que haja outro Fábio. É possível que obra em grego foi traduzida posteriormente em latim

em língua grega: Timeu um exilado político da Sicília, que viveu grande parte da vida em Atenas (315-265 a.C.) e escreveu uma história do Ocidente, para uma audiência oriental. Abordava a Sicília, incluindo também fatos ocorridos na Itália, Espanha, Gália e na Líbia e o seu episódio mais famoso foi o conflito entre Pirro e os romanos. Nos mesmos moldes de Heródoto, seu relato estava apoiado em viagens, entrevistas com nativos e consultas de documentos.

O interesse por costumes nacionais, cerimônias religiosas, detalhes pitorescos e anedóticos, influenciaria Fábio a incluir de sua narrativa a descrição dos grandes jogos (*ludi magni*), o fragmento sobre a história do alfabeto, as notas a respeito da integridade dos magistrados romanos (MOMIGLIANO, 2004, p.145).

A obra de Fábio deve ser vista como uma ordenação de testemunhos acerca das histórias romanas, principalmente aquelas que remontavam às origens lendárias e aos fatos contemporâneos. Entre estas fontes disponíveis se incluíam os cantos de banquete¹⁹ e as crônicas de pontífices. A lacuna temporal entre estes dois períodos se justifica pela ausência de preservação de registros escritos. Havia a tradição oral que se referia aos primeiros tempos, mas, no entanto, pouco se sabia acerca do início da república romana. O próprio Lívio reconheceria isso ao narrar os acontecimentos subseqüentes ao saque gaulês, em 390. Explica que os feitos romanos foram expostos nos primeiros cinco livros, mas que se trata de uma *história demasiado obscura, seja pela sua antiguidade* – que ele compara aos objetos difíceis de enxergar a grande distância, ou seja, reconhece que o tratamento da tradição oral, nos moldes tucidideanos não é plausível. Em parte pela insuficiência de testemunhos fiéis do

¹⁹ Para uma melhor compreensão da importância dos cantos de banquete para a historiografia, ver a análise de Momigliano, que remonta a uma tradição de estudo destes cantos para o século XVII.

passado, pois *os documentos registrados nos comentários dos pontífices e outros monumentos públicos e privados foram na maior parte destruídos pelo incêndio da cidade*. Lívio deixa claro que a partir do sexto livro, relatará com maior clareza e segurança os acontecimentos da cidade que renascia (6.1.2).

Esse quadro de escassez de informações deve principalmente ao fato de os anais dos pontífices nessa época apenas fornecerem quadros cronológicos anuais, e organizados a partir da nomeação do cônsul. A principal garantia de que Fábio tenha utilizado os anais se baseia na semelhança com a sua obra na formulação da cronologia romana, e sua inovação consistiu em equiparar estes acontecimentos com as datas das olimpíadas, de modo a proporcionar familiaridade cronológica aos seus leitores gregos.

Pelo que se sabe, os anais pontífices registravam o que importava aos pontífices em uma tábua pintada de branco, *tabula dealbata*, que era mudada todos os anos e que tinha a forma de calendário. Ao final do ano, o conteúdo era transferido para um rolo ou um *codex* e automaticamente tornava-se parte de uma crônica a qual presumivelmente preservava o formato do calendário. A data do primeiro anal: entre 400 e 350 (Cícero, *De Re Publica*. 1,16,25), não muito tempo antes da destruição gaulesa de Roma. Esta coleção de crônicas foi ordenada e aparentemente publicada em oito volumes no final do século II a.C.

No entanto, muito se discutiu entre os pesquisadores modernos acerca do que poderiam significar os anais dos pontífices como fonte histórica para os historiadores da antiguidade. Os impasses se apresentam quando se compara as opiniões dos escritores antigos. Para Catão, não se encontraria informação nos anais, que registrava apenas fomes, eclipses e outros portentos.

Os anais, segundo ele, não informavam nada sobre acontecimentos políticos e militares (Aul. Gel. 2,28,6).

Cícero, quando menciona os anais, preocupa-se mais em criticá-los pela falta de ornamento, e sugere que os anais não se restringiam somente aos acontecimentos religiosos, mas a todos os feitos dos homens:

[52] O pontífice máximo punha por escrito todos os acontecimentos de cada ano (...) para dar ao povo a possibilidade de conhecê-los. [53] Muitos seguiram essa forma de redação que sem ornamento algum, deixou apenas os monumentos relativos aos tempos, aos homens e aos lugares, aos acontecimentos. (De Orador 2,52-53).

Em Sérvio, há uma menção em que pode se constatar de maneira mais explícita que os anais registravam os feitos políticos e militares: o registro incluía *domi militiaque terra marique gesta per singulos dies*. (Serv. Dan. Ad Verg. Aen 1,373). Esta aparente contradição com a afirmação de Catão é resolvida por Momigliano a partir da constatação de que os anais tomaram nova forma com o passar do tempo (2004, p.139). Lívio também afirma estar ciente de que, devido à negligência que resulta da crença popular de que os deuses não dão notícias do futuro, os prodígios há muito não são anunciados publicamente ou incluídos nos anais; o que sugere que os anais consultados por ele não mais valorizavam os prodígios, mas se ainda o fizesse, seriam para buscar outros tipos de informações²⁰. Ele, interessado em persuadir o

²⁰ Para informações complementares, ver Rawson, 1971.

leitor de sua competência como historiador e mantenedor das tradições, afirma que quando escreve sobre temas antigos,

a minha mente se torna de certo modo também antiga, e assim, uma certa inibição religiosa me impede de considerar impróprio para a conclusão de meus anais, eventos que os mais prudentíssimos homens daquela época pensaram que deviam ser tratados publicamente (43.13.1-2)²¹.

Poderia até ter sido através das críticas proferidas por Catão, que os anais teriam recebido uma nova roupagem, pois há entre Catão e Cícero na distância temporal de mais de meio século profundas transformações na cultura romana (no latim, para se citar um exemplo) que já estavam em curso desde o século III.

Os oito volumes, publicados em de 120 a.C., não deve ter sofrido, necessariamente, adições *a posteriori*. Mas elas dever ser consideradas, afinal não se pode atribuir os primeiros relatos oficiais a Rômulo. Assim, um processo de ordenação e talvez até de reformulação de acontecimentos estava sendo motivado pelo interesse de se estabelecer uma linha coesa desde a fundação da cidade, que deveria ser apresentada aos leitores de acordo com as novas exigências do público leitor, tanto enfatizadas por Cícero. Para Momigliano é evidente que os Anais dos Pontífices foram manipulados. Sua parte confiável dificilmente teria incluído muito material que fizesse referência aos eventos anteriores a 400 a.C. Não é possível saber, com

²¹ *Non sum nescius ab eadem neclgentia, quia nihil deos portendere uulgo nunc credant, neque nuntiari admodum ulla prodigia in publicum neque in annales referri. Ceterum et mihi uetustas res scribenti nescio quo pacto anticus fit animus, et quaedam religio tenet, quae illi prudentissimi uiri publice suscipienda censuerint, ea pro indignis habere, quae in meos annales referam.*

certeza, quando as interpolações foram feitas. Mas a discordância entre Catão e Cícero a respeito do conteúdo dos anais leva a suspeitar que interpolações mais sérias foram feitas por volta de 120 a.C. E se isso for correto, é necessário assumir que os editores serviram-se de vários livros de história produzidos no final do século III e durante o século II (Fabio, Alimento, Catão e Hemina).

De acordo com esta hipótese, os Anais, ou os registros acessíveis a Fábio eram muito mais pobres em conteúdo que aqueles que estavam acessíveis a Cícero. Forneciam apenas um quadro cronológico essencial. Mencionariam derrotas, vitórias, guerras e tratados de paz toda vez que esses eventos determinavam a ação dos sacerdotes, em cerimônias ou em interpretação de prodígios. Mas não havia regularidade no registro dos acontecimentos políticos e militares. E, portanto, Fabio não poderia reconstruir um relato coerente da história romana antes da I Guerra Púnica, a partir do conteúdo dos anais. Não teria encontrado registro de ações heróicas individuais tão essenciais à tradição antiga romana. Percebe-se assim que a influência grega na maneira de escrever, ou no conteúdo a ser relatado não deve ser deixada de lado. A arte de escrever história – herança grega – trazia consigo fontes para eventos que entre os romanos, tal como entre outros povos do Mediterrâneo, não haviam sido preservadas, pois esta preocupação ainda não tinha sido levantada. A inovação, a partir de Fábio, consistia em afugentar os temores supersticiosos por meio da busca do conhecimento, fruto da helenização romana.

As obras de Cícero apresentam um romano interado da questão de integração cultural presente na sociedade romana do século I. Isso se nota tratado religioso *De Divinatione*²², quando se vale da filosofia grega para formular debates e refletir sobre as práticas divinatórias

²² Ver Beard, 1986.

da religião romana, ora se remetendo à tradição romana ora à tradição grega, procurando pontos de contato entre as duas da maneira que melhor possam ser utilizadas por seus contemporâneos.

Para Cícero, a história possuía importância por dois motivos: a partir da história era possível promover a manutenção de toda uma estrutura social e, trazer à tona exemplos de conduta moral que os romanos, principalmente os líderes, deveriam seguir. (MELLOR, 1999, p.3).

Em *Do Orador 2*, 51-64, quando pelo diálogo entre Antônio, Catulo e César, Cícero estabelece uma genealogia (literária) da história, que encara o desenvolvimento da escrita da história fundamentalmente pelo caráter da ornamentação do texto (da simples anotação e ausência de eloquência ao discurso “ornado” e eloquente), e acaba por ignorar o pressuposto da história como investigação²³; Heródoto e Tucídides apenas são reverenciados pela qualidade de seu estilo (HARTOG, 2001, p.180). No diálogo entre Antonio, Catulo e César se questiona sobre que tipo orador ou de homem ou está mais capacitado para escrever a história. Deve-se levar em conta que, entre os gregos, a ação dos homens eloquentes não se restringiam ao fórum; eles se dedicaram também a outras atividades ilustres, sobretudo à escrita da história. Não desmerece os primeiros historiadores romanos, pois tal como os primeiros gregos apenas se preocupavam em registrar os fatos, ou melhor, em não ser mentiroso. Este procedimento era tanto adotado por Fabio Píctor, Catão e Pisão (*os quais não sabiam com que coisas se orna um discurso*) como entre os gregos Helânico, Acusilau, Ferécides e muitos outros.

²³ Além do mais, como também já havia destacado Beard (1986) a fórmula de diálogo possibilita ao escritor do texto deixar a questão em aberto sem pender para um lado específico, uma atitude característica de um autor que procurava conciliar as tradições romanas e gregas.

Quando sugere a ornamentação da história de acordo com as regras da retórica, ele não indica apenas que a linguagem deve ser sofisticada. O historiador, assim como qualquer outro retórico, deve inclinar-se para aquilo que era tecnicamente chamado de *inventio*²⁴, para encontrar materiais apropriados para ilustrar a história, assim como fizera Heródoto para manter o interesse do leitor (MELLOR, 1999; p.27). Em *Ad Familiares* (5,12,5) – célebre por apresentar um pedido de Cícero para que Lucéio enalteça o seu consulado – sugere a incorporação de elementos retóricos, a fim de proporcionar uma leitura envolvente:

*“De fato, a organização dos anais prende-nos mediocrementemente, da mesma forma que a enumeração dos fastos, enquanto freqüentemente as desventuras perigosas e variadas de um homem eminente geram admiração, atenção, alegria, pena, esperança, medo; e se terminam com uma morte insigne, o espírito então se eleva pelo agradabilíssimo prazer da leitura”*²⁵

A preocupação de Cícero não reside somente em evoluir do método historiográfico baseado nos anais elaborados pelo pontífice máximo para um estilo literário melhor ornamentado, no melhor estilo dos oradores que atuavam no fórum romano. Ele até reconhece que as técnicas da historiografia grega estivessem mais avançadas, mas também quer deixar claro que não despreza os historiadores romanos, pois o conteúdo da história romana tratado

²⁴ Segundo os termos retóricos, *inventio* não significa literalmente como um processo de criação, mas encontrar por meio da recordação. Desse modo, os pensamentos aptos para o discurso já se fazem presentes no subconsciente do orador, e só precisam ser despertados por técnica mnemônica. A concepção de memória é espacial em que os pensamentos são divididos por lugares (*loci*, ou do grego *topói*) diferentes.

²⁵ Estas duas citações de Cícero foram extraídas de HARTOG (2001).

pelos historiadores possui importância capital na legitimação do sucesso romano, criando um teor de identidade com um passado glorioso.

Como o próprio Cícero comenta em *Do Orador* (2,36), a definição de história consiste em ser “*testemunho dos séculos, luz da verdade, vida da memória, mestra da vida, mensageira do passado*”. A importância da história para Cícero pode ser atribuída ao caráter de formação do cidadão romano, atuando como um instrumento adicional de todo o esforço de manutenção de uma ordem social consolidada, mas ao mesmo tempo em movimento. Os propagadores da tradição romana não poderiam, portanto, fazê-la de maneira inconsistente. Para Cícero o único modo realmente eficaz de assimilação do ouvinte, seria o emprego do estilo do orador e suas técnicas.

1.2.3. Lívio

Com preocupações semelhantes às de Cícero, Lívio apresenta desde o prefácio do primeiro livro sua opinião acerca da importância do conhecimento do passado para seus contemporâneos, que podem encontrar na sua história referências de caráter moral a serem imitadas, que exaltam a tradição dos ancestrais, o *mos maiorum*. A partir da análise de seu prefácio é possível esboçar alguns pontos de suas concepções e das referências literárias, metodológicas e ideológicas que o influenciaram. Neste sentido, o prefácio oferece uma amostra das relações que Lívio estabelece entre presente, passado e futuro, e ainda a relação entre escritor e leitor. A história e o futuro caminham juntos com o presente atribulado de Lívio (KRAUS & WOODMAN, 1997, p.52).

Ao se analisar o prefácio do primeiro livro da *Ab Urbe Condita*, é possível encontrar muitas premissas de Lívio sejam elas teóricas ou ideológicas. O que não se sabe ao certo é se este prefácio foi escrito com o propósito de encabeçar toda a obra, determinando o tom pessimista aos livros subsequentes, até chegar à abordagem do período de Augusto, exaltando o “renascimento” promovido por este *princeps*; ou se apenas o fez para acompanhar o primeiro livro, uma vez que o segundo livro também conta com um prefácio, tal como os demais arranjados nas unidades temáticas. Parte desta questão começou a ser analisada com mais cuidado desde os estudos de Luce acerca da época de publicação de Lívio, ou seja, antes ou depois de Otaviano tornar-se Augusto²⁶.

Logo nas primeiras linhas do prefácio, Lívio começa a demonstrar sua habilidade retórica. A análise aqui elaborada parte do princípio de que o prefácio deve ser dividido em duas partes. Na primeira, Lívio se propõe a empregar a tática de atrair a simpatia (*captatio benevolentiae*) do leitor, procurando convencê-lo a se interessar pela sua obra, explicando a grandeza do assunto.

Em Prefácio 1, Lívio insinua que o assunto por ele tratado já é antigo (*volgatam*) e bem conhecido por todos (*videam*). A tradição e os escritores anteriores a Lívio já teriam tratado da história do povo romano, e para um assunto tradicionalmente conhecido, de nada adiantaria aos escritores crerem ser possível acrescentar informações mais autênticas ou que superariam os escritores anteriores pela arte de escrever.

²⁶ Para mais detalhes, ver discussão presente no item 1 do capítulo 3

[1] Se me terá valido a pena escrever minuciosamente os feitos do povo romano desde os primórdios da cidade, não sei bem, nem, se soubesse, ousaria dizê-lo, [2] pois vejo que o assunto é tão antiquado quanto banal, enquanto sempre os novos escritores crêem que podem produzir informações mais autênticas aos fatos ou superarão a rude Antiguidade pela arte de escrever. [3] Seja como for, agradecerá pelo menos ter cuidado, eu próprio, na medida dos meios humanos, pela memória dos feitos realizados pelo povo que é o primeiro da terra; e se numa turba de tão grandes escritores, minha fama ficasse obscurecida, me consolaria a nobreza e a grandeza dos que fazem sombra ao meu nome²⁷.

Temas caros à tradição historiográfica grega e aos propósitos ciceronianos são apresentados logo de início. Lívio quer se mostrar consciente de que novas fontes sobre os assuntos mais antigos não serão encontradas, e que os escritores sobre os primórdios romanos muitas vezes se valem do procedimento de reescrever autores antigos.

Há em Lívio algo que pode ser remetido aos seus antecessores gregos. Tucídides se esforçou por negar Heródoto, Políbio por negar Timeu. Lívio não desqualifica um antecessor específico, pois se o fizesse incorreria na falha de desqualificar suas fontes, mas parte do pressuposto de que todos que tentam alcançar uma precisão maior do passado não obterão sucesso. Pode-se até entender que ele próprio se inclui nessa lista, mas o que o diferencia é

²⁷ *[1] Facturusne operae pretium sim si a primordio urbis res populi Romani perscripserim nec satis scio nec, si sciam, dicere ausim, [2] quippe qui cum veterem tum volgatam esse rem videam, dum novi semper scriptores aut in rebus certius aliquid allaturos se aut scribendi arte rudem vetustatem superaturos credunt. [3] Utcumque erit, iuvabit tamen rerum gestarum memoriae principis terrarum populi pro virili parte et ipsum consuluisse; et si in tanta scriptorum turba mea fama in obscuro sit, nobilitate ac magnitudine eorum me qui nomini officient meo consoler.*

estar consciente disso. Os escritores que obscureceriam sua fama não o fariam por competência de pesquisa ou de narração, mas pelo assunto tratado por si só. Falar do maior povo da Terra é a garantia do sucesso.

Cerca de vinte anos após a publicação dos primeiros volumes da história de Lívio, Dionísio de Halicarnasso publicou sua *Antiquitates Romanae*²⁸, que narrava as origens do povo e da cidade romana. As semelhanças encontradas em sua obra com a argumentação de Lívio oferecem mostras dos modelos correntes na época. Ambos criticam os que escrevem apenas em busca de prestígio a qualquer preço. O prestígio, ao contrário viria pela escolha do assunto e pela composição não negligente e sem a pesquisa.

Dionísio ainda afirma que àqueles que decidem deixar monumentos para posteridade, capazes de não ser apagados pelo tempo como seus corpos, o mais importante deve ser a verdade, que é o princípio da razão e da sabedoria; e que devem escolher argumentos belos, cheios de prestígio e úteis para os futuros leitores. Para isso foi ele próprio foi buscar as fontes mais adequadas, pois

quem se lança em obras históricas sobre fatos obscuros, maus ou indignos de qualquer empenho, seja porque visa se tornar conhecido ou adquirir algum tipo de renome, ou porque quer demonstrar habilidade de seu talento oratório, este não é admirado pelos seus conhecimentos, pela posteridade, nem louvado pelo seu talento (...); mas aqueles que escolhem os melhores assuntos, mas compõe por acaso e negligentemente, a partir do que

²⁸ As *Antiquitates Romanae* de Dionísio de Halicarnasso influenciariam as *Antiguidades Judaicas* de Flávio Josefo, no séc. I d.C.

ouve primeiro, não recebe elogio algum por sua escolha: pois exigimos que não haja improviso nem negligência nas histórias que tratam de cidades e homens célebres (1.3-4)

Ele justifica seus esforços por estar construindo uma obra fundamentada sobre um assunto que não é conhecido pelos gregos. Como ele próprio afirma, sua narrativa então será baseada nos próprios autores romanos: *Aprendi a língua dos romanos e tomei conhecimento da literatura nacional. Pórcio Catão, Fábio Máximo, Valério Antias, Licínio Macer, os Élios, Gélios, Calpúrnios e outros (1.7.3)*. Em outros momentos afirma estar seguindo Varrão (2.47.4; 48.4). Aqui, há uma clara re-significação da *autopsia*, e Dionísio parece estar tentando, com alguma dificuldade, adaptar a tradicional distinção entre o visto e o ouvido para circunstâncias particulares. Ele contrasta o que ele aprendeu pelo ouvido (*parabolon*) com o que ele estava apto a ler (*analexamenos*). Em ambos os casos suas fontes de evidência são indiretas, e ele procura aperfeiçoar as limitações entre os dois modos.

Dionísio observa que as informações ouvidas são de primeira mão e que elas provém dos homens mais cultos. E mesmo este apelo à autoridade parece ser o melhor que ele pode fazer diante narrativas escritas das quais ele não é testemunha ocular: ele selecionou os autores mais aclamados (*epainoumenoi*). Ele, no entanto não indica as qualidades de um informante culto ou sobre qual base um autor vem a ser aclamado. Dionísio explicitamente se desassocia daqueles cuja base da narrativa se apóia em registros orais aleatórios (MILES, 1997, p. 11-13).

Uma possibilidade para Lívio ter adotado essa postura diante dos escritores pode ser vinculada ao artifício de *amplificatio*²⁹. Esta despreziosa equiparação dos escritores, que não alcançarão resultados mais satisfatórios, no entanto tem como objetivo amplificar o tema história do povo romano. Sutilmente, dá a entender que pretende fazer com que a sua versão da história romana prevaleça, e para isso não nega suas fontes. Destacando-se entre os escritores romanos pela grandeza de seu projeto, que abarca todos os feitos de até o momento, se dirige aos escritores que o sucederão: usando o condicional (*si*), diz que se for superado, se consolará pela fama dos que o ultrapassarem, aludindo ao fato de que os méritos que acredita que sua obra possui, induzirão outros a serem maior que ele próprio, porque da sua obra partiram para relatar os acontecimentos contemporâneos. Essa mesma sucessão de histórias pode ser encontrada entre Tucídides e Xenofonte.

Roma e sua história passam a ser o centro do prefácio. Ele tenta convencer o leitor da validade de relembrar a história a partir de Pref. 4.

[4] Além disso, trata-se de assunto para uma imensa obra, já que se rememoraram mais de setecentos anos e a cidade progredindo a partir de um início modesto, cresceu a ponto de agora ser oprimida pela sua magnitude – e não duvido mesmo que, para a maioria dos leitores, as primeiras origens e o que está próximo delas ofereçam menos prazer, pois serão levados a esses tempos recentes em que as forças de um povo há muito tempo superior se esgotam por si mesmas. [5] Eu, ao contrário, como prêmio também por minha pena, buscarei desviar-me para longe do espetáculo dos

²⁹ Pela definição de Heinrich Lausberg: “o aumento gradual, por meios artísticos, do que é dado na natureza” (§ 71) e seu uso visa dirigir-se psicologicamente ou mais ao intelecto ou mais aos afetos do público (§ 65)

*males que nossa época presenciou durante tantos anos, pelo menos na medida em que rememorarei, com toda a minha alma, aqueles tempos antigos, totalmente livres dos cuidados que poderiam se não afasta-lo do verdadeiro, pelo menos inquietar o espírito de quem escreve*³⁰.

Prossegue comentando (pref. 4-5) que não duvida que os leitores vejam como menos prazerosa a leitura daqueles primeiros tempos, cercados de mitos, desejando chegar logo aos tempos mais recentes. Ora, o assunto já era demasiadamente conhecido por todos, e Lívio sabia que enfrentava a concorrência dos historiadores que inclusive tinham sido suas fontes. Para o leitor interessava a história do período ainda não trabalhado por nenhum historiador. Mas Lívio acreditava que seu trabalho seria diferente, e se sobressairia dos demais por abarcar toda a história da cidade, desde a fundação, e que era uma contribuição para se conhecer melhor o presente. O início modesto da cidade contrasta com o presente incômodo, repleto de conflitos que devastam a Itália desde os Gracos. A estratégia proposta por Lívio é afastar-se do presente e refugiar-se no passado.

A menção ao prazer da leitura que os tempos recentes podem proporcionar de antemão também pode ser vista como mais uma mostra da relação de Lívio com as discussões de Cícero, que culminará nas frases posteriores com a utilidade da história. Como se estivesse preocupado com uma eventual negligência de seu público para com os tempos antigos, dialoga com o leitor tal como se assumisse a responsabilidade de não deixar assunto monótono. Ou

³⁰ [4] *Res est praeterea et immensi operis, ut quae supra septingentesimum annum repetatur et quae ab exiguis profecta initiis eo creverit ut iam magnitudine laboret sua; et legentium plerisque haud dubito quin primae origines proximaque originibus minus praebitura voluptatis sint, festinantibus ad haec nova quibus iam pridem praevalentis populi vires se ipsae conficiunt: [5] ego contra hoc quoque laboris praemium petam, ut me a conspectu malorum quae nostra tot per annos vidit aetas, tantisper certe dum prisca [tota] illa mente repeto, auertam, omnis expers curae quae scribentis animum, etsi non flectere a uero, sollicitum tamen efficere posset.*

como afirma Miles, o conteúdo, então, neste momento, tem a capacidade de agradar, e paradoxalmente, para conseguir isso, evoca eventos remotos aos contemporâneos (p.1997, p.15).

Se o presente não pode oferecer referências para mudanças, elas devem vir do passado, conclui Lívio. Mas porque então retornar para o passado mais longínquo possível? A primeira parte do prefácio termina com esta proposição, para que o leitor reconheça a familiaridade e a grandeza com os inícios de Roma. Lívio pretende entender a trajetória romana, de como que a grandeza dobrou-se por si mesma, mas como se verá nos capítulos seguintes, não implica em um início áureo.

[6] quanto às tradições que nos chegaram, que devem sua magnificência mais às lendas dos poetas que aos confiáveis monumentos remanescentes do passado, não tenho a intenção de confirmá-las ou refutá-las. [7] Faz-se essa concessão à Antiguidade, a fim de que, misturando o divino com o humano, se tornem mais veneráveis os primórdios das cidades. Assim, se a algum povo deve-se permitir que consagre suas origens, atribuindo sua autoria aos deuses, a glória militar é tal que, quando cita principalmente Marte como seu ancestral, bem como seu fundador, todas as nações suportam-no com o mesmo ânimo que suportam o império³¹.

³¹ [6] Quae ante conditam condendamve urbem poeticis magis decora fabulis quam incorruptis rerum gestarum monumentis traduntur, ea nec adfirmare nec refellere in animo est. [7] Datur haec venia antiquitati ut miscendo humana divinis primordia urbium augustiora faciat; et si cui populo licere oportet consecrare origines suas et ad deos referre auctores, ea belli gloria est populo Romano ut cum suum conditorisque sui parentem Martem potissimum ferat, tam et hoc gentes humanae patiantur aequo animo quam imperium patiuntur.

Ao contrário da tradição historiográfica grega que o precedia, Lívio não priorizou em sua obra os eventos que aconteceram no arco de sua vida, ou da vida de seus informantes ao delimitar o objeto de estudo de sua obra de história. Seu interesse era abordar a história da cidade desde a sua fundação, sem restrição aos eventos que poderiam ser observados em primeira mão ou a partir de testemunhos oculares de outros, tal como já haviam feito Heródoto sobre as guerras persas, Tucídides as Guerras do Peloponeso, Políbio as Guerras Púnica e Macedônica. Como já se comentou nas páginas anteriores, a busca pelo verdadeiro é que impunha a opção pela história do presente. O princípio que a observação direta, em primeira mão, *autopsia*, era de base mais confiável que aquela que reconstruía registros de eventos.

O fato de Lívio ter “desrespeitado” os critérios metodológicos da tradição tucidideana acerca da escolha do período a ser tratado não significa uma ruptura total com esta tradição, e muito menos que a obra de Lívio não possa ser considerada como obra de história. Muito mais que desqualificar seu texto, talvez o procedimento mais adequado ao historiador moderno seja tomar o texto a partir dos motivos que levaram Lívio para assim o compor desta maneira. Nesse sentido, Lívio não estava sozinho. A tradição antiquária forneceria modelo e bases para sua composição. Catão (234-149) já havia realizado um projeto semelhante, denominado *Origens*; e os primeiros historiadores de Roma, como Fábio Píctor e Cíncio Alimento se voltam para as origens de Roma, embora Dionísio de Halicarnasso afirme que tratam a história antiga de modo sumário (1.6.2),

Entre os gregos, como demonstrou Elias Bickerman em um importante artigo³², já havia inclusive um gênero literário específico para a temática da fundação das cidades, com

³² Bickerman, E. *Origines Gentium*. *Classical Philology*. 47 (1952), p.65-81. Este trabalho serve como referência tanto para Miles (1997, p. 137) como Momigliano (2004, p.145).

problemática formulada, documentação recolhida e conclusões para cada nação estabelecida. O mito de Enéias, por exemplo, já constava em Helênico, no século V a.C., e conforme Roma despontava como potência militar, sua origem intrigava cada vez mais os gregos. Bickerman observou que havia mais de vinte e cinco relatos gregos sobre a fundação de Roma e poucos semelhantes entre si³³.

De acordo com esta escola de escritores de fundação de cidades, Lívio encontra legitimidade para abordar as distantes e lendárias origens romanas. Mas nem tudo ficaria resolvido pela utilização da tradição antiquária. A ausência de alguma alternativa metodológica para a estabelecida dicotomia entre o ouvido e o visto criou problemas para Lívio³⁴ a partir do momento em que ele optou por não abordar a história lendária apenas como decoração para a sua história. Pelos padrões racionalistas de sua época, Lívio não poderia ter esperanças em reconstruir um relato confiável do período mais remoto da história de Roma, e possuía tal consciência: *não tenho a intenção de confirmá-las ou refutá-las*. Miles então sugere dois problemas com os quais Lívio se deparou.

O primeiro é saber sob quais assertivas Lívio poderia se apoiar para legitimar a precisão e confiabilidade. E o segundo é saber em que bases ele poderia se apoiar para validar seu trabalho, uma vez que ele não esperava alcançar um relato preciso e confiável do passado

³³ Por muito tempo os pesquisadores acreditaram que os romanos não haviam seguido nenhuma fonte grega, o que, no entanto pode ser contestado se for observado que Diocles foi fonte para Fábio, como atestou Plutarco. A negação da afirmação de Plutarco deve ser entendida mais como indução nacionalista dos pesquisadores modernos do que qualquer outra coisa. Duas razões para se confiar em Plutarco: é certo que Diocles viveu bem antes de 150 a.C. e, além disso, há uma inscrição descoberta em Quios que confirma que gregos estavam familiarizados com a lenda de Rômulo e Remo não muito mais tarde que 200. Trata-se de um homem que homenageou os gêmeos com uma estátua não muito tempo depois de 200 a.C. O fato do mundo grego já conhecer a lenda, inclusive em localidade remota sugere que não há excepcional idade para o fato Diocles ter escrito a esse respeito 20 ou 30 anos antes, de modo a ter sido utilizado por Fábio (MOMIGLIANO, 2004, p.146).

³⁴ Dionísio de Halicarnasso enfrentaria o mesmo problema anos depois, e o resolveria atribuindo às fontes romanas por ele consultadas como confiáveis por procederem dos mais eminentes romanos ao invés de relatos orais populares.

através do padrão historiográfico. Miles resolve esta questão se valendo do princípio de recorrência histórica, explicitamente ou implicitamente, presentes em Heródoto, Tucídides e Políbio. Assim a inevitável similaridade, se não identidade, de modelos de eventos legitimariam por meio do apelo e do valor a história a narrativa de eventos distantes (1997, p.12-14).

Em Pref. 6-7 fica evidente a distinção entre monumento e lenda, quando se fala da magnificência do período da fundação de Roma: *poeticis magis decora fabulis (lendas dos poetas)* contraposto a *incorruptis rerum gestarum monumentis (confiáveis monumentos remanescentes do passado)*. Novamente oralidade e visão estão contrapostas. *Fabulae* baseada na raiz indo-européia falar, é mais limitada ao sentido de fala ou conversação, mas geralmente possuía associações pejorativas: ficção, senso-comum, mito ou lenda, bem como drama. Caracterizava-se assim um grupo de palavras que se oporia ao histórico, sendo incrível, lendário. *Monumentum* ao contrário, por sua raiz indo-européia *men*, pensar, algo que pensa, racional. Em Lívio, como em outros autores, o termo se refere geralmente a objetos específicos, concretos.

Geralmente *monumenta* se referem a objetos criados intencionalmente para servir como memoriais: monumentos, tumbas, templos, estátuas, etc. uma segunda subcategoria do termo é constituída por objetos físicos, lugares, que não foram intencionalmente criados como memoriais, mas que mesmo assim, se adequam a esta função: ruínas, trincheiras de uma guerra. Uma possível subcategoria distintiva do uso compreende os documentos escritos.

Neste contexto o que distingue o escrito do falado, e similarmente, com base na preferência pelo visto sobre a tradição oral é a caracterização que Lívio faz de *monumenta*

como *incorrupta*. Este essencial atributo para *monumenta*, seja escrito ou não, é que eles próprios são diretos sobreviventes do passado que representam uma ligação permanente com o passado. E pelo implícito contraste, a tradição oral, *fama*, *fabula* é corrupta, ou seja, composta de séries de repetições independentes de histórias, separadas entre si, o que provoca o rompimento com o passado.

Neste sentido, a opção de Lívio por *incorrupta monumenta* demarca seu cuidado com a precisão, com a busca do verdadeiro, tal como a tradição historiográfica desde Tucídides defendia, e a obrigação de ser útil, oferecer um modelo aceitável para a extrapolação dos eventos do presente através da analogia com o passado. Mesmo quando Lívio reconhece a não veracidade dos primórdios da história de Roma, em que as *fabulae* constituem única evidência, ele não apenas expressa sua intenção de incluir o período dentro de sua narrativa como também apresenta duas razões para fazê-lo. O mesmo princípio de re-significação do conceito de *autopsia* utilizado por Dionísio de Halicarnasso, e mencionado acima, está presente em Lívio³⁵.

A primeira é que histórias sobre a origem divina dos estados são comumente aceitas, pois trazem dignidade aos seus habitantes. Em sua ilustração a esse respeito, a história da descendência de Rômulo em Marte, sugere uma segunda razão para a inclusão de tradições pouco fiáveis sobre o passado remoto. De acordo com Lívio, esta história tem um certo tipo de validade, pois expressa como os romanos escolheram se auto-representar. Assim, além da prerrogativa tradicional que concebe o passado como uma sucessão de modelos específicos que podem oferecer um modelo para o presente (a tradicional *historia magistra vitae*), o

³⁵ Para mais detalhes, ver JAEGER, 2000 p.22; 25.

prefácio de Lívio sugere outro assunto para a narrativa, a coletiva identidade do povo romano, um assunto que depende menos sobre o que aconteceu no passado do que como o passado tem sido lembrado (MILES, 1997, p. 18-20).

A articulação do conceito de *monumentum*, no entanto, encontra sua aplicação mais incisiva nos parágrafos 8 e 10 do Prefácio:

[8] Mas, a essas coisas e a semelhantes, como quer que sejam observadas ou julgadas, não atribuo grande importância: cada um, de sua parte, deve prestar acurada atenção aos costumes, por quais homens e condutas, na paz e na guerra, foi engendrado e cresceu o império; (...)

[10] O que principalmente há de sã e fecundo no conhecimento dos fatos é que consideras todos os modelos exemplares, depositados num monumento, em plena luz: daí colhes para ti e para o teu estado o que imitar; daí evitas o que é infame em sua concepção e sua realização³⁶.

Este certamente é o trecho mais importante da argumentação de Lívio para esclarecer a utilidade de sua obra: tentar convencer o leitor a se preocupar com a valorização do passado romano por meio do emprego dos termos *documentum*, *exemplum* e *monumentum*. O passado até pode ser prazeroso, como retrato e fonte do conhecimento histórico, mas apenas é útil se usado como ferramenta (KRAUS & WOODMAN, 1997, p.56). Pela etimologia a raiz de

³⁶ [10] Hoc illud est praecipue in cognitione rerum salubre ac frugiferum, omnis te exempli documenta in industri posita monumento intueri; inde tibi tuaeque rei publicae quod imitere capias, inde foedum inceptu foedum exitu quod vites.

documentum é comum a *docere*, isto é, algo relativo ao ato de ensinar; do mesmo modo, que *exemplum*, se remete a algo que pode ser copiado (KRAUS & WOODMAN, 1997, p.56).

O *monumentum*, neste contexto, deve então ser tratado ao mesmo tempo como objeto físico e literário³⁷. Desde a definição de Varrão (JAEGER, 2000, p. 16) o *monumentum* se mostrava como um importante artifício ideológico, atuando por dois eixos: a) Lembra as pessoas no presente dos eventos passados remotos no espaço (basta imaginar combates por toda bacia do Mediterrâneo que possibilitaram, com suas vitórias, triunfos e dedicação aos deuses, e conseqüentemente construção de monumentos e Roma ao longo de 700 anos de conquistas); b) e também sugere a imortalidade daquele (s) que é (são) homenageado(s). O monumento não é apenas remetido ao homenageado, mas também àquele que o dedicou. Cícero iria afirmar que o *monumentum* é algo a ser observado mais pela memória da posteridade que em favor do presente (Nonius 32.17, *apud* JAEGER, 2000, p.17).

Ao descrever os feitos dos romanos, Lívio está preocupado em construir um *monumentum*, que seja capaz de exercer em seu público novas perspectivas com relação ao passado (ou as antigas, que desde então estavam abandonadas), fundadas no respeito, na reverência, mas acima de tudo, não o caracterizando como fim em si, mas como meio de valorização de um passado glorioso frente a um presente decadente. Presente, passado e futuro imbricam-se.

Explicitamente, a preocupação de Lívio é conscientizar seu público de que a observação, num sentido mais ativo que passivo, é necessária. O *monumentum* (a *Ab Urbe Condita*) está em plena luz, assim como os diversos monumentos espalhados pela cidade.

³⁷ KRAUS & WOODMAN, 19997, p.56-62, mas principalmente JAEGER, 2000.

Além disso, Lívio apoiado por todo o peso das tradições, evoca que a obrigação de se imitar os comportamentos do passado não estão restritos apenas aos chefes de estado, mas a todo indivíduo, como cidadão: *daí colhes para ti e para o teu estado o que imitar* (KRAUS & WOODMAN, 1997, p.55).

O próximo capítulo analisa o prefácio segundo o tema da decadência. O que se tentou demonstrar até aqui foi que a construção de Lívio estava assentada nos parâmetros historiográficos gregos, adaptados aos interesses de valorização de um caráter de identidade romana. Cabe aqui um paralelo com Dionísio de Halicarnasso, que embora se depare com as mesmas dificuldades metodológicas, não deixa de produzir um discurso em que tenta, se valendo exclusivamente de fontes romanas, provar a origem grega dos romanos. Como será visto nos capítulos posteriores, tais inquietações nos dois autores, demonstram que se trata de um processo que está em curso em toda a sociedade romana desde o século II e por isso mesmo, quando Lívio se vale da tradição, fagulhas do contato cultural oriental com a tradição romana aparecem, e muitas questões se mostram contraditórias e mal resolvidas.

Capítulo II

O desconforto da grandeza: conquistas no Mediterrâneo e
concepções de decadência

2.1. De Aníbal à morte de César: O enriquecimento romano e os novos arranjos da disputa pelo poder

A vitória sobre Aníbal confirmou a supremacia romana no Ocidente, mas também deu mostras de que o *imperium* romano poderia estender-se para o Oriente. Entre 202, ano da batalha de Zama, e 133, quando da morte do primeiro Graco, a influência romana sob territórios alcançou uma considerável extensão das margens do Mediterrâneo.

A fracassada aliança entre Aníbal e Filipe V acabou por se tornar um bom motivo para a primeira declaração de guerra contra os reinos do Oriente. A vitória sobre Filipe V, em 197 – que possibilitou aos romanos se proclamarem libertadores das cidades gregas – iniciaria uma série de três confrontos contra os macedônicos. O golpe final, a vitória de Paulo Emílio sobre Perseu, na batalha de Pidna, em 167, reduziria definitivamente a Macedônia a uma província romana.

Roma também enfrentou Antíoco III, rei da Síria, expulsando-o da Grécia na batalha de Termópilas, e derrotou os celtiberos, com o cerco de Numância, em 133. Avançou até a Ásia e derrotou Átalo III, último rei de Pérgamo. Pelo lado ocidental do Mediterrâneo, os romanos empreenderam a conquista da Península Ibérica: a Hispânia Citerior e Ulterior, em 197, e, em 146, Cipião Emiliano, o Segundo Africano, invadiu e destruiu Cartago.

Seguir-se-á então um processo de extraordinário enriquecimento de Roma; aos derrotados a imposição romana variava, mas não deixava de ser aplicada, seja por meio da administração do direito de cidade, da administração direta dos territórios conquistados por um pró-magistrado, ou ainda passando por todas as variedades do estatuto de cidade aliada, ou

de reino cliente. O termo *prouincia*, que designava primitivamente a missão confiada a um general e o espaço que lhe era atribuído, passou a especificar os territórios conquistados e administrados por Roma. Nações, reinos e cidades, se tecnicamente livres, eram partes integrais do império. Alguns reis já afirmavam, no século II, serem meros agentes de Roma.

Alguns povos também foram anexados com a permanência de seus próprios governantes. E em relação às cidades gregas, Roma descobriu que a “libertação” era a melhor política, talvez já na Sicília e na costa do Adriático, principalmente onde Flamínio derrotou Filipe V e declarou as cidades livres, em 196, durante os jogos Ístimos, e retirou-se completamente em seguida. Algumas cidades gregas tinham tratados com Roma que permitiam autonomia interna, mas exigiam o apoio em operações militares. De maneira geral, os Estados livres poderiam ser requisitados, ou ordenados por meio de tratados, a enviar auxílio na guerra aumentando o efetivo das forças romanas auxiliares, especialmente de barcos e cavalaria (RAWSON 1995, p. 429).

A política de liberdade para os gregos não se inspirava em um filo-helenismo “sentimental”, ainda que Roma fosse mais respeitada pela opinião pública grega que pelas tribos “bárbaras”; além do mais, o propósito era reduzir o poder da Macedônia e da Síria. Roma não aplicava isso quando não convinha, como se constata com a distribuição de várias cidades para Pérgamo e Rodes, aliados romanos. Sob o sistema moral romano, pelo qual todo *beneficium* deveria ser retribuído pelo *officium* (ato ou senso de dívida), dos estados “livres” era esperado que agissem como Roma desejasse. Mas nem sempre estes estados agiam conforme a vontade dos romanos, o que contribuiu para comprometer a relação com vários estados gregos na primeira metade do século II; alguns generais passaram a agir, pouco antes da guerra com Perseu, com brutalidade para com os gregos.

Os beneficiários da expansão e conquista eram principalmente os cidadãos romanos que possuíssem algum vínculo com o poder. As famílias tradicionais que monopolizavam o Senado conquistaram a posse de extensas propriedades. Grandes romanos eram patronos de dinastias e comunidades externas, bem como internas, as províncias, e aumentando cada vez mais poder, prestígio e riqueza. Os Cláudios, ao longo de dois séculos e meio, estenderam sua *clientela* pelos territórios em que se falava grego.

O crescimento evidente do comércio depois da II Guerra Púnica demonstra que os senadores não estavam tão desinteressados nos negócios. Com relação às exportações, principalmente de produtos agrícolas, vinho, óleo, os grandes proprietários negociavam se valendo de homens livres, que poderiam ter grandes barcos. Até antes de Sula ampliar o Senado havia casamentos entre famílias de senadores com famílias de ricos não-senadores; e isso demonstra que muitos *negotiatores* provenientes de diversos locais da Itália receberam a cidadania antes mesmo da guerra social.

Na atuação cotidiana dos romanos nos territórios conquistados comércio e agiotagem poderiam funcionar melhor onde não houvesse um governador romano para os nativos apelarem contra abusos, e onde a ação de *negotiatores* poderia parecer anti-romana. O comércio de vinho se expandiu na Gália central na época de César, e quando Cícero estava no Oriente, o jovem rei Ariobrazenes da Capadócia estava em débito com os agiotas romanos, inclusive M. Bruto e Pompeu.

O comércio que mais interessava ao Estado era o de cereais, utilizado para abastecer a plebe urbana e os exércitos. Com o aumento da população em Roma, não apenas em momentos de crise o abastecimento de trigo tornou-se regular. Cabia a mercadores particulares

o abastecimento de Roma, mas o Senado sempre esteve atento. O tesouro tornou-se paulatinamente dependente dos rendimentos externos. Primeiramente, ao que parece, Roma não impunha o pagamento de impostos, mas apenas reparações, ou grandes quantias pelas quais nenhuma justificativa especial era dada; Antíoco III foi multado em 1500 talentos, a Sicília assumiu a direção dos impostos pré-existentes, mas talvez tenha sido gradual a imposição de taxas sobre as minas da Hispânia.

Muitos senadores fizeram fortunas ao longo do Império. Políbio acreditava que os magistrados de sua época se destacavam pela honestidade. Catão reiterava que não havia enriquecido nenhum sestércio de seus serviços prestados. Mas os discursos de Cícero, tais como os proferidos contra Verres, demonstravam que se tratava de um comportamento comum o benefício próprio às custas das províncias (RAWSON, 1995, p.428).

Isso evidencia que as diferentes opções adotadas pelos romanos de exercer sua influência visavam à melhor maneira de se aproveitar um vencido. Segundo Rawson, esse foi o motivo da lenta anexação dos territórios subjugados por Roma (1995, p.429). Não há evidências, no entanto, de que os *negotiatores* preferissem a anexação. Mário, amigo dos *equites* não aumentou a província da África.

Outra consequência da expansão romana pode ser localizada no caráter da guerra, agora não mais rigorosamente limitada no tempo e no espaço, mas empreendida como atividade permanente e em locais por vezes diametralmente opostos e distantes de Roma, como, por exemplo, campanhas simultâneas na Hispânia e na Grécia. Dar-se-ia início ao processo de transformação do exército, na figura da inclusão do soldado-camponês, que culminaria nas reformas de Mário no século I.

Em campanhas como a da guerra contra Filipe V, os soldados permaneciam muito tempo fora de casa, sendo impossível manterem seus cultivos. As quatro legiões tradicionais e anuais do exército consular já não eram suficientes, e a prorrogação do tempo de serviço dos legionários e dos comandantes foi necessária, de modo a garantir a unidade estratégica. Também foram admitidos nas fileiras os cidadãos *capite censi*, que não tinham terras a defender³⁸.

Os pequenos proprietários da Itália central, por exemplo, perderam suas terras e seus direitos a terras comunais e foram assentados no vale do Pó. Mas com a pacificação daquela área, os grandes dias de colonização chegaram ao fim, e o que parece ter ocorrido nos anos antes de 133 foi a constituição de uma massa de pessoas (a geração seguinte dos soldados assentados no vale do Pó) sem propriedades, e sem esperança de ter terras para ocuparem.

O serviço militar não mais incidiria de maneira igual sobre todos os cidadãos. Os êxitos permitem, a partir de 167, suspender, sem suprimir juridicamente, a cobrança de imposto direto. Assim todos os cidadãos se tornam privilegiados fiscais e, por isso mesmo, interessados no prosseguimento das conquistas (o que oprime cada vez mais os povos) . Os ricos são os que ganham mais, pois combatem menos e pagam menos. Para os pobres, não há muitas vantagens, pois o soldo continua o mesmo, e por si só não servia como incitamento ao serviço militar (NICOLET, 1995, p.32).

Surgem então tentativas de compensação, tal como a lei dos Gracos. O projeto de 133 visava limitar o tamanho do *ager publicus* concedidas aos grandes proprietários e que lotes de

³⁸ Não se trata de exército de mercenários, pois os romanos entendiam que todos os cidadãos são mobilizáveis, e os estrangeiros incluídos faziam parte da política de alianças. O exército de ofício surge apenas no Império, quando Augusto substitui a distribuição de terras por dinheiro, ou seja, até então os soldados recebiam o soldo, que não deve ser entendido como salário, mas como compensação arrecadada pelos impostos pagos pelos indivíduos

terras inalienáveis fossem distribuídos aos cidadãos necessitados. A repressão do Senado para tal medida culminou com o assassinato de Tibério Graco e trezentos de seus partidários.

Precisamente no que tange a esta questão, é possível reencontrar o dilema acima mencionado. Por um lado a quantidade de terrenos públicos ia diminuindo em detrimento da acumulação das terras nas mãos de poucos; por outro o senado abafava as pretensões dos generais de distribuir terras para seus soldados ou fazia-os esperar muito.

Segundo Alföldy, o quadro social romano para o início deste período demonstra que entre as elites romanas, as características estavam bem demarcadas. A aristocracia senatorial gozava dos privilégios de liderança política baseada no nascimento, na formação e experiência políticas. Era economicamente independente devido à posse de grandes domínios territoriais e à participação nos lucros das atividades empresariais. Os cavaleiros, que também eram grandes proprietários de terras, como os Senadores; outros eram grandes empresários, comerciantes e banqueiros, geralmente de extração social mais baixa, mas também investindo sua fortuna em terras (1989, p.58).

Mas os impactos ocasionados pelo enriquecimento acabariam por promover a reformulação das forças na disputa pelo usufruto dos benefícios do comando do Império. Cada um desses grupos maiores era dividido internamente em diferentes níveis, subgrupos e laços pessoais. Mas a elite, como um todo, a despeito do crescimento de grupos contrastantes com interesses opostos, mantinha-se unida sob o domínio da ordem senatorial, especificamente da *nobilitas*, que exercia sua hegemonia por meio de uma hierarquia interna de poder, prestígio e riqueza. Impedidos de participar diretamente dos contratos públicos e de possuírem navios grandes, os Senadores tinham de contar com os equestres *publicani* e *negotiaidores*.

Os conflitos que se desencadeariam a partir de então não devem ser vistos como alheios à ambição de participação na riqueza gerada pelo aumento do império. No entanto, o que se constata principalmente a partir da Guerra Social é a reconfiguração do cenário dos embates da disputa pelo poder. A dicotomia patrícios–plebeus assume uma nova dimensão, tanto pelo fato dos plebeus participarem dos principais cargos romanos como pela reformulação do corpo do Senado.

A obtenção da cidadania pelos itálicos, após a Guerra Social e a duplicação do número de Senadores, de 300 a 600 membros por Sula, encerrou, de fato, a heterogeneidade, trazendo o desenvolvimento de uma homogeneidade, alterando a natureza da elite. Com o decreto de proscrição de 2000 notáveis em 84 a.C, Sula foi forçado a contar com os eqüestres para preencher as vagas ociosas no Senado. Muitos dos cidadãos recentes, os decuriões italianos eram qualificados com o censo eqüestre, estando aptos para ocupar magistraturas, e assim, paulatinamente ocorreu a penetração, no Senado, dos eqüestres romanos e, mesmo italianos. Desta forma, os interesses divergentes começaram a diminuir, aumentando a homogeneidade da elite romana, em virtude da aproximação efetiva das duas principais ordens. Baseados fundamentalmente na riqueza agrária, todos os grupos da elite – Senadores, eqüestres, *publicani*, *negotadores*, decuriões, cada vez mais investiam nos empreendimentos comerciais e nos ganhos da exploração dos territórios conquistados, assim como cada vez mais eqüestres buscavam seguir o *cursus honorum*.

Este movimento em direção a uma maior homogeneidade foi, contudo, aparente. Uma nova fragmentação estava por se consolidar. A unidade da aristocracia era fundamental para a manutenção do império e a nova fragmentação diferenciava-se da antiga heterogeneidade em pelo menos três aspectos principais: a antiga *nobilitas* declinava em seus esforços por manter

sua soberania e identidade tradicional. Nos tempos de Principado, por exemplo, as antigas famílias nobres tinham praticamente desaparecido. As novas facções não eram correspondentes às antigas ordens e grupos, mas, ao contrário, atravessavam-nos. Finalmente, os estágios de uma carreira política eram agora infinitamente mais difíceis de serem galgados. Não se observa mais conflitos entre Senadores e eqüestres, mas entre grupos de Senadores e eqüestres contra outros do mesmo tipo. Instaurou-se uma atomização na elite governante romana, e a guerra civil é a maior expressão prática desta crise aristocrática.

A legislação de Sula e os esforços para conduzir modificações tiveram efeito sobre a terminologia e os hábitos de pensamento. O hábito de mapear a cena política em termos de direita e esquerda pelos termos *optimates* e *populares* poderia até ser anterior a Sula, pois os programas dos Gracos definiam esta maneira de posicionamento. Mas foi a legislação de Sula que tornou mais explícita a dominação do Senado que tinha desenvolvido nos séculos III e II e começado a ser desafiado na metade do século II. Foi em essência, a intenção de Sula de propor o balanço da constituição que deu vantagem aos *optimates*. E foi o esforço sobre a modificação de suas leis, principalmente em 70, que deu definição ao *popularis ratio*.

Assim, os termos *optimates* e *populares* devem ser entendidos mais como rótulos ideológicos, que como de partidos organizados. De fato “populares” relacionado ao povo, se refere a pessoas que conduzem políticas com um determinado estilo político, não ao conjunto formado por líderes e seguidores. *Popularis* era aquele político que defendia os poderes das assembleias populares e o cargo de tribuno popular como contrapeso à autoridade do Senado e /ou comandava medidas como a distribuição de terras e cereal subsidiado e o cancelamento de dívidas (GRIFFIM, 1995, p.464).

Verificam-se após o período de Sula intensas tramas políticas de alianças com o explícito objetivo de se gozar dos benefícios das conquistas militares romanas. O maior expoente deste processo pode ser localizado no chamado primeiro triunvirato, em que três poderosos homens se uniram (secretamente) para a condução da cena política romana: César, Pompeu e Crasso. Com a queda deste último frente aos partos, na Síria, o cenário para o combate entre os dois estava se organizando. A morte da filha de César colocara fim ao matrimônio entre ela e Pompeu que havia selado a aliança entre eles. César continuava na Gália, conquistando cada vez mais territórios enquanto que Pompeu, encarregado da Espanha, deixara por lá seus lugares tenentes, a fim de buscar soluções para os impasses políticos em Roma. Aumentava, assim, o abismo entre os dois triúnviros sobreviventes, com Pompeu armando uma rede de alianças para retirar César de seu caminho.

A guerra civil que dividiu o Estado entre partidários de Pompeu e de César, não se deu apenas na Itália, mas contou com recursos e contingentes das províncias. Os clientes estrangeiros dos líderes romanos foram envolvidos, transformando uma batalha política numa guerra mediterrânea. Na África, Espanha, Gália e Oriente, muitos podiam ser mobilizados por seus patronos romanos, como forma de pagamento de débitos e obrigações políticas.

Depois dos triunfos militares de Mário no Oeste e de Sula no Leste, Pompeu não poderia estar satisfeito com apenas um ano de governo após seu consulado. César também poderia estar pensando em prolongamentos do poder. Mas a república era incompatível com a ascendência de um ou dois indivíduos cujas pretensões não mais se limitavam ao mandato de cônsul. Era também incompatível com a noção de que os grandes feitos isentassem alguém das restrições legais.

O que se sucedeu então foi o recomeço dos combates por toda Itália, sem que o Senado ou qualquer outra instituição pudesse tomar qualquer medida para o restabelecimento de um consenso por vias legais. A única maneira de se pôr fim aos combates era a aniquilação do general inimigo e a subsequente proscrição de seus partidários. Mas a vitória de César não foi capaz de trazer a paz a Roma e, a menos de um ano após a repressão aos últimos focos da resistência na Espanha, encabeçadas pelos filhos de Pompeu, em março de 45, o ciclo de disputas recomeçava. Otávio e Antônio reclamavam o direito de suceder César e o impasse perduraria por mais treze anos.

2.2. Otávio e Antônio: o embate entre Apolo e Dionísio

O mundo iconográfico grego, assimilado com grande rapidez, desempenhou um papel importante no contexto da ascensão social de indivíduos que não possuíam uma linhagem de ancestrais colaboradores com a *res publica*. Para as famílias romanas helenizadas, e em particular para os generais vitoriosos, este oferecia um marco imponente com o qual se manifestava a amplitude do próprio campo de ação e aspirações ao poder. Mas para muitos contemporâneos, estas imagens se apresentavam como provocadoras, já que se contrapunha parcialmente com a tradição.

Os primeiros elementos deste conflito podem ser observados a partir do contraste entre a representação tradicional dos mais importantes homens da república romana e o início do emprego de características helênicas. Estas enalteciam qualidades sobre-humanas e se valiam da nudez e da figura em pé como nas estátuas de deuses e heróis, e estabelecia assim uma

analogia entre o representado e as figuras mitológicas conhecidas. Ao contrário, em Roma, a tradição prezava pela representação do indivíduo trajando a toga, e se remetiam, portanto, muito mais o cargo ocupado, cônsul, augure, pretor, numa alusão à instituição e à coletividade.

Os membros da aristocracia praticavam um controle recíproco e não toleravam a glorificação exagerada de ações individuais. Até mesmo as estátuas dos generais eram representadas com a toga e não com a armadura. Vale lembrar que este aspecto de separação entre *domi* e *militia*, encontrava justificativa com o significado da extensão estritamente demarcada do *pomerium*³⁹. Se por um lado o Senado não permitia a dedicação de estátuas equestres ou de figuras com armadura, habituais entre os reis e generais helenísticos, nada poderia fazer quando estas estátuas eram oferecidas em santuários privados.

É sintomático que com, ao final da república, a necessidade de prestígio individual e a competência generalizada conduziu a excessos nas formas de representação de si mesmos. Os grandes generais se esmeravam mais e mais para encontrar formas para um brilhante culto de si mesmos e, com o tempo, também para uma repercussão demagógica imediata. Assim, o desenvolvimento urbano foi sendo deixado de lado, pois aquedutos e demais obras de

³⁹ A noção do espaço sagrado dos romanos alude ao *pomerium*. Sua criação se remete à fundação da cidade, no momento em que Rômulo demarca as muralhas, que seriam os motivos da morte de Remo. O *pomerium* se apresentava ao menos na República, como uma linha divisória entre os diferentes modos de atividades da política, entre as assembleias civis e militares. Somente dentro das fronteiras sagradas é que os *auspicia* poderiam ser recebidos pelos magistrados civis. Outra amostra dessa separação entre os poderes civil e militar seria a impossibilidade de um general entrar na cidade sem autorização, como nos triunfos. Entendia-se que a autoridade militar perdia poder ao adentrar no *pomerium*, e a partir de Augusto (em 19 a.C.), os imperadores possuíam o *imperium* consular, que formalizava a supremacia do Imperador, atribuindo-lhe o poder dentro e fora de Roma. Após vitórias militares acontecia o triunfo, uma procissão do exército com os despojos trazidos dos conquistados, adentrava Roma pelo Portão Triunfal. Enquanto não recebesse autorização, não poderia entrar no *pomerium*. Conduzida pelo comandante, devidamente vestido como Júpiter, em uma carruagem com quatro cavalos, a procissão seguia até o templo de Júpiter Capitolino, para colocar uma coroa de louro na estátua do deus. Por alguns instantes o triunfador se sentia divinizado. Diz a tradição que um escravo acompanhava o triunfador para sempre lhe sussurrar: “lembra-te, és apenas homem”. Com o passar do tempo, alguns significados do rito apenas foram mantidos informalmente, como demonstra o triunfo de Vespasiano, que apenas permaneceu fora das fronteiras sagradas na noite anterior à cerimônia, tendo já ultrapassado a fronteira ao retornar da campanha. Isso demonstra a articulação entre “conveniência com a tradição e consciência própria, painel propagandístico de escrúpulo religioso” (BEARD *et al.* 1998, p.180)

saneamento eram empreendimentos de longa duração e pouca repercussão. Da mesma maneira, a reforma dos antigos templos oferecia poucas possibilidades para a representação pessoal. Deste modo, a atividade arquitetônica das grandes personalidades se limitou, em geral, ao âmbito privado e se desenvolveu na forma de monumentos triunfais de tipo religioso que era dedicado a divindade patronal *in privato solo* (ZANKER, 1992, p.41).

Com a derrota de Antonio, Otávio conseguira eliminar todas as eventuais forças que poderiam lhe fazer frente. O que se assiste durante este período e durante os anos iniciais do seu governo é a gestação de um programa de valorização da identidade romana, mas capaz também de integrar elementos, principalmente da tradição helênica. Segundo Zanker, no curso dos vinte anos seguintes surge uma nova linguagem iconográfica em que não apenas se alteraram os signos e as imagens em um sentido estritamente político, mas se modificaram também a imagem da cidade de Roma, o aspecto de decoração das casas e inclusive as vestimentas das pessoas (1992, p.129).

O programa de renovação de Augusto superaria definitivamente a resistência política de Roma contra a *luxuria* da cultura grega, pois a cultura do *Saeculum Aureum* incorporou uma herança “purificada” da Grécia. Desapareceriam, assim, as tensões de caráter criativo dos conflitos entre o âmbito da vida pública e privada, os quais haviam sido característicos da situação de aculturação do final da república. (ZANKER, 1992, p.385).

No entanto, este programa não deve ser visto como uma invenção de Otávio a partir do momento em que ele torna-se o comandante supremo de Roma. A recorrência a um corpo de simbologias caras ao *mos maiorum* demonstra a estratégia utilizada por Otávio para obter a

simpatia dos romanos na disputa pelo poder; colocada em prática desde o momento em que ele se auto-proclamou herdeiro de César⁴⁰.

Uma série de aspectos corroborara para imprimir essa imagem de que Otávio se alinhava à tradição romana enquanto que Antonio se identificava com os símbolos orientais. Otávio acusava Antonio de posar como o novo Dionísio, e Antonio respondia com a alegação de que Otávio havia jantado com os outros onze, ao se referir ao polêmico banquete em que ele apareceu vestido de Apolo (Suetônio, Augusto 70).

A escolha de uma divindade para se estabelecer uma relação estreita, que inclusive poderia chegar ao limiar da auto-representação com a figura divina não se restringia a Otávio e Antonio. César, conjuntamente com a *gens Iulia* também reivindicava a herança divina. Do mesmo modo, a *gens Antonia* remetia sua origem a um desconhecido filho de Hércules, chamado *Anton*. Outro exemplo, pode ser encontrado durante a ditadura de Sula: C. Manlio Limetano utilizou o anverso e o reverso de uma moeda para assinalar que sua família procedia de Hermes e de seu suposto filho, Odisseu⁴¹. O gesto de Mário de beber apenas em cantharos, tal como Dionísio, já demonstrava as suas pretensões de comparar-se a Dionísio em virtude de suas vitórias militares sobre Jugurta e os cimbrós (*Valério Máximo 3.6.6 apud ZANKER, 1992, p. 26*)

Diante deste cenário de ambígua aceitação e negação da cultura oriental, Otávio saberia se sair melhor. Sua aliança com a antiga *nobilitas* lhe garantiria um maior apoio entre a elite romana. Tudo ia contra Antonio. Havia o temor romano que a capital do império pudesse ser transferida por Antonio para o Oriente, pretensão atribuída anteriormente a César, e que

⁴⁰ Para maiores detalhes conferir o estudo de Zanker, 1992.

⁴¹ As imagens destas moedas se encontram em Zanker, p. 31

rememorava ao tradicional episódio da transferência para Véios. Outro fator que foi muito bem explorado pelos partidários de Otávio contra Antonio foi sua relação com Cleópatra, que sugeria uma relação repleta de luxúria e que contrastava com discreta imagem de Otávio construída sobre os alicerces da moralidade e do tradicional matrimônio romano (que posteriormente, quando Otávio estivesse no poder seria estimulado).

Otávio cultivou na Itália uma imagem completamente distinta. Como *divi filius* havia herdado de César a clientela deste e seu carisma. Mas se num primeiro momento isso era garantia de sucesso entre os veteranos e a plebe, por outro lado, a figura de César também era associada à tirania e constantemente se remetia à guerra civil. A solução encontrada é o que Zanker bem descreve como a transição da ostentação privada para a centralização de todo potencial de honrarias, homenagens e celebração da grandeza não mais a indivíduos, mas sim ao Estado romano. A exaltação da *publica magnificentia* conferia a Augusto a possibilidade de estar presente, e encabeçar, todas as celebrações romanas. Assim, por exemplo, ele paulatinamente ingressou nos principais colégios sacerdotais e tornou-se a maior autoridade da religião romana.

2.3. O declínio moral da *res publica* na literatura greco-latina

Os infindáveis conflitos entre os poderosos gerais e suas legiões, os milhares de mortos, a tomada de propriedades e riquezas através das proscricções, as incertezas quanto a quem se devesse apoiar, fizeram com que muitos romanos vissem estes indícios como o sinal da derrocada de Roma e procurassem as explicações para o decadente momento a que estavam submetidos. Inspiradas nas teorias desenvolvidas acerca da sucessão de constituição de

governo por Aristóteles e Políbio muitas obras escritas por romanos lamentavam a situação em que a *res publica* chegara. Havia o temor de que tal como os outros grandes impérios foram sucedidos, a hora de Roma estava por chegar. A narrativa de Políbio acerca da destruição de Cartago (38,21,3) se tornará célebre ao colocar na boca de Cipião, o lamento de que a destruição de um grande inimigo de Roma pode proporcionar a ruína de sua pátria. Desde então, diversos autores retornarão a este excerto para encontrar as justificativas das guerras civis.

A análise de Lívio para a crise da república, extraída do prefácio do primeiro livro apresenta muitas semelhanças com a exposição de Salústio na abertura de sua obra sobre Catilina. No entanto, as semelhanças devem ser observadas apenas no que tange às conseqüências da decadência romana. Salústio lamenta que entre os romanos os *trabalhos*⁴², *perigos, crises desesperadas e terríveis não fizeram desmaiar, cederam enfim ao ócio, e ao peso das riquezas. A sede de ouro e de império que tanto seduziu os romanos teriam sido as fontes de todos os males.* Como conseqüência, os valores romanos foram abandonados: *a avareza destruiu a boa fé (fides), a probidade, e todas as mais virtudes, deixando em seu lugar a soberba, a crueldade, o desprezo dos deuses, a venalidade.* (Catilina 10). A juventude foi invadida pelo *o luxo, a soberba, a avareza. Tudo era roubar, consumir, estragar o seu, cobiçar o alheio, atropelar o pudor, a decência, as leis divinas e as humanas sem respeito nem moderação* (Catilina 10b).

⁴² Qui labores, pericula, dubias atque asperas res facile toleraverant, iis otium, divitiae, optanda alias, oneri miseriaeque fuere. Igitur primo imperi, deinde pecuniae cupido crevit; ea quasi materies malorum fuere. Namque avaritia fidem, probitatem, ceterasque artis bonas subvertit; pro his superbiam, crudelitatem, deos neglegere, omnia venalia habere edocuit. Ambitio multos mortalis falsos fieri subegit, aliud clausum in pectore, aliud in lingua promptum habere, amicitias inimicitiasque non ex re sed ex commodo aestumare, magisque voltum quam ingenium bonum habere.

De modo semelhante, Lívio afirma que as forças romanas esgotam por si mesmas (Pref. 4), e que a riqueza trouxe a cobiça, e os prazeres abundantes introduziram o desejo de perder-se e de perder tudo pelo luxo e pela devassidão (Pref.12).

Ambos consideram isso como um processo, pois afirmam que se deu de forma gradativa: *foi crescendo pouco a pouco, tais vícios algumas vezes coibidos*, nas palavras de Salústio, *a ponto do contágio se tornar universal, o que transformou a cidade*. Para Lívio, isso também ocorreu *paulatinamente (labente deinde paulatim...)*, com decadência dos princípios morais, pensamento e dos costumes. Até chegar a um ponto em que não é mais possível suportar os vícios nem seus remédios, ou seja, nem as guerras nem qualquer que seja seu desfecho (Pref. 9)⁴³. Em Salústio, a lembrança das proscricções e da disputa pelo poder até as últimas conseqüências o faz identificar a mudança inclusive no modo como Roma estava sendo governada: *e o governo de justíssimo e ótimo passou a ser cruel e intolerável*.

Para os dois historiadores, as principais conseqüências da decadência romana podem ser localizadas na falta de disciplina e conseqüentemente na invasão da luxúria na sociedade romana. O termo *disciplina* se remete à idéia de regras de conduta, ou ainda a uma disciplina de vida observada por todos os cidadãos e inspiradora das leis (DAVIAULT,1996, p.62); definição que a aproxima de *virtus*, ou seja, a subordinação da pessoa à cidade. *Virtus*, da qual deriva virtude, significa a qualidade de ser de um homem (*vir*: definição que abrange desde homem a herói). A *luxuria*, que já estava presente no vocabulário camponês romano, era a vegetação espontânea e indesejável que por ‘indisciplina’ compromete a colheita, ou tudo que se caracterizava como excesso (GRIMAL, 1984, p.67).

⁴³ Para mais detalhes, ver item 1 do capítulo 3.

Para Salústio a origem de todos os males inicia-se com a destruição de Cartago, ou seja, sem os inimigos externos, que dava coesão no direcionamento dos esforços pelo bem comum, passa-se a ganância e a luxúria.

Mas engrandecida a república por meio dos trabalhos e da justiça, tantos e tão poderosos reis, nações, e grandes povos foram subjugados com as armas, e Cartago, a êmula do império romano, arruinada desde os fundamentos; em plena sujeição o mar e a terra, começaram então a esbravecer-se e a confundir tudo a fortuna (Catilina 10 a).

Lívio constrói de maneira diferente sua base interpretativa acerca da decadência moral dos romanos⁴⁴. Ele identifica a decadência romana como consequência das vitórias romanas no Oriente:

o luxo das nações estrangeiras penetrou em Roma na esteira do exército romano conquistador da Ásia: foi ele que introduziu na cidade os leitos adornados de bronze, os tapetes preciosos, os véus e os tecidos delicados, e diversas outras práticas cotidianas, e profetiza e que seriam apenas a semente das futuras luxúrias (semina erant futurae luxuriae).(39,6,3-9)

⁴⁴Segundo Luce, a historiografia moderna pecou nesta questão por se assentar em generalizações. Uma primeira motivação estaria na adesão de muitos historiadores ao consenso de que Lívio não possuía o domínio das fontes e nenhuma, ou talvez poucas, interpretações próprias acerca da história de Roma. E poucos foram os historiadores que observaram que para Lívio o início do colapso vem de algum ponto após 167 a.C. (1977, p.250)

A diferença da data de constatação do início da decadência romana oferece importantes questões acerca do posicionamento ideológico de Lívio, e mesmo que ao longo de sua narrativa nestes livros o historiador não faça comentários pessoais, a construção do texto fala por si mesma. O critério para a escolha das fontes deve ser considerado como um fator significativo, pois Lívio não seguiu apenas Políbio ao relatar as conquistas romanas deste período.

Para a melhor compreensão deste contexto é necessário observar a o processo de ab-rogação da Lei Ópia, instituída durante a guerra contra Aníbal e que limitava o uso de ouro, jóias e vestes suntuosas e demais “luxos” às mulheres (34.1-7). Conhecido pelo seu tradicionalismo, Catão discursa contra a *luxuria*: *A avareza e a luxúria que agora afligem o Estado são males gêmeos que derrubam todos os grandes impérios* (34.4.2). E prossegue:

Como a fortuna de nossa nação diariamente torna-se rica e grande tal como o império cresce – pois já cruzamos a Ásia e a Grécia, lugares cheios de tentação para satisfazer todo desejo, e temos colocado as mãos nos tesouros dos reis – eu até temo que estas causas possam sair do nosso controle (34.4.3).

Lívio, intencionalmente ou não, comete um anacronismo, pois o que é dito por Catão aqui sobre os tesouros dos reis não é verdade: os romanos ainda não tinham feito isso. Para Luce, Lívio faz de Catão um profeta, que já prevê que as conquistas romanas podem proporcionar a invasão da *luxuria* na sociedade romana (1977, p.252).

A atitude com os romanos diante da riqueza sempre foi ambígua. Convencidos por seu poder procuraram regulamentar a sua posse. Convêm lembrar as medidas tomadas pelos censores contra os cidadãos (na realidade os senadores) que possuíam objetos de prata (exceto o saleiro, por se tratar de objeto cultural: nas cerimônias se oferecia aos deuses um pouco de sal, jogando grãos ao fogo doméstico). Sabe-se que também existiu uma série de leis suntuárias, que iam sendo substituídas umas pelas outras, à medida que cada uma demonstrasse impotência para restringir as despesas dos cidadãos. Geralmente eram as despesas de mesa, cujo luxo implicava compras externas e, portanto implicava em supor que o dono da casa dispusesse de enormes quantias de dinheiro vivo. Sabe-se que os romanos foram um dos últimos povos italianos a estabelecerem cunhagem de moeda própria, e utilizaram por muito tempo lingotes de couro. Julgavam indispensável limitar a posse e o uso de tudo o que se assemelhasse à riqueza mobiliária, e tudo que não fosse propriedade imóvel.

Em compensação, a esta propriedade imóvel, teoricamente limitada a alguns hectares por família no tempo de Rômulo, não se impunham mais limites nos finais da república. Numa frase de Catão: “o pai de família deve vender e nunca comprar”. Isso porque a propriedade é concebida como uma célula autárquica: as culturas nela praticadas devem bastar para alimentar os trabalhadores e o dono, com sua família.

Durante o tempo em que Roma foi pequena e se envolveu em guerras que não conduziam a locais distantes essa economia foi possível. Mas após a Segunda Guerra Púnica, que alargou intensamente seus horizontes e o campo de ação das legiões, os senadores não tiveram mais a possibilidade de ser ao mesmo tempo, pais de família atentos à vida do domínio e chefes militares ou administradores em Roma, no senado ou nas províncias. As sessões no Senado exigiam cada vez mais sua presença na Cúria. Uma residência em Roma

passava a ser indispensável e custava caro. A propriedade rural deveria prover estes gastos, e os senadores acabavam parecendo pobretões diante de seus compatriotas que se dedicavam ao comércio e arrendavam em sociedade, a percepção dos impostos; compreende-se que tenha sido forte a tentação de abandonar a riqueza imobiliária que se tornara quase-pobreza, em favor de atividades mais rentáveis. (GRIMAL, 1992, p.141-152).

O contexto da explicação da decadência moral descrito por Lívio iniciado no livro 34 teria sua manifestação mais significativa no episódio da Bacanália, exposto no livro 39. O relato se inicia com a chegada de um grego na Etrúria, de origem obscura, espécie de sacrificador e adivinho, mas que não ensinava sua doutrina publicamente, e mais que ilustrar o povo, imputava-lhe temores supersticiosos (39, 8). Seu sucesso o fazia chegar até Roma: *esta asquerosa mácula se espalhou como uma epidemia* (39, 9).

O desenrolar do “episódio” conta a história do jovem Ebúcio, de família abastada, enamorado com uma rica e famosa liberta cortesã, Híspala Facênia. Ebúcio conta-lhe que vai iniciar-se nos mistérios de Baco, por um voto religioso inventado por sua mãe e por seu padrasto, que visavam sua herança. Posteriormente (39, 11), se recusa a iniciar-se no culto e denuncia o ocorrido ao cônsul Postúmio, que inicia uma série de interrogatórios e descobre que os cultos eram realizados à noite, freqüentados por homens e mulheres, e contento rituais “imorais”. O Senado ao ficar ciente da situação, inicia a repressão ao culto por meio do *senatus consultus* (39, 17). Cerca de sete mil pessoas foram implicadas, sendo seis mil presas ou condenadas à morte (CORASSIN, 2001, p. 57). A decisão do Senado não implicava na proibição do culto a Baco, pois permitiria reuniões com mais de cinco pessoas, realizadas sem a autorização do pretor ou do Senado (39, 18). A repressão romana à bacanália se justifica pelo temor romano de movimentos organizados e numerosos (CORASSIM, 2001, p. 58).

Além disso, a grande atenção dada por Lívio a esta passagem demonstra como elementos externos corrompem o caráter romano. O culto é visto como uma epidemia, pois estimula comportamentos como a embriaguez, obscuridade, a falta de pudor; e seu ritual em nada se assemelha às tradicionais práticas religiosas romanas.

As diferenças na abordagem destes dois historiadores acerca da decadência romana deve ser remetida a duas correntes de pensamento da época. A visão de Salústio deriva de Posidônio, com particular referência ao *metus punicus*, ou seja, a ausência de um inimigo externo corrobora com o enfraquecimento interno de um estado, uma vez que possibilita desentendimentos e busca desenfreada pelo poder. A influência de Lívio provém da tradição senatorial do século II a.C. A avaliação que Lívio faz do retorno de Manlio com as tropas, indiscutivelmente é baseada em Pisão, historiador da época dos Gracos (LUCE, 1977, p.272). Esta tradição enfatizava a importação de idéias e práticas estrangeiras perniciosas, principalmente do Oriente, e está de acordo com as posições de Catão, o Velho.

Em alguns pontos as escolas não variam: a idéia de *metus hostilis* é encontrada em ambos. Para Salústio, os maus comportamentos decorrem quando os homens obrigados a lutar abandonam suas próprias obrigações. A causa disso é a natureza má do homem, que requer o estímulo do medo de um inimigo externo para mantê-lo ocupado e sob controle.

Para Lívio a questão é a associação com culturas externas e no prefácio não há nenhuma menção ao *metus hostilius*. A palavra *imigraverint* demonstrada em pref 11: a causa básica é social cultural – a contaminação de sólidas tradições nativas por práticas e idéias provenientes de fora.

[11] Mas, ou o amor pela atividade em que me encarreguei me engana, ou jamais nenhum estado foi maior, mais venerável, mais rico em bons exemplos, nem houve nunca cidade na qual a cobiça e o luxo se tenham imigrado tão tarde, nem onde a honra dada à pobreza e à parcimônia fosse tão grande e duradoura. A ponto de, quanto menos riquezas, tanto menos cobiça havia: [12] em nossos dias, a riqueza trouxe a cobiça, e os prazeres abundantes introduziram o desejo de perder-se e de perder tudo pelo luxo e pela devassidão⁴⁵.

Ao argumentar que Roma foi o lugar onde mais se demorou em manifestar a cobiça e o luxo, Lívio espera enfatizar que os romanos, diferentes dos outros povos, são mais resistentes ao processo de decadência (MILES, 1997, p.77) Lívio tinha a tendência de ver nações e povos a partir de estereótipos: os númidas com apetite sexual excessivo (29.23.4; 30.12.18), os gregos preferem falar a agir (8.22.8).

Alguns acreditam que Lívio tinha uma visão orgânica ou biológica do processo histórico: nações crescem e declinam como indivíduos; a questão não era se Roma cairia, mas quando. Mas esta cláusula em *Pref.11 em nenhuma cidade tão tarde a avareza e a luxuria imigraram*, não combina com a interpretação biológica tal como encontramos em Políbio.

Se a decadência é externa, é possível admitir apenas negativismo no prefácio de Lívio?

A Resposta é não. Motivado pelo caráter utilitarista da história e dos *monumenta*, as alusões

⁴⁵ [11] *Ceterum aut me amor negotii suscepti fallit, aut nulla unquam res publica nec maior nec sanctor nec bonis exemplis ditior fuit, nec in quam [civitatem] tam serae avaritia luxuriaque immigraverint, nec ubi tantus ac tam diu paupertati ac parsimoniae honos fuerit. Adeo quanto rerum minus, tanto minus cupiditatis erat: [12] nuper diuitiae auaritiam et abundantes voluptates desiderium per luxum atque libidinem pereundi perdendique omnia invexere.*

presentes em *Pref.8 e Pref.10* remetem ao princípio da *historia magistra vitae*. Então o que se espera dos romanos é que Roma renasça. Esta expectativa de renascimento que a permeou a composição da Eneida também pode ser encontrada em outras referências. O próprio Salústio expõe sua esperança de que a concórdia seria restabelecida em Roma em uma carta a César. Cícero também estava em busca da *concórdia ordinum* no seu tratado *De Re Publica*. No campo religioso, augúrios favoráveis estimulavam o otimismo.

Na época de Varrão, um certo Vétio interpretou que os doze abutres vistos por Rômulo: uma vez Roma tinha atravessado os primeiros 120 anos desde a fundação, lhe estaria assegurada uma existência de mais 1200 anos. A astrologia sugeriria uma nova dimensão cíclica para Roma. Desde a implantação do calendário Cesariano que dividia o ano em 365, pensou-se em ciclos de 365 anos, depois dos quais se encontraria ou a morte ou a renovação. Coincidência ou não os cálculos demonstravam que da fundação de Roma até Camilo, haviam passado cerca de 365 anos, e o século I estava exatos 365 anos distante daquele renascimento de Roma. (MAZARINO, 1991, p.26-27).

A Roma de Lívio é descrita como possuindo, tal como os outros estados, progressos através do ciclo de ascensão e queda, mas é também apresentada como tendo já uma vez se redescoberto e se renovado, depois de sofrer o declínio com a derrota militar para os gauleses e a desmoralização pública que se seguiu. Lívio tende a enfatizar o conceito de Roma Eterna. O conceito acerca da sucessiva ascensão e queda dos estados utilizado pela historiografia helênica é rompido em Lívio. Roma por si só, pela sua eternidade sofre com a decadência e se renova, num processo contínuo. No livro 4 ele afirma, através do discurso do tribuno Canuleio:

“quem poderia duvidar que uma cidade fundada para a eternidade e sem qualquer limite para o seu crescimento tenha estabelecido o aumento de sacerdotes, modificações nas leis e privilégios das famílias e dos cidadãos?”
(quis dubitat quin in aeternum urbe condita...) (4.4.4)

O pessimismo do prefácio deve então ser visto como um diagnóstico dos problemas enfrentados pelos romanos. Se a principal causa da decadência moral é externa, o esforço do historiador paduano ao redigir os primeiros livros será enfatizar o oposto, ou seja, apresentar uma fronteira identitária que seja capaz de demonstrar aos romanos o seu valor, desvinculado de heranças externas. Neste sentido, o esforço em desenvolver termos ideológicos contemporâneos na narrativa da fundação de Roma, consequência do percurso cronológico de sua obra, exige do autor a adaptação de alguns aspectos da tradição, que muitas vezes podem se mostrar contraditórios – como, por exemplo, a ambigüidade da figura de Rômulo, ora fundador, ora tirano, que deve ser considerada pela inconsistência dentre os diversos relatos da tradição e também destes relatos com as pretensões ideológicas de Lívio. O passado como válvula de escape ou modelo implica em duas possibilidades para com o futuro (irremediável ou esperançoso) reforça o sentido de que questões de identidade romana ainda não estão resolvidas. Juntas, estas ambigüidades devem ser vistas menos como incapacidade de Lívio enquanto pensador que seu profundo engajamento com as ideologias que prevalecem em sua época (MILES, 1997, p.178).

Capítulo III

O relato dos reis e a constituição liviana da identidade romana

3.1. Datação da *Ab Urbe Condita* e a relação da obra com Augusto

A obra de Lívio, tal como qualquer obra de literatura, deve ser observada em dois momentos distintos, o da redação e o da publicação. Tal demarcação por si só contempla um extenso período, que se inicia anos antes da vitória de Augusto sobre Antonio e avançara ao longo de todo o seu reinado⁴⁶. A publicação se deu a cada cinco livros, e segundo esta estimativa, a primeira pentade foi escrita até mesmo antes do início da década de 20, e os trinta e cinco livros sobreviventes não foram escritos muito além desta década.

O pessimismo exposto no prefácio do livro I pode ser visto como amostra do sentimento que acompanhava toda a sociedade romana desde o início das guerras civis. As razões que conduziram Roma a dobrar-se diante da sua grandeza preocupam o historiador, e sua intenção é esclarecer aos leitores que a observação da história de Roma que ele está prestes a iniciar pode servir de exemplo para o que imitar e o que evitar. Mas seria possível se chegar a uma definição mais precisa acerca dos elementos que compõe o pessimismo de Lívio? A que precisamente se refere o lamento de Pref.9: *até que chegamos a esta época, em que não podemos mais suportar nem nossos vícios, nem seus remédio*⁴⁷. Que vícios e que remédios são esses? A historiografia moderna se encarregou de buscar uma resposta para essa questão, como ponto de partida convincente para o estabelecimento das relações entre Lívio e Augusto no campo ideológico político⁴⁸.

⁴⁶ Como já foi salientado, há divergências sobre a idade de Lívio, e conseqüentemente sobre o ano de sua morte, inclusive se foi antes ou depois da morte de Augusto.

⁴⁷ Haec tempora quibus nec vitia nostra nec remedia pati possumus.

⁴⁸ Conforme já foi discutido no capítulo I, as novas gerações de estudiosos do historiador paduano avançaram em relação aos que seguiam *Quellenforschung*, e não mais se preocupam em estabelecer fontes e de certa forma confiabilidade histórica na obra de Lívio. Nas décadas mais recentes, principalmente se tomando por base as pesquisas de Luce, as análises se projetaram para a relação entre a obra e sua relação com a sociedade, ou seja, se

A questão se coloca da seguinte forma: por muito tempo a historiografia relacionou *haec tempora quibus nec vitia nostra nec remedia pati possumus* com o momento posterior às guerras civis, mais precisamente a partir das reformas iniciadas por Augusto, que são interpretadas como *remedia*. Contra esta hipótese destaca-se a evidência de que os livros eram publicados em conjunto de cinco⁴⁹, e conseqüentemente para estarem prontos por volta da época em que Otávio recebe o título de Augusto (conforme os excertos apontados e discutidos abaixo em que o termo Augusto é mencionado no texto de Lívio) seria necessário que a sua redação tivesse sido iniciada um considerável tempo antes, seja pelo volume deste conjunto inicial – cerca de 500 páginas de um livro moderno, seja pelo fato de ter sido escrito em ordem seqüencial.

Mas se este prefácio foi escrito até antes de Augusto derrotar Antonio e então sozinho no poder dar início às reformas, o termo *remedia* deve ser entendido como as próprias guerras civis, em sentido metafórico. Woodman se apóia nesta hipótese ao buscar uma datação mais precisa sobre a obra de Lívio. Referências acerca das guerras civis no excerto Pref. 4-5, não parecem questionáveis:

(...) *esses tempos recentes em que as forças de um povo há muito tempo superior se esgotam por si mesmas (...), buscarei desviar-me para longe do espetáculo dos males que nossa época presenciou durante tantos anos,*

anteriormente os estudos se dedicavam a mapear as influências das fontes consultadas por Lívio e viam sua obra a partir de uma perspectiva já acabada, os estudos mais recentes se preocupam em entender como, diante das opções possíveis, a obra assumiu tal forma; o enfoque em temas e na estrutura da obra realça então um historiador original, ante ao mero copista inocente.

⁴⁹ Como sugerem Bayet (1933) e Syme (1959).

No entanto, prossegue Woodman, o excerto Pref. 9, *nec vitia nec remedia...*, foi tomado pelos pesquisadores do século XX como uma crítica alusão à degeneração da moralidade pública que Augusto se preocupa em remediar por meio de reformas a partir do ano de 28. Se assim o for, o prefácio de Lívio deve ser datado neste ano. Um argumento que enfraquece esta hipótese pode ser encontrado na tese de Badian, que afirma que a legislação de 28 sequer existiu (1988, p. 133)⁵⁰.

O emprego do termo *remedia* como menção à ditadura constitucional em momentos de crise republicana é recorrente em 3.20.8 (*Roma estava tão doente que os remédios comuns não bastavam para curá-la*⁵¹) e em 22.8.5 (... *se recorreu a um remédio que por longo tempo não havia sido reclamado ou aplicado: a nomeação de um ditador*⁵²). Contudo o desfecho das guerras civis coroaria o vencedor com poderes de uma ditadura inconstitucional, *remedia* a que os romanos eram avessos e que Lívio ainda não era capaz de aceitar⁵³. Em Tácito a leitura é feita da mesma maneira. *Não havia outro remédio para a pátria dividida contra si própria que não fosse ser governada por um único homem* (Anais 1.9.4)⁵⁴.

As implicações desta teoria de Woodman sugerem uma revisão na relação entre Augusto e Lívio. Se for datado em 28 pode revelar certo descontentamento do historiador com o *princeps* e suas políticas. No entanto, se for datado antes, expressa um natural descontentamento com a possibilidade da hegemonia de um único general, como comandante do Império frente à incapacidade de retorno dos antigos moldes da instituição republicana.

⁵⁰ Trata-se do artigo publicado em 1985, *A Phantom Marriage Law*, *Philologus* 129, 82-98.

⁵¹ *Non ita civitatem aegram esse ut consuetis remediis sisti possit.*

⁵² *itaque ad remedium iam diu neque desideratum nec adhibitum, dictatorem dicendum, ciuitas confugit*

⁵³ sobre este eventual consenso dos contemporâneos de Lívio acerca da hegemonia de um dos dois generais, Otávio ou Antonio, conferir Cornélio Nepos *Att. 20.4 apud* Woodman, 1988 n. 75.

⁵⁴ *Non aliud discordantis patriae remedium fuisse quam [ut] ab uno regetur*

Duas citações de Lívio ao longo da primeira pentade serviram como base para a historiografia explorar melhor esta questão. Nas duas passagens, Augusto é mencionado: no livro 1 (19,2-3), e no livro 4 (20-7). O primeiro estudioso a se deparar com a possibilidade de determinar a datação da primeira pentade por meio dos excertos acima citados foi Henry Dodwell em 1698 (*apud* Bayet 1954, p. xvii). Na primeira passagem citada acima, Lívio, ao discorrer sobre a fundação do templo de Jano, comenta que o templo foi fechado apenas duas vezes:

*no consulado de Tito Manlio, ao final da primeira Guerra Púnica, e uma segunda vez, quando os deuses permitiram a nossa própria geração testemunhar, após a batalha do Áccio, quando o imperador César Augusto trouxe a paz sobre a terra e o mar*⁵⁵.

Se o termo Augusto aparece na menção a Otávio, esta passagem apenas poderia ter sido escrita entre 27 e 25, pois foi nessa primeira data que Otávio recebeu o título de Augusto. Contudo há uma segunda cerimônia de fechamento do templo de Jano posterior à de 29, em 25, que por não ser mencionada por Dodwell serviu como indício para a sua interpretação desta questão da datação do primeiro livro, e possivelmente da primeira pentade. Jean Bayet (1933) seria o primeiro a questioná-la, entendendo que estas duas passagens seriam fruto de adições posteriores que constituíam uma segunda edição da primeira pentade.

⁵⁵ *Bis deinde post Numae regnum clausus fuit, semel T. Manlio consule post Punicum primum perfectum bellum, iterum, quod nostrae aetati di dederunt ut videremus, post bellum Actiacum ab imperatore Caesare Augusto pace terra marique parta .*

Em 1965, a teoria desenvolvida por Luce, acerca da datação da primeira pentade, tornou a mais aceita entre os pesquisadores sobre o tema. Em seu artigo *The Dating of Livy's First Decade*, o autor procurou por meio de confrontos de menções a Augusto estabelecer as datas da publicação dos primeiros livros de *Ab Urbe Condita*.

Luce constata que se as menções se referem realmente a Augusto, elas teriam sido escritas, certamente, após o ano de 27, e portanto são adições. Lívio poderia ter iniciado a composição da primeira pentade antes, inclusive, da batalha do Áccio. Critica o razoável volume de publicações que partem do pressuposto de a primeira pentade ser Augustana (p.210-11).

Para ele, a solução para a questão encontra-se numa aguçada análise da segunda menção a Augusto na primeira pentade, no livro 4. Trata-se do relato de como A. Cornélio Cosso obteve *spolia opima*, em 437. Lívio descreve primeiro os eventos que conduziram a batalha além dos muros de Fidenas, entre romanos e o combinado de forças entre fidenates, veientes e faliscanos (4.17.6 – 18.8). Em seguida a personagem aparece na narrativa:

Na cavalaria romana havia um tribuno militar chamado A. Cornelius Cossus⁵⁶, homem de rara beleza física, de caráter e coragem sem par, orgulhoso de sua linhagem, que seria mais ainda enobrecida por ele, como a herança a seus descendentes. Ao ver que as tropas romanas perdiam terreno sempre que Tolumnio atacava, ao reconhecer o rei ao longo da linha de frente, por suas vestes majestosas [se preparou para atacá-lo]. (4.19.1-2)

⁵⁶ *erat tum intere equites tribunus militum A. Cornelius Cossus*

Tal como no relato de invocação de Rômulo a Júpiter, que instituiria a celebração de *spolia opima*, Lívio descreve Cossus invocando os deuses e em seguida avançando com seu cavalo em direção ao rei. Cossus derruba-o do cavalo e, golpeando-o até a morte, corta-lhe a cabeça, que exposta na ponta de sua lança afugenta o exército inimigo.

No retorno a Roma, prossegue Lívio no início do capítulo 20, o ditador Mam. Aemilius obteve por meio de um senado consulto ratificado pelo povo a entrada triunfal em Roma,

mas foi Cossus quem atraiu os olhares de todos, com os despojos do rei que matara. A ele os soldados dedicaram suas canções ingênuas, comparando-o ao próprio Rômulo. Estes despojos ele os levou ao templo e dedicou com toda pompa a Júpiter Ferétrio, depositando junto aos de Rômulo, que até então haviam sido os primeiros e únicos considerados opimos. Os olhares dos cidadãos desviavam-se do carro do ditador para se fixarem em Cossus, que sozinho arrebatou todas as homenagens naquele dia. (4.20.1-3)

As contradições aparentemente não resolvidas do relato de Lívio surgem em seguida. Lívio afirma que seguiu os historiadores ao se referir a Cossus como tribuno militar, e que, no entanto, conforme a tradição, a dedicação de *spolia opima* apenas era garantida a generais que combatiam sobre seus próprios auspícios, o que não seria o caso neste episódio se Cossus tivesse combatido enquanto tribuno militar. Lívio então afirma logo em seguida ter ouvido pessoalmente de César Augusto que, ao reformar e restaurar o templo de Júpiter Ferétrio, tinha visto a inscrição que afirmava que Cossus não fora tribuno militar, mas côsul.

Corrige então sua posição, justificando que Cossus não poderia ter sido um tribuno militar quando obteve o triunfo, mas cônsul: *na minha opinião, seria quase um sacrilégio privar Cossus e seus despojos do testemunho de César, restaurador do próprio templo*, e o erro então recairia sobre os antigos anais e os livros dos magistrados que datam o consulado nove anos depois.

Mas logo em seguida Lívio oferece demonstrações de suspensão de julgamento: *este é um problema que cabe a cada um resolver*, e afirma que ainda que não se deve atribuir este episódio da dedicação dos despojos ao consulado de Cossus, pois foi *em época de fome e epidemia, e que não houve combates por cerca de três anos, como demonstram os anais, que em sinal de luto apenas registram os nomes dos cônsules*.

E como se pretendesse dar por encerrada a discussão, Lívio afirma que conjecturas são livres, mas na sua opinião inúteis. Cossus não se apresentaria diante de Júpiter e Rômulo, duas testemunhas temíveis, se atribuindo um falso título⁵⁷.

No entanto, nova menção ao episódio aparece doze capítulos depois. E novamente Cossus é mencionado como Tribuno Militar, em um discurso indireto proferido pelo mesmo ditador do episódio anterior. Na iminência de um ataque veiente, o ditador discursa às tropas e utiliza como elemento de motivação o fato dos romanos já terem vencido Véios inúmeras vezes, inclusive na ocasião em que o tribuno militar A. Cornelius [Cossus] como mestre da cavalaria derrotara e despojara o rei de Véios Tolumnius: *magistrum equitum A. Corneliium eundem in acie fore qui priore bello tribunus militum*.

⁵⁷ Ea libera coniectura est. Sed, ut ego arbitror, uana versare in omnes opiniones licet, cum auctor pugnae, recentibus spoliis in sacra sede positis, Iovem prope ipsum, cui uota erant, Romulumque intuens, haud spernendos falsi tituli testes, se A. Corneliium Cossum consulem scripserit.

Os indícios então de que o excerto que menciona a opção por determinar Cossus como cônsul se referem a uma adição posterior, provavelmente em uma segunda edição, sugerem uma possível interferência de Augusto na obra do historiador romano. Diante da sugestão pessoal do *princeps*, Lívio passa a considerar a possibilidade de que o relato dos antigos historiadores e dos anais estivesse incorreto. Mas a leitura do episódio no contexto mais amplo, até o capítulo 32 demonstra exatamente o contrário. Principalmente se for levado em consideração que esta questão tinha algum significado para os leitores de Lívio.

Segundo a tradição, M. Licínio Crasso havia reclamado a honra de *spolia opima* (melhores despojos) por ter pessoalmente matado o líder dos Bastarnos na batalha em que ele, Crasso, era o comandante do exército romano na província da Macedônia, no ano de 29. Além disso, Otávio tinha rejeitado o pedido baseado no argumento que somente se concederia tal cerimônia se tivesse ocorrido como no passado, ou seja, aos comandantes que tivessem combatido sobre seus próprios auspícios; e que Crasso, atuando como legado pró-consular não possuía o *imperium* por direito próprio, mas estava subordinado ao *imperium* de Otávio. A oposição ao pedido de triunfo claramente demonstra a tentativa de Augusto em evitar a celebração de triunfos por outros comandantes romanos, pois poderiam diminuir sua própria pretensão de centralização as honras em sua única, como de fato ocorreu durante seu reinado. Assim, a repercussão polêmica desta passagem ilustra com pertinência singular as nuances do início do novo regime. Augusto inicia o processo de centralização em sua pessoa de todas as honras do Estado.

Se o impacto da publicação poderia incomodar Augusto a ponto de uma segunda edição ter sido “recomendada”, duas importantes constatações podem ser apontadas. Primeiro, a primeira versão do episódio pode ter sido escrita antes de 29, afinal se a negação de Augusto

ao triunfo de Crasso já tivesse ocorrido, Lívio certamente apresentaria o episódio histórico de outra maneira. Em segundo lugar, a passagem do capítulo 32 pode sugerir que a adição ao final do capítulo 20 foi feita, mas não revisada junto ao contexto do livro. Ou, e talvez seja a constatação mais pertinente, a omissão de uma eventual revisão geral do livro possa ter sido intencional. Segundo Miles, a opção de Lívio de ter inserido o comentário de Augusto, mas não ter suprimido as duas passagens, 4,20,3 e 4,32,4 em que (re)afirma que Crasso havia sido tribuno militar, deve ser entendida como estratégica. Possivelmente ele pode ter se sentido obrigado por Augusto a relatar o seu testemunho da inscrição encontrada no templo.

Lívio, por qualquer razão, não permite entender diretamente se o testemunho de Augusto seja falso ou não. A ambigüidade, a falta de clareza, de desenvolvimento lógico e explícito e a digressão analítica de Lívio cria no leitor uma dificuldade de interpretação (MILES, 1997, p.48-9).

Por meio do reconhecimento da fragilidade e da limitação das fontes, Lívio priva Augusto do poder de impor sua autoridade sobre a história. Ele obtém, assim mais sucesso do que se tentasse enfrentar Augusto, questionando a validade do seu testemunho sobre as informações obtidas no templo. Diante do real poder de Augusto na sociedade romana, a tática de suspensão de julgamento adotada por Lívio demonstra que sua intenção é demarcar funções: Augusto pode triunfar diante do Senado e obter a aceitação popular, mas no campo da história, a autoridade pertence a Lívio.

Em concordância com Miles, C. Kraus e A. Woodman afirmam que Lívio está declarando sua independência da rede de autoridade política que o *princeps* poderia potencialmente manejar, inclusive a esfera da literatura, mas há muito poucos casos de censura

ou punição de Augusto contra escritores. Entre os poucos exemplos, Cassius Severus foi banido e seus escritos queimados como pena para a calúnia, aparentemente não direcionada contra Augusto ou sua família, mas contra lideranças senatoriais; Ovídio foi exilado, presumivelmente não por seus escritos, mas por uma falta ainda desconhecida, possivelmente o envolvimento com a neta do *princeps*, sem deixar de publicar suas obras; Timagenes, um historiador Grego, foi banido da casa de Augusto, mas continuou vivendo em Roma e a atacar o imperador.

Ainda que o imperador e o historiador pareçam ter compartilhado muitos elementos de um programa moral e social, Lívio estava fundamentalmente desligado da política. Desligado, mas não desapaixonado: a preocupação de Lívio com a regeneração moral o envolve em investigação e crítica de aristocratas e plebeus, do comportamento de Roma frente aos estrangeiros e a problemática influência sobre Roma, nos líderes e liderados.

Da hipótese que parecia mais óbvia resta apenas a característica de se apresentar como mais cômoda para os pesquisadores. Afinal, a interpretação de que Lívio aponta para Augusto e suas reformas quando quer se referir aos *remédios que os romanos não podem suportar de uma época corrompida* o coloca de certa maneira como simpatizante das reformas que estão se realizando na sociedade romana, e finalmente, que os livros iniciais, ou seja, os que se referem ao período monárquico estão diretamente ligados aos feitos de Augusto.

No momento, o recorte adotado para a pesquisa não permite entrar no mérito para afirmar se Lívio se simpatiza com o regime e escreve procurando traçar paralelos que valorizem, ou legitimem, a atuação de Augusto. No entanto, para o período dos reis, é necessário que a análise parta deste pressuposto, ou seja, de que a sua publicação e a redação

devem ser remanejadas para o período anterior ao momento em que Otávio torna-se Augusto. Neste sentido, nas palavras de Miles, Lívio remonta a um projeto de identidade romana calcado na tradição romana que pretende perpetuar e interpretar a memória coletiva sobre a qual a identidade e o caráter do povo romano depende. (1997, p. 74).

Enfim, a questão então da subordinação ou não de Lívio a Augusto não deve ser procurada neste trabalho. Considerando que a redação dos livros iniciais e o conflito entre Antonio e Otávio são contemporâneos, não é possível apontar com segurança algum posicionamento de Lívio, tal como o fez muito bem Grimal acerca da posição de Virgílio por meio da análise de suas obras⁵⁸. A única certeza encontrada é a sua aversão à tirania, e em certa medida a César, conforme as alusões que podem ser encontradas no comportamento de determinados reis.

Por outro lado, é possível apontar com maior segurança a defesa que Lívio constrói acerca da tradição romana, num jogo em que tradição e identidade mutuamente sustentam um senso etnocêntrico.

3.2. A rusticidade dos primeiros reis: elementos da identidade romana em Lívio

A partir apenas de uma comparação simples, verificando-se a extensão do relato das narrativas de Lívio e de Dionísio de Halicarnasso, constata-se que o historiador de Pádua

⁵⁸ No início de sua vida Virgílio recebe o apoio de Galo, partidário de Antonio. Somente por volta de 40, como evidenciam as passagens da IX égloga das *Bucólicas*, publicada por ocasião do restabelecimento da posse das terras de Virgílio é que a opção por Otávio torna-se evidente, e que culmina com o projeto da Eneida, que implica na valorização das origens da gens Iulia como predestinada para fundar (e nas circunstâncias do presente do autor) refundar Roma.

selecionou determinadas informações de suas fontes históricas para compor o seu relato. Enquanto que na obra do historiador grego o período monárquico é composto de quatro livros, repleto de citações de autores romanos, Lívio adequa todo este período a um único livro.

Como já foi exposto anteriormente, a obra de Lívio, vista em sua totalidade, indica que se dedica uma menor atenção aos períodos mais distantes, e segundo os resumos de sua obra, quanto mais a narrativa se aproxima de seu tempo, mais detalhes são apresentados, a ponto de Lívio praticamente dedicar um livro por ano para os séculos próximos a ele.

A justificativa para tal procedimento se dá pela falta de fontes para o período que compreende os primeiros 350 anos da história de Roma, pois em 390 a.C (considerando a fundação em 753) a cidade foi incendiada após invasão gaulesa. Mas, por outro lado, além das implicações do aspecto lendário, o período da fundação também remete a um fator que é peculiar ao senso comum romano: a aversão à monarquia. Esta circunstância não deve ser tolhida, uma vez que uma das explicações para a decadência romana correntes na época era a da busca desenfreada pelo poder, pela imitação principalmente de Alexandre, pela ostentação dos triunfos militares.

Tratar então do período monárquico em Lívio requer a atenção a possíveis contradições que surgem de seu relato. O Rômulo de Lívio se diferencia do de Dionísio de Halicarnasso, principalmente pela ênfase dada à auto-suficiência e valorização da rusticidade do primeiro e pela sua linhagem heróica. Isso suscitará contradições com as ideologias de auto-representação romana (MILES, 1997, p.138).

Ao decidir abordar a monarquia, Lívio se depararia com esta ambigüidade: o período monárquico proporciona ao leitor realizar aproximações com o presente, e por isso ao seu

entender deve ser tratado com cuidado. Por outro lado, não pode ser descartado, tanto pela sua pretensão de elaborar a melhor obra acerca da história de Roma, como pelo caráter identitário que permeia a fundação da cidade: assim ele já se justificara no prefácio – *misturando o divino com o humano, se tornem mais veneráveis os primórdios das cidades*. Ao descrever que Rômulo descende de Marte manifesta a maneira como os romanos escolheram se auto-representar e serem vistos, e de certa forma se justifica pela grandeza alcançada pelos romanos. Trata-se, portanto de um assunto que depende menos do que tem acontecido no passado do que como o passado tem sido lembrado (MILES, p.18).

No entanto, Lívio não inicia sua obra com a fundação da cidade. Retrocede até Enéias, tal como a tradição costumava fazer: *como é do conhecimento geral*⁵⁹... é a frase que inicia sua narrativa. A voz passiva, empregada até o capítulo 4 era utilizada com o intuito de não se responsabilizar pelos fatos até então narrados, e assim procedendo Lívio pretende não interferir neste assunto distante e fabuloso. No entanto, segundo Miles, ao se manifestar sobre Rômulo, o discurso direto é assumido, tal como se a intenção do historiador fosse gerar credibilidade ao leitor, por meio de sua autoridade.

O apelo à sua autoridade caracterizam o discurso de Lívio diante do relatos dos reis. O período não será tratado de maneira inocente, mas ao contrário, repleto de comentários céticos a respeito de alguns elementos da tradição. O que se pergunta então é que, ao não considerar o relato de Rômulo completamente falso, qual seria a motivação ideológica que estaria por trás do relato?

Lívio inicia a lenda de Rômulo com duas frases que aparentemente se contradizem:

⁵⁹ *Iam primum omnium satis constat...*

Mas o destino, creio eu, exigia a fundação desta grande cidade e a criação do maior império do mundo abaixo do poder dos deuses. Vítima de violação, a vestal deu à luz a gêmeos e, fosse por boa fé, fosse para enobrecer sua falta atribuindo-a a um deus, responsabilizou Marte como autor daquela paternidade suspeita⁶⁰

Ao mesmo tempo em que enaltece a fundação de Roma, premeditada pelo nascimento de gêmeos que segundo a tradição descendiam de Marte, Lívio no período seguinte desqualifica a tradição, não confirmando a origem paterna de Rômulo. Os gêmeos são fruto de *incertae stirpis*. Segundo Miles, é precisamente nesse excerto que se nota a pretensão de Lívio de cuidadosamente dar a entender que o ideal de identidade romana ligada a Marte não esteja sofrendo um ataque. O Rômulo de Lívio é apresentado como um herói de *incertae stirpis*, criado longe do palácio do rei, de forma auto-suficiente, sem desfrutar do luxo do palácio.

Outro ponto interessante para se indagar acerca do posicionamento ideológico de Lívio é quando ele comenta a origem materna de Ascânio:

não discutirei – e quem poderia fazer afirmações categóricas sobre fato tão antigo? – se este era o verdadeiro Ascânio ou o mais velho, filho de Creusa, nascido da ruína de Ílio, que acompanhou seu pai na fuga, aquele que é

⁶⁰ *Sed debebatur, ut opinor, fatis tantae origo urbis maximique secundum deorum opes imperii principium. Vi compressa Vestalis cum geminum partum edidisset, seu ita rata seu quia deus auctor culpae honestior erat, Martem incertae stirpis patrem nuncupat.*

também chamado de Iulo e que a Família Júlia se diz descendente. Esse Ascânio com certeza era filho de Enéias (1.3.2).

No entanto, ao final do capítulo 1, Lívio comenta que do novo casamento de Enéias com Lavínia, nasceu um filho que os pais chamaram de Ascânio. Marcadamente esta ambigüidade denota a atitude dissimulada de Lívio diante da tradição. Ele sabe muito bem que César e seus familiares dependem de Ascânio para se vangloriarem de sua descendência troiana. No entanto, em Lívio, apesar de dissimulada, a ênfase no fato de que Ascânio provém de solo italiano pode sugerir que Lívio pretendesse por meio de uma estratégia de “morder e assoprar” atacar a pretensão da *gens* Júlia, mas, também, visto de maneira mais abrangente, valorizar o povo latino, e conseqüentemente os povos itálicos.

Quando Lívio relata o reinado de Numa, novamente a questão da identidade romana é enfatizada. A tradição romana recorrente refutava a instrução grega de Numa Pompílio, como se atesta pela menção da mesma questão no *Da Republica* de Cícero

Com certeza temos ouvido dos anciãos , e assim o vulgo estima; mas nada disso vemos que nos satisfaça na autoridade dos anais públicos. Então Cipião: “é falso, e não só falso como também absurdo. Porque não devem supor fatos que, longe de se terem verificado, são impossíveis”.(2.26)

Cícero então explica que apenas no reinado do Soberbo é que Pitágoras teria vivido e chegado à Itália. O mesmo ceticismo para se refutar tal informação está presente em Lívio:

Não há dúvida que somente no reinado de Sérvio Túlio, cem anos mais tarde, foi que este filósofo reuniu discípulos na extremidade da Itália. Ainda que tivesse vivido a mesma época que Numa, como poderia sua fama ter chegado até os sabinos? Em que língua os seus ensinamentos poderiam ter chegado para despertar o interesse de aprendizagem? Sob qual proteção teria sozinho atravessado tantos povos e línguas diferentes? Eu prefiro acreditar que as virtudes de Numa foram resultado de seu temperamento nativo e alma virtuosa, muito mais pela rigorosa e austera disciplina dos antigos sabinos um povo sem comparação entre os povos antigos, que através de influências estrangeiras (1,18)

Em comparação com as afirmações de Dionísio de Halicarnasso, constata-se as dificuldades do historiador grego em refutar a tradição romana, mesmo porque ele afirma ter se baseado em escritores romanos para compor seu relato. Ainda assim, ele esboça uma tentativa de desqualificar a tradição romana, procurando relacionar a origem da sabedoria de Numa com a filosofia pitagórica.

Mas se eu puder expressar minha própria opinião, aqueles que escreveram a história de Numa parecem ter tomado estes dois admissíveis fatos, ou seja, a residência de Pitágoras na Itália e a sabedoria de Numa (pois ele tinha sido considerado por todos como um homem sábio), e combinando os dois argumentos, fizeram de Numa um discípulo de Pitágoras, sem se dar conta

que eles não viveram no mesmo período — ao menos que, de fato, alguém tenha afirmado que havia um outro Pitágoras que ensinou filosofia antes de Samio, e que com ele Numa foi associado. Mas eu não sei como isso poderia ser provado, uma vez que não há, ao menos que eu conheça, um testemunho de algum autor do fato, seja Grego ou Romano. (2,59,4)

A preocupação de Lívio em fortalecer a auto-suficiência da identidade romana pode ser encontrada também no momento em que Lívio comenta da escolha de Numa para o trono de Roma. É possível observar a diferença com que as narrativas se constituem. Lívio descreve que senadores iniciaram disputa pelo poder, e esta disputa se formulava através do confronto dos dois povos, os sabinos, que temiam perder a igualdade de direitos, e os romanos, que se recusavam a aceitar um rei estrangeiro. Lívio pretende aqui ressaltar que não havia ainda disputas entre pessoas renomadas, o que pode ser remetido aos confrontos entre os grandes líderes militares do século I. Sutilmente ele comenta: *não havia ainda indivíduos que se destacassem daquele povo jovem. Outro comentário: a cidade sem poder e o exército sem comando causa medo nos senadores de invasões estrangeiras.*

Em seguida os senadores decidiram dividir o poder de forma que as dez decúrias governariam, se revezando no poder. Lívio então comenta a insatisfação da plebe, pois agora estariam sob a servidão não de um, mas de cem senhores. Como resolução para o impasse o senado decide que o povo deveria escolher o novo rei e então o senado reconheceria ou não o escolhido. Tal procedimento, nas palavras de Lívio, agradou tanto a plebe que eles optaram em retribuir permitindo que os senadores escolhessem o rei.

Em Dionísio de Halicarnasso, se observa uma estrutura semelhante da narrativa. Certamente os dois historiadores se apoiaram nas mesmas fontes, o que garante que a tradição romana serviu comumente a ambos. Dionísio também relata o revezamento entre os senadores. A plebe não aceita a forma de governo proposta, pois os homens não possuem os mesmos propósitos ou a mesma competência. Esta simples diferença entre a mesma manifestação da plebe pode fornecer substratos para observarmos o diferente posicionamento entre os dois autores no que se refere a forma de governo.

Em Dionísio o enfoque se altera. A reclamação da plebe se caracteriza pela diferença entre os que governavam, seja pelos propósitos, seja pela competência. O enfoque da crítica sugere que a monarquia continua a ser a melhor forma de governo, uma vez que enfatiza a estabilidade proporcionada por um governo de apenas um indivíduo. Em seguida Dionísio também menciona que ficaria a cargo dos senadores a escolha do rei. Não é mencionada aqui a disputa entre sabinos e romanos pelo trono, tal como fizera Lívio. O embate se dá entre os velhos senadores e os novos senadores. Não é especificado se os velhos senadores seriam os romanos ao passo que os novos seriam os sabinos.

Nesta mesma linha temática, é possível apontar também a passagem em que Sêrvio Túlio assume o trono romano. Por meio do assassinato de Tarquínio, os filhos de Anco Márcio, preteridos da sucessão do trono quando da morte do pai, pretendiam recuperar o trono. Um dado a ser notado é que pela primeira vez na narrativa de Lívio, é mencionada a sucessão hereditária do trono. Ao final dos reinados anteriores, geralmente era o Senado e o Povo que decidiam quem seria o novo rei.

Em meio à confusão do assassinato do rei, afirma Lívio, a rainha Tanaquil ordena o fechamento das portas do palácio. Dirige-se então a Sêrvio com as seguintes palavras:

Se fores homem, Sêrvio, este reino é teu e não daqueles que serviram da mão alheia para perpetuar abominável crime. Ergue-te e deixa que te guiem os deuses que outrora te anunciaram a glória circuncidando-te a fronte com o fogo divino. É chegada a hora do verdadeiro despertar. Embora estrangeiros, nós também reinamos. Lembra-te apenas de quem és e esquece a tua origem (qui sis, non unde natus sis) (1.41.3).

Num contexto mais amplo, a maneira como tais referências da tradição foram empregadas por Lívio podem indicar seu esforço por constituir uma unidade itálica comum, que ligada e fortalecida ao longo do seu relato fazem frente às tentativas de se incluir a herança grega nas origens dos romanos. A relativização do *de onde se nasce*, exposta pela oposição entre a valorização do *quem és (qui sis)* em detrimento do onde nascestes (*unde natus*) evoca também a auto-suficiência de Sêrvio, um dos mais importantes reis romanos segundo a tradição em decorrência das reformas do Estado atribuídas a ele, estrangeiro e filho de escrava (1.40.3).

A principal evidência para esta conclusão provém da análise elaborada por Miles do relato liviano de Rômulo. A criação dos gêmeos distante do palácio é certamente uma estratégia de Lívio para romper com os laços da origem troiana e enfatizar que a formação do caráter dos gêmeos deve-se mais a sua capacidade de se crescerem longe do palácio e conseqüentemente de uma educação grega.

Além disso, Lívio exalta a humanização de Rômulo, que passa a ser acompanhada na narrativa a partir da valorização da rusticidade dos gêmeos. Abandonados às margens do Tibre, que providencialmente enche e os arrasta para um local seguro, são alimentados por uma loba até serem socorridos por pastores. Em meio ao mundo rústico os gêmeos irão desenvolver esse potencial de auto-suficiência que desemboca também em auto-formação: dedicam-se à caça, e *fortalecendo o corpo e a mente* em seguida passam a investir contra ladrões carregados de despojos, e dividem o saque com os pastores. São seguidos por um bando cada vez maior. Relato diferente é encontrado em Cícero que afirma que na época de Rômulo, há cerca de seiscentos anos, as ciências e letras, já antigas tinham despojado de seu caráter grosseiro e inculto os antigos erros. Este argumento é utilizado para reafirmar a apoteose de Rômulo, uma vez que nessa época em que estava espalhada a cultura, os homens já possuíam conhecimento para não admitir ficções novas, e o fundador de Roma inspirou essa admiração profunda pelo seu gênio e pelas virtudes (De Re Publica 2,20). Em outro momento, Cícero reabre a discussão, relativizando a rusticidade romana.

Cipião: Rômulo foi rei de povo bárbaro?

Lélio: se dividirmos os homens como os gregos, em gregos e bárbaros; mas aplicando o termo aos costumes e não à linguagem, não julgo menos bárbaros os gregos que os romanos

Cipião: aqui pouco importa o povo mas o grau de cultura, e posto que os homens sábios daquela época pouco remota quiseram reis, encontramos testemunhos que já não podemos tachar de antigos nem de inumanos (Da Re Publica. 2,58)

Nesse sentido, a abordagem que enfatiza Rômulo e os primeiros romanos como um povo rústico, e se vangloria disso, é uma característica original em Lívio, e pressupõe a ruptura com a tradição grega. No discurso de Cícero, se evidencia o senso comum romano de se achar superior aos gregos, no entanto, para isso ele enfoca que os romanos já possuíam uma cultura desenvolvida, e que o critério de nomeação de um povo como bárbaro apenas pela sua língua não é suficiente. As relações com o mundo grego sempre proporcionou esta ambigüidade entre os romanos, ora admirados com o desenvolvimento intelectual grego, mas ao mesmo tempo enfatizando o desenvolvimento da cultura romana, principalmente no senso de organização militar e bravura dos soldados romanos.

No relato antes da fundação de Roma, as posições de Lívio e Dionísio de Halicarnasso permanecem opostas. Segundo a tradição canônica, possivelmente proveniente desde Fabio Píctor, a lenda prossegue com Remo seria capturado por Númitor (que na verdade é o seu avô, e foi destronado pelo tirano Amúlio, o responsável pelo abandono dos gêmeos nas águas). Interrogado, Remo conta que tem irmão gêmeo e Númitor acaba o reconhecendo como neto. Novamente as variações entre os relatos reiniciam de forma preponderante para nossa argumentação aqui. Segundo Dionísio, Númitor promove o encontro entre ele e os dois irmãos e juntos eles atacam Amúlio.

Segundo Lívio, enquanto Remo está preso, Fáustulo conta a Rômulo que suspeita de sua origem real. Rômulo então parte para derrotar Amúlio. Remo sai com tropa de Númitor em seu auxílio. Após a derrota do rei, nova discrepância entre os relatos: Lívio demarca bem a

independência dos gêmeos com relação a Númitor, enquanto que Dionísio os mantém sob o vínculo familiar.

No que se refere à iniciativa de fundação de Roma, as divergências entre os dois historiadores exemplificam suas posições ideológicas. Em Lívio, os irmãos devolvem o trono de Alba ao avô, e em seguida decidem fundar uma cidade no local onde haviam sido expostos e criados (1.6). Em Dionísio, Númitor oferece aos jovens a região onde tinham passado a infância (1.85.1)

O mesmo ocorre quando se analisa acerca da resolução do impasse gerado pela disputa entre eles pelo direito de se declarar como fundador. Em Dionísio, o avô é consultado, e é ele quem sugere a consulta dos deuses. (1.86.1). Em Lívio, isso não é mencionado, o que pode indicar que a consulta aos deuses é algo espontâneo, ou natural, entre os gêmeos.

Uma última consideração acerca da construção da noção de auto-suficiência romana. Com relação ao crescimento da cidade, Lívio enfatiza o grande número de gente obscura e de condição baixa. Funda um asilo para receber a turba dos povos vizinhos, mistura indistinta de homens livres e escravos, todos a procura de uma vida nova. Rômulo compreende que para tornar sagradas as leis perante aqueles homens rudes, ele próprio deveria inspirar respeito através das insígnias de sua autoridade. Diz ainda que escolheu cem senadores ou porque esse número fosse suficiente ou porque não havia cidadãos capazes de se tornar senadores (1.8). Quando os romanos vão pedir união matrimonial com os sabinos, justificavam que o início humilde da cidade seria superado pela ajuda dos deuses e sua virtude (1.9).

Contrariamente, Dionísio nega que Roma sendo estabelecimento grego, seja refúgio para bárbaros, fugitivos e vagabundos; ele reconhece a tradição que afirma que Roma recebia

enormes imigrantes de outras comunidades, embora Rômulo só aceitasse homens livres. Essa política imigratória, contudo, não é encontrada nem em Cícero nem em Ovídio (MILES. 1997, p. 190n).

(...) ainda se ignora, entre os gregos todos, ou quase todos, a história antiga da cidade dos romanos, e certas crenças, que não são verdadeiras, mas que têm origem em rumores casuais, enganam a maioria, dizendo que os fundadores da orgulhosa cidade foram indivíduos sem casa, vagabundos, que nem ao menos eram livres (...) (1.4.1)

Todo o levantamento etnográfico empreendido por Dionísio acerca dos primórdios romanos se preocupará em encontrar influências gregas entre os povos vizinhos a Roma e entre os próprios romanos. Os romanos serão sempre imigrantes gregos de alta cultura e sofisticação. Logo mais adiante: *Prometo demonstrar que eram gregos e que se reuniram partindo não das piores e menores nações.* (1.5.1). Mas a continuação deste último excerto permite acrescentar uma ponderação importante. Prosseguindo no discurso de Dionísio:

[2] não deixarei de lado, quanto me for possível, nada do que é digno da história, a fim de apresentar os fatos aos que querem saber o que convém pensar sobre esta cidade, desde que, de modo inteiramente selvagem e hostil, não estejam predispostos contra ele, e não se irrite com a sujeição existente, conforme o que é normal (pois é uma lei da natureza comum aos homens que nenhuma época abolirá: os fortes sempre governam os fracos), e

nem acusem a Fortuna de ter dado gratuitamente a uma cidade imprópria uma tal hegemonia durante tão longo tempo. [3] então aprenderão sim, com a história, que ela produziu homens de mil virtudes desde a origem, logo após a sua fundação, e que nenhuma cidade grega ou bárbara produziu homens mais piedosos, mais justos, que fossem mais sensatos durante a toda a vida e rivais mais fortes na guerra (...) (1.5.2-3)

A idealização da vida rústica promovida por Lívio deve ser vista com um lugar comum entre os escritores romanos, como demonstram as obras de Catão e Virgílio, embora não tão notadamente Cícero. Figuras assim são encontradas nos velhos sabinos de Virgílio, ou nos ámulos que à noite vão procurar lenha a serviço de uma mãe pouco propensa a gracejos, em uma ode de Horácio. Observada dentro do contexto da decadência que se instalou na sociedade romana, a vida no campo é retratada como simples e inocente em comparação com a vida na cidade, sofisticada e repleta de excessos. Além disso, o campo é visto como local de comunidades igualitárias, depositário da tradição, ao passo que a cidade representa o centro do poder focado em um único indivíduo, com mudanças rápidas. (Miles, 1997, p. 168).

3.3. Monarquia e tirania: os reis romanos e o presente de Lívio

Segundo a tradição romana consolidada ao longo do período republicano, a monarquia era vista com maus olhos entre os romanos. Segundo as afirmações de Catão, a grandeza de Roma repousava na ação coletiva e era muito mais duradoura que a vida de um único governante. Do mesmo modo, Lívio compreende a monarquia como etapa do

desenvolvimento de Roma, e mais que isso, o *imperium* do rei não é abandonado, mas dividido entre os côsules, para que se evite que a soberba de um indivíduo ponha em risco toda a sociedade.

Esta visão construída pela tradição republicana é utilizada por Lívio ao iniciar o segundo livro⁶¹, cujo tema é a liberdade desfrutada pelo povo romano, liberdade esta que possuía a mesma intensidade em sentido inverso da soberba do último rei. No entanto, nem todos os reis devem ser considerados como soberbos, mas ao contrário, podem ser considerados fundadores da cidade. Lívio chama a atenção para o risco de uma liberdade imatura (*libertatis immaturae*), ter impedido a gestação do caráter romano, e que o que teria então acontecido com aquela população de pastores e forasteiros (tal como ele descreveu em 1.8, na ocasião da fundação da cidade por Rômulo: gente obscura) seria a liberdade em excesso, que é incapaz de temer qualquer poder instituído para a organização do Estado:

*[4] E se, numa cidade que ainda lhes era estranha, começassem a travar
lutas contra os patrícios [5] antes que os laços conjugais, o amor aos filhos e*

⁶¹ [1] Liberi iam hinc populi Romani res pace belloque gestas, annuos magistratus, imperiaque legum potentiora quam hominum peragam. 2. Quae libertas ut laetior esset proximi regis superbia fecerat. Nam priores ita regnarunt ut haud immerito omnes deinceps conditores partium certe urbis, quas nouas ipsi sedes ab se auctae multitudinis addiderunt, numerentur; 3. neque ambigitur quin Brutus idem qui tantum gloriae superbo exacto rege meruit pessimo publico id facturus fuerit, si libertatis immaturae cupidine priorum regum alicui regnum extorsisset. 4. Quid enim futurum fuit, si illa pastorum conuenarumque plebs, transfuga ex suis populis, sub tutela inuiolati templi aut libertatem aut certe impunitatem adeptam, soluta regio metu agitari coepta esset tribuniciiis procellis, et in aliena urbe cum patribus serere certamina, 5. priusquam pignora coniugum ac liberorum caritasque ipsius soli, cui longo tempore adsuescitur, animos eorum consociasset? 6. Dissipatae res nondum adultae discordia forent, quas fouit tranquilla moderatio imperii eoque nutriendo perduxit ut bonam frugem libertatis maturis iam uiribus ferre possent. 7. Libertatis autem originem inde magis quia annum imperium consulare factum est quam quod deminutum quicquam sit ex regia potestate numeres. 8. Omnia iura, omnia insignia primi consules tenuere; id modo cautum est ne, si ambo fasces haberent, duplicatus terror uideretur. Brutus prior, concedente collega, fasces habuit; qui non acrior uindex libertatis fuerat quam deinde custos fuit. 9. Omnium primum audium nouae libertatis populum, ne postmodum flecti precibus aut donis regiis posset, iure iurando adegit neminem Romae passuros regnare.

mesmo ao próprio solo, a que nos acostumamos apenas depois de muito tempo, a tivesse aproximado dos mesmos interesses?(2.1.4-5)

Roma estaria então mergulhada em discórdia, sem que o Estado pudesse ter amadurecido, ao passo que o governo *calmo e moderado dos reis fizeram-no desenvolver-se de tal modo que, chegado à maturidade de suas forças, pôde gozar os doces frutos da liberdade (2.1.6)*. O poder encontrado em todos os reis, com exceção do último, descrito como calmo e moderado sugere que para Lívio a fundação da cidade ocorreu em etapas, num processo transitório.

Além disso, ao longo do primeiro livro, todos os reis gozam de harmonia com o Senado e com o povo, inclusive Sêrvio Túlio, que não sendo escolhido pelo conselho, mas coroado por Tanaquil: *Sêrvio seria o primeiro a reinar sem o voto popular, mas com o consentimento do Senado (1.41.6)*.

Quando Lívio expõe os termos liberdade e poder, não os coloca como diametralmente opostos, mas sim como complementares. O poder é necessário para a organização do Estado, composto por gente de origem obscura, e nisso consiste em Lívio a superioridade romana, pois quanto mais rústico o povo, menor será seu interesse pela luxúria, que como foi observado no capítulo II, é a maior sintoma da decadência do Estado romano durante as guerras civis. Assim, o poder legítimo dos reis permanece com os cônsules, *que mantiveram todos os direitos e todas as insígnias da realeza. Apenas procurou-se evitar que ambos os cônsules dispusessem dos fasces ao mesmo tempo, para não parecerem duas vezes mais temíveis (2.1.8)*. Ou seja, não há redução no poder do governante, mas apenas a liberdade que os

romanos gozam a partir de então de não se sentirem oprimidos pelos caprichos de um único indivíduo. Temendo então que a realeza pudesse retornar ao poder – realeza aqui sim entendida como tirania – Bruto fez com que o povo jurasse que jamais permitiria novamente reis em Roma. *para que mais tarde não se deixassem seduzir pelas solicitações ou prodigalidades dos reis (2.1.9).*

Quando expõe as maquinações de Túlia, que desembocariam na subida ao trono de Lucio Tarquínio Lívio afirma que “*Roma foi palco de tragédia sangrenta que nos faria abominar a realeza, apressar o advento da liberdade*” (1.46.3).

O *regio metu*, que garantiu a Roma a estabilidade inicial, no entender de Lívio permaneceu no governo dos cônsules, de modo que a liberdade se caracteriza mais pela duração do governo dos cônsules que pela diminuição do poder. O poder herdado de Rômulo já havia sido conquistado graças à derrota de um ditador: Amúlio – tio avô de Rômulo, que devolve o trono ao seu avô.

Se, contudo, na abertura do segundo livro todos os reis são considerados como governantes calmos e moderados (*tranquilla moderatio imperii*), e possibilitaram o desenvolvimento da maturidade, quando se analisa propriamente a narrativa dos reis discrepâncias são encontradas.

Lívio afirma que Tarquínio também expande as fronteiras de Roma (1.56.3). Isso soa contraditório com a afirmação do prefácio do livro II que todos, exceto ele, podem ser considerados como fundadores espaços físicos da cidade. Mais agravante ainda para esta afirmação é observar que no governo de Tarquínio ocorre o prodígio da cabeça humana encontrada no Capitólio (1.55.5).

É necessário então analisar esta construção da personagem histórica por Lívio com relação ao estereótipo legado pela tradição à figura de Tarquínio enquanto *regis superbus*; observá-lo como excluído do grupo dos demais reis pela sua soberba. Lívio (1.49.3) afirma que ele foi o primeiro rei a não submeter os assuntos ao senado; seu poder não possuía legitimidade oriunda nem do povo nem do senado (*ut qui neque populi iussu neque auctoribus patribus regnaret*), e a garantia de sua autoridade não residia na boa relação com o povo, mas no terror (*Eo accedebat ut in caritate civium nihil spei reponenti metu regnum tutandum esset*).

Sinais de tirania são encontrados também no relato de Lívio de Rômulo, que é chamado de *deus, filho de deus, rei e pai da cidade de Roma (deum deo natum, regem parentemque urbis Romanae)*. Na narrativa do episódio de sua morte, Lívio apresenta as versões correntes na tradição. Apresenta que Rômulo desapareceu após uma tempestade e os soldados lhe renderam honras. Em seguida apresenta a outra versão, um rumor de que Rômulo fora assassinado pelos senadores, “*mas que o prestígio do herói e o temor que o povo sentia fez prevalecer a outra versão*” (1.16.4). O motivo que teria levado os senadores a assassinar Rômulo é encontrado ao final do capítulo 15: “*Entretanto Rômulo agradava mais ao povo do que aos senadores, e mais do que qualquer outro foi querido pelos soldados*”. Tal como um tirano era admirado pelas massas e ressentido pela aristocracia (*Admiratio viri et pavor praesens nobilitavit*).

A trajetória de César pode ser facilmente evocada neste contexto, principalmente quando Lívio afirma “*eu suponho que alguém possa ter alegado que os senadores tinham sido os assassinos de Rômulo*” (1.16.4). Ao assassinato de Júlio César pelos senadores, se sucederia uma estrondosa comoção popular diante de seu funeral. Rômulo por sua parte

também foi ovacionado pelos soldados que presenciaram seu desaparecimento. A deificação de Rômulo é confirmada do mesmo modo: o Senado interpreta a visão celestial como evidência da apoteose, e, segundo Miles, não há precedentes deste tipo na história de Roma antes de Júlio César (1997, p.153-4).

Contudo, apesar de evocar os aspectos de tirania, Lívio insiste na excelência dos atos de Rômulo como rei e conclui que eles não são incompatíveis com sua divindade (1.15.6-7). A explicação para tal procedimento deve ser encontrada na constante preocupação em não afetar um dos maiores símbolos da identidade romana.

Muitas das questões da narrativa de Lívio acerca de Rômulo como fundador e líder podem ser vistas como análogas a ambigüidades da posição de Augusto como destruidor e restaurador da República. Augusto afirma que após ter posto fim às guerras civis, transferiu para a *res publica* todo seu poder, colocando-se sob o Senado e o povo romano. E por decreto do Senado recebeu o título de *Augustus* (Res Gestae, 34,3).

O interesse de Lívio e seus contemporâneos no *conditor* seja fundador, ou refundador é um produto natural de uma época caótica quando o destino do estado estava nas mãos de poderosos e havia, simultaneamente a esperança que se materializava na metáfora do renascimento coletivo: esperança de um começo límpido, e retorno aos antigos dias de ouro e inocência.

No entanto, no século I havia ambigüidades na representação de Rômulo. Para Salústio, visto como descontrolado: M. Aemilius Lepidus ataca Sula como aquele mal orientado Rômulo (*scaevus iste Romulus*) (*Hist.* 1.55.5). Por Plutarco sabe-se que Pisão sugeriu que Pompeu fosse assassinado como um tirano, tal como Rômulo havia sido, por ter

alcançado plenos poderes em 67 a.C. (*Plut Pomp. 25.9*). Apenas em Cícero se encontra uma identificação positiva com Rômulo. Mesmo não se referindo nominalmente, se compara ao fundador original pelo renascimento de Roma ocorrido em seu consulado (*Cat.3.2*). Júlio César se esforçou para identificar com Rômulo, mas Rômulo-Quirino, o deus, não o fundador mortal. O que mais pesava sobre a figura do fundador era o caráter fratricida com que havia fundado Roma, e nos Épodo 16, Horácio lamenta que isso determine a ruína do povo romano. Reputação claramente ambígua de Rômulo fez com que Otávio rejeitasse o título pelo teor tirânico e fratricida.

Nesse sentido, o título Augusto expressa melhor as pretensões de Otávio de iniciar uma nova era romana em que o aspecto bélico passa a ser substituído pelo religioso. Isso pode ser visto tanto na opção por Apolo e nas celebrações da vitória, muita mais pela ênfase no restabelecimento da paz do que na figura de um poderoso general que venceu seus oponentes. Assim, exaltar a vitória sobre Antonio e se proclamar como o Novo Rômulo, trariam problemas semelhantes aos enfrentados por César.

Por outro lado, quando se observa a propaganda presente nas moedas, na arquitetura e nas obras de arte, Augusto se auto-identifica como *divi filius*, com forte apelo para a tradição de descendência de Enéias e Vênus. A busca de conciliação entre estas duas características opostas à tradição romana pode ser verificada também pelo culto ao imperador, que segundo S. Price Augusto aceitava para todo império, exceto Roma (1984, p.84 *apud* Miles, 1997, p.165). Isso também pode ser verificado na ostentação com que Augusto reformou a cidade de Roma. Nas palavras de Suetônio (Aug.28) Augusto encontrou uma cidade de tijolos e a deixou como uma cidade de mármore, mas paralelamente, a modéstia de sua casa no Palatino

impressionava tanto como sua insistência para que sua filha e sua neta fossem educadas nos moldes da tradição romana.

O rei Numa Pompílio é descrito como aquele que gozava grande fama por sua justiça e religiosidade (*Inclita iustitia religioque ea tempestate Numae Pompili erat*),

e toda sua sabedoria repousava no seu temperamento nativo e na sua alma virtuosa, muito mais pela rigorosa e austera disciplina dos antigos sabinos um povo sem comparação entre os povos antigos, que através de influências estrangeiras (1.18.4)

Lívio enfatiza o papel de fundador em Numa, ao afirmar que ele refunda a cidade. Anteriormente fundada por Rômulo por meio da força das armas, a nova fundação que sucede complementa a formação do caráter romano. A cidade é refundada no direito, nas leis e nos bons costumes, e a dedicação do templo de Jano é o sinal da separação da paz e da guerra. O templo fechado significa o restabelecimento da paz, tal como ele próprio fizera após concluir tratado com os povos vizinhos. Lívio então sugere que para o risco de relaxamento da disciplina por conta da ausência de inimigos externos, Numa substitui o *metus hostilius* pelo *metus deorum*, infundindo no povo o temor aos deuses. Para tanto, simula contatos noturnos com a deusa Egéria, e institui as principais instituições religiosas romanas. Contrariamente a esta tradição, e preocupado em delimitar o ato de fundação de Roma a apenas um indivíduo, Dionísio de Halicarnasso afirma que as principais instituições religiosas romanas foram criadas por Rômulo (1.21-22).

Em uma recorrência ao período contemporâneo, Lívio conclui o relato de Numa afirmando que a sucessão dos dois primeiros reis contribuiu para a grandeza de Roma, ao proporcionaram o estabelecimento do equilíbrio harmonioso entre as instituições civis e militares, circunstância ausente na sociedade romana dos finais da república, em que a predominância do aspecto militar fortalecia os generais romanos e alimentava a ambição pelo poder.

Os apelos à paz ficam evidentes também no relato de Tulo Hostílio, o mais belicoso dos reis romanos. Depois de um reinado pacífico, a tradição romana sugere o retorno ao campo de batalha. Lívio constrói a personagem de Tulo Hostílio a partir da dicotomia paz e guerra, enfatizando a falta de religiosidade do rei. Deve-se perceber que por trás desta oposição, há também reminiscências do desejo do fim das guerras civis, pois entre os romanos a guerra possuía seus rituais próprios, e os deuses sempre estavam presentes nos combates, como se pode observar pela invocação de Júpiter Féretro por Rômulo (1.10). Em uma segunda fase de sua vida, doente, ele passa então a infundir no povo toda sorte de escrúpulos religiosos (1.31.6). Tulo Hostílio morre castigado por Júpiter, por não saber realizar os procedimentos religiosos. Morreu coberto de glórias militares (1.31.8).

A relação entre o quarto rei romano, Anco Márcio, e Tulo Hostílio, será construída a partir do mesmo princípio utilizado na narrativa de Rômulo e Numa. Rômulo e Tulo com aspectos essencialmente militares enquanto que Numa e seu neto Anco, se preocupam mais com o aspecto religioso. Mas a diferença entre os dois reis está no fato de Anco instituir os rituais dos feciais, utilizados nas declarações de guerra pelos romanos. Pela boca de Anco, Lívio critica Tulo pela negligência aos cultos e a indiferença religiosa (1.32.4). Atuante tanto

nos assuntos de guerra como nos de paz, Lívio caracteriza Anco como o rei que contém os melhores aspectos de seus predecessores (LEVENE, 1991, p.141).

A formação do caráter romano, diferente do que Collingwood pensava acerca da posição de Lívio, estava subordinada à ação de cada um dos reis, na medida em que todos contribuíram para a formação do caráter romano. Mediante isso, pode-se inferir que Lívio via nessa primeira etapa da história de Roma um embrião da República romana, inclusive porque a grande maioria dos reis apenas chegava ao poder mediante a ratificação do Senado. Seu retrato distinto dos reis deve ser visto como resultado da consulta de diversas fontes, que combinadas produziu algo novo (LUCE, 1977, 236).

Assim, a formação do caráter romano dependia de um estágio inicial, em que os reis, cada um a sua maneira lançasse as bases necessárias para o sucesso romano. Dois pontos devem ser destacados: Lívio considera que cada rei desempenhou um papel importante para a história do povo romano; e principalmente, o poder das autoridades possui legitimidade, de modo que o poder herdado de Rômulo e exercido pelos demais reis, continuou a ser exercido nos tempos republicanos (LUCE, 1977, p.239)

A aversão à monarquia devidamente relativizada no discurso de Lívio serve como uma tentativa de se esboçar críticas a modelos de civilização, principalmente aqueles dos monarcas helenísticos. O modo como Lívio procede pra expressar esta opinião pode ser considerado como inovador, principalmente pela constante ênfase sobre ao perfil independente ou nativo atribuído a Rômulo, Numa e Sêrvio. Mas se o modo de proceder é inovador, a ideologia que o acolhe remete-se àquele que prega que a decadência romana tem origem na invasão estrangeira.

Lívio via Roma dos primórdios e os primeiros romanos como diferentes em inúmeros aspectos da Roma de seus dias e de seus contemporâneos e até da época da II Guerra Púnica: falta de sofisticação, pequeno tamanho e insularidade da cidade etc. Lívio não se perturba com isso: os primeiros romanos eram de fato essa mistura de gente de baixo escalão, e seus eventuais feitos como uma nação unificada redundam principalmente devido a sua origem desconhecida. “Ele não vê nenhuma necessidade de aplicar nenhum desinfetante grego neles – pois não tinha grande admiração pelos gregos e, mais importante, porque não acreditava que simples valores nativos eram inerentemente melhor que aqueles de outros povos” (LUCÉ, 1977, p.247).

Considerações Finais

Lívio seguiu a tradição e o rigor da corrente historiográfica na linha de Tucídides e Políbio sem, no entanto, negar a herança de Heródoto nem os procedimentos adotados pelos antiquários para discorrer sobre questões de identidade do povo romano. É o que se pretendeu demonstrar a respeito da fundação da cidade de Roma no relato liviano, e o que evidencia que ele estava ciente de que sua obra, uma vez escrita no formato de História, deveria estar de acordo com a tradição helenística. O que se observa, no entanto, é que Lívio, tal como Cícero o fizera, não suprimiu características presentes em Heródoto em detrimento do padrão imposto por Tucídides.

Nesse sentido, não priorizou a história do presente, mas buscou ao seu modo, impor questionamentos e observar com ceticismo os momentos ditos lendários. Caso seguisse o modelo de Tucídides, sequer abordaria este período da história de Roma. Os motivos que o conduziram a tal procedimento devem então ser observados em suas pretensões de construção (ou apropriação) de uma identidade romana. Por este mesmo argumento, não é mais possível avaliar Lívio como um mero copista dos relatos de seus predecessores, mas que, de acordo com motivações particulares e específicas de sua época, imprimiu sua própria versão aos fatos e soube se valer das teorias e dos modelos de composição de História.

A esta pesquisa restava então avaliar o processo histórico que culmina com o final da República para entender as suas interferências na sociedade romana, para que fosse possível ao menos apontar algumas considerações acerca de questões que poderiam nortear o trabalho de Lívio. Precisamente nos anos de sua juventude, as constantes disputas pelo poder entre os mais influentes senadores e generais romanos reformulavam de maneira dinâmica as aspirações dos romanos diante dos sucessos sobre os inúmeros povos conquistados militarmente. A expansão, por seu turno trazia consigo um caráter ambíguo: trazia riqueza e

fome simultaneamente, paz nas longínquas regiões limítrofes do *imperium*, mas fazia com que os arredores de Roma sucumbissem diante da marcha de exércitos cada vez mais numerosos.

As conquistas geravam riquezas, que por sua vez geravam a decadência. Este dilema estava presente no imaginário da sociedade romana. Roma estaria fadada à derrocada devido ao esplendor de sua grandeza? O que era necessário fazer? Como frear as intermináveis guerras geradas pela ambição de generais? As guerras não mais ocorriam em território vizinho, mas *intra* muros. Havia um consensual apelo pela paz, tanto que uma das primeiras medidas de Augusto foi fechar o templo de Jano.

Ao se estabelecer a relação do passado com o presente, no entanto, há uma questão de relevância notável: perceber que o período que compreende a produção e publicação do primeiro livro da *Ab Urbe Condita*. Como foi demonstrado, o recorte temporal que compõe a presente pesquisa impõe com sutileza um parâmetro para a problemática relação entre Lívio e Augusto. Há muito tempo que a historiografia moderna tem se posicionado, seja atribuindo uma relação de submissão do escritor ao imperador ou total sua independência dele. Não se pretendeu esgotar esta discussão, mas apenas circunscrevê-la no contexto em que o primeiro livro fora escrito. Desta maneira, nosso objetivo era contribuir para com o debate historiográfico a partir de certa relativização da suposta e problemática relação entre Lívio e Augusto. Considerando o estabelecimento da *pax romana* ao longo do seu reinado seria mais fácil supor que Lívio se renderia ao sucesso do *princeps*, mas por outro lado, o súbito encerramento da obra faz supor o contrário, se descartada a hipótese da morte do historiador antes da finalização da obra.

Ao se abordar apenas o primeiro livro, a questão de submissão ou não a Augusto praticamente passaria despercebida, pois o processo de composição dos primeiros livros ocorreu antes da vitória de Otávio sobre Antonio, e se por um lado não é possível saber se Lívio apoiava Otávio, tal como fizera Virgílio, é importante destacar que provavelmente ele estava ciente da falência do sistema republicano e que Roma estava prestes a ser governada por um general, embora, tal como na ambigüidade retratada na figura dos reis, isso não significasse necessariamente a perda da liberdade.

Nos primeiros livros há alguns indícios da vitória de Otávio, mas como foi sugerido no capítulo III, tratam-se de adições posteriores. Obviamente que há um pertinente valor histórico nessas adições, pois demonstram as tentativas de Augusto em interferir numa das principais obras sobre o passado romano de seu tempo. Mas o que se pretendeu demonstrar aqui é que as motivações de Lívio para compor – ao menos para os livros iniciais – a história de Roma foram outras. Em consequência disso, a suposta relação de Lívio com Augusto não deve ser o principal enfoque dos pesquisadores quando se analisa o período legendário. Trata-se de uma abordagem possível, mas não deve ser a principal.

Não significa, no entanto que a compreensão dos nuances que compõe o processo de reconstrução histórica do período mais remoto da história de Roma – sua fundação – estejam estanques à suposta constatação de Lívio da decadência do sistema republicano. Como foi frisado, o caráter utilitarista da sua obra, *historia magistra vitae*, não pode ser circunscrito apenas ao presente. Ao escrever sobre a história de Roma da maneira mais completa possível o historiador pretende demonstrar a grandeza da cidade, rica em bons exemplos e superior a todas as outras.

O futuro, ou as expectativas quanto ao futuro já estão presentes em Lívio ou em Otávio, tal como estão na sociedade romana. As esperanças quanto ao renascimento conviviam lado a lado com o pessimismo de uma inevitável morte biológica de Roma. O programa de reformas que seria aplicado por Augusto se apóia em expectativas que de certa forma são comuns na sociedade romana. Lívio ao seu modo rompe com o sistema de sucessão de Estados polibiano para projetar do presente para o futuro a idéia de Roma eterna. O povo capaz de aprender com a sua história localiza as falhas que conduziram a um estágio decadente, e na história romana houve outras ocasiões de penúria, mas que os romanos souberam contornar.

As expectativas quanto ao futuro que traria o renascimento de Roma, tão esperado por Lívio se diferencia das expectativas de futuro que Augusto transformaria em realidade. A grande diferença está na compreensão dos motivos que levaram Roma à degeneração do sistema republicano. Otávio percebeu que naquele momento um retorno ao viciado sistema republicano era impraticável, e com muita astúcia soube trabalhar com a tradição romana sem se fechar para as condições que estavam impostas para aquele momento. A legitimidade do poder de Otávio repousava no uso da tradição, e esta mesma tradição que se apresentava de maneira ambígua para ele também se apresentava para Lívio.

Mas ao tentar se apropriar destes elementos tradicionais para elaborar o passado romano, contradições que em alguns casos podem ter passado despercebidas, em outros insolúveis, vão se sucedendo. O diálogo que o leitor romano poderia estabelecer com elas não estava definitivamente apenas ligado à obra de Lívio, mas também a outras inúmeras fontes que a tradição oferecia. Pode-se com certeza afirmar que Lívio (mas também Dionísio de Halicarnasso) se vale da tradição como uma massa para formar opiniões de acordo com suas

preocupações próprias. E nesse sentido, ao se remeter ao momento de fundação de Roma e aos primeiros reis, a convivência com a ambigüidade se torna inevitável. A valorização dos reis enquanto fundadores – ou elementos indispensáveis para a consolidação de uma suposta predestinação romana – se apresenta ao mesmo tempo em que eles trazem sinais da decadência.

É necessário então perceber que a associação dos reis com a tirania foi elaborada durante o processo de consolidação do sistema republicano, e pode ser que até seja possível imaginar que durante algum tempo os reis não possuíssem este caráter pejorativo de tirania. Mas como isso pode ficar em meras especulações, inclusive por falta de fontes, talvez seja mais perspicaz neste momento apenas se ater ao fato de que, para Lívio, esta ambigüidade oferece em certo sentido duas lições: enquanto tiranos, os reis são aqueles que abusam do poder, cometem atrocidades, mas por outro lado, são os detentores do poder institucionalizado desde a fundação que legitima a ação de quem está no comando para que se evite que a rusticidade dos primeiros romanos se corrompa. São homens rudes que precisam de leis para sair da barbárie, mas ao mesmo tempo precisam das leis para não cair no *luxus*, ou excesso.

Os sinais de decadência descritos por Lívio estão relacionados então ao momento histórico vivido por ele e seus contemporâneos, e a ambigüidade na figura dos reis deve ser vista como uma questão não resolvida pela tradição. Não o deixava mentir a respeito da tirania seja em Rômulo, Tarquínio Soberbo, ou mesmo em Sérvio Túlio ao assumir o trono; mas que poderia muito bem ser omitida, por exemplo, mediante aos interesses da *gens* Iulia em apontar apenas traços “positivos” sobre Rômulo. Assim como em Lívio, nos demais autores latinos isso se verifica da mesma forma. Horácio lamenta que o fratricídio presente no ato de fundação da cidade é algo recorrente nos tempos finais da República.

Ao que tudo indica então, ao tentar demarcar a distinção entre os reis (embora a figura de Rômulo pudesse permanecer volátil) entre tiranos e fundadores, Lívio pode estar oferecendo mostras de suas posições republicanas. No entanto tais constatações não podem ser entendidas como um mero alinhamento entre Lívio e Augusto como republicano e monarquista respectivamente. Os pesquisadores modernos assim pensavam em consequência de Lívio ser chamado por Augusto de *pompeianus*.

Discutimos o processo de alteração na sociedade romana a partir de suas conquistas mediterrâneas e como tal processo foi entendido pelos antigos como sinal de decadência. O enfoque sobre a diferença nas concepções de decadência de Políbio, Salústio, Cícero, Catão forneceu elementos para se perceber que havia distintas opiniões entre as elites, e que Lívio opta pela tradição que remontava a Catão e Pisão. A ampliação de território teria aproximado Roma de culturas inferiores que seriam as responsáveis pela corrupção da sociedade romana.

Dessa forma, se posiciona contrariamente à tradição dos reis orientais, incluindo-se aí a tradição Alexandrina, tão inspiradora dos generais romanos. Assume essa posição em defesa das bases senatoriais tradicionalmente romanas. Mas a resolução desta questão não é tão simples como pode parecer. Principalmente porque aparentemente Lívio não tem motivos para se posicionar seja do lado de *optimates* ou *populares*, pois sequer participava do círculo político romano. Ao contrário dos demais historiadores romanos, Lívio não usa sua história para condenar a decadência proveniente da ambição dos romanos sejam eles aliados de César ou Cícero. Ao que parece, em sua obra não se encontram críticas partidárias ao um ou ao outro grupo.

A constatação desta pesquisa é que ao trabalhar com dicotomia monarquia e república, ou tirania e liberdade, Lívio está interessado em demarcar a distinção das concepções entre modelos de civilização, em oferecer uma interpretação válida para a decadência romana através da composição de uma fronteira entre estes modelos, de modo a, ao menos é o que parece, manter esta fronteira intransponível. Assim, rústico e requintado são elementos que se opõem da mesma maneira que a participação coletiva na cena política republicana não se compatibiliza com a permanência de um ditador com plenos poderes por tempo ilimitado. A Roma do seu presente contrasta muito bem essa riqueza do privado diante da rusticidade tradicional pública, com seus templos de terracota. E a origem da riqueza do privado está na influência trazida pela imitação dos costumes dos vencidos.

O renascimento romano depende então da percepção dos romanos de que a decadência é externa. O objetivo de Lívio em reconstruir o passado sob esta premissa pode indicar sua intenção de opor os modelos de civilização. Ora, os primeiros momentos de Roma são os aqueles em que ele procura romper a todo custo qualquer que seja a influência grega. Rômulo enquanto rústico perde o vínculo com a tradição troiana. Ao mesmo tempo, Numa não recebe ensinamentos de Pitágoras, mas sim da tradição sabina. A posição de Lívio é aquela de acentuar a posição dos itálicos como base identitária romana.

Referências Bibliográficas

Fontes Impressas

CICERO. *On The Republic & On The Laws*. Translated by Clinton W. Keyes. Harvard University Press & London, William Heinemann Ltd., 1928. (Loeb Classical Library)

CICERO. Da República. Tradução de Amdor Cisneiros. São Paulo: Editora Escala, s/d. Coleção Mestres Pensadores.

DIONYSIUS OF HALICARNASSUS *Roman Antiquities* Volume I Books 1-2 & Volume II Books 3-4 Translated by Earnest Cary. Harvard University Press & London, William Heinemann Ltd., 1937. (Loeb Classical Library)

LIVY. *Livy*, with an English translation in fourteen volumes. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press & London, William Heinemann Ltd. Volume I, books 1-2. Translated by B. O. Foster. 1942 (Loeb Classical Library)

LIVY. *The Early History of Rome. Books I – V*. Translated by Aubrey de Sélincourt, with introduction by R.M. Ogilvie. London: Penguin Books, 1971.

LIVY. *Rome and Italy. Books V - X*. Translated by Betty Radice, with introduction by R.M. Ogilvie. London: Penguin Books, 1982.

LIVY. *The War with Hannibal. Books XXI - XXX*. Translated by Aubrey de Sélincourt, with introduction by Betty Radice. London: Penguin Books, 1972.

LIVY. *Rome and the Mediterranean. Books XXXI – XLV.* Translated by Henry Bettenson, with introduction by A. H. McDonald. London: Penguin Books, 1976.

SALLUST. *War with Catiline. War with Jugurtha. Selections from the Histories. Doubtful Works.* Translated by J. C. Rolfe. Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press & London, William Heinemann Ltd., 1921. (Loeb Classical Library)

SALÚSTIO, Obras: Guerra Catilinária e Guerra Jugurtina, tradução portuguesa de Barreto Feio São Paulo: Ediouro, s/d

SUETONIO. *A Vida Dos Doze Césares.* São Paulo: Ediouro, s/d.

SUETONIUS *The Lives of the Caesars, Volume I.* Translated by J. C. Rolfe. Introduction by K. R. Bradley. Harvard University Press & London, William Heinemann Ltd., (Loeb Classical Library)

TITE-LIVE. *Histoire Romaine.* Tome I, Livre I. Text Traduit par Gaston Baillet et établi par Jean Bayet. Paris: Les Belles Lettres, 1954.

Obras de Referência

BURGUIÈRE, André. Dicionário das Ciências Sociais. Tradução de. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CURTIUS, Ernest Robert. Literatura Européia e Idade Média Latina. Tradução de. P. Rónai e T. Cabral. São Paulo: Edusp/ Hvcitec, 1996 (Clássicos).

DAREMBERG C., SAGLIO, E. Dictionnaire des Antiquetés grecques et romaines. Gras: Akademische Drück, 1963.

ERNOUT,A. , MEILLET,A. Dictionnaire étymologique de la langue latine. Histoire des Mots. 2.e. Paris: C. Klincksieck, 1939.

GRIMAL, P. Dicionário de Mitologia Grego-romana. Tradução de. De Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, s/d.

LAUSBERG, Heirich. Elementos de Retórica Literária. Tradução e Adiantamentos R. M. Rosado Fernandes. Lisboa: Fundação Caloust Gulbenkian, 2a. Edição, 1967.

SARAIVA, F.R.S. Novíssimo Dicionário Latino-Português. Etimológico, Prosódico, Histórico, Geográfico, Mitológico, Biográfico. 10 e. Rio de Janeiro: Garnier, 1993.

Bibliografia

ALFOLDY, G. *A história social de Roma*. Tradução de. Mara C. Cary. Lisboa: Ed. Presença, 1989.

ALLEN, A. W. Livy as literature. *CP*, 51, nov. 1956, p. 251-254.

BEARD, M. Cicero and divination. *JRS*, 76, 1986, p. 33-46.

BEARD, M.; NORTH, J. & PRICE, S. *Religions of Rome. A Sourcebook*. Cambridge: Univ. Press, 1998. 2 v.

BIGNONE, Ettore. *História de la Literatura latina*. Trad. Gregório Halprin. Buenos Aires: Losada, 1952.

BRUN, Jean. *O Estoicismo*. Tradução de João Amado. Lisboa: Edições 70, 1986.

BURKET, Walter. *Antigos cultos de mistério*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1991.

CANFORA, Luciano. *Studi di Storia della storiografia romana*. Bari: Edipuglia Srl, 1993.

CARCOPINO, J. *A vida quotidiana em Roma no apogeu do Império*. Tradução de. António J. Saraiva. Lisboa: Ed. Livros do Brasil, s.d.

CARDOSO, Zélia de Almeida. *A literatura latina*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

CAVALLO, G. Entre volumen e codex: a leitura no mundo romano. In: CAVALLO, G. & CHARTIER, R. *História da leitura no mundo Ocidental*. Tradução de. Fulvia M. L. Moretto, G. M. Machado, J. A. Macedo Soares. São Paulo: Editora Ática, 1998.

CHARTIER, R. *A História Cultural - Entre Práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988.

CIRIBELLI, Marilda Corrêa. *Tito Lívio e a crítica histórica moderna*. São Paulo: FFLCH, USP, 1978.

CORASSIN, M. Luiza. *Bachanalia na República Romana*. In: BENOIT, H.; FUNARI, P.P.A.(Orgs) *Ética e Política no mundo Antigo*. Campinas: Unicamp, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

CRAWFORD, M. Early Rome and Italy. In: BOARDMAN; J. GRIFFIN, J; MURRAY, O. *The Oxford History of the Classical World*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1995, p. 387-416.

CUTRO, Lúcia. *Crenças e práticas religiosas referentes à guerra em Tito Lívio*. São Paulo, FFLCH, USP, 2001.

DAVIAULT, A. Le Mos Maiorum. In: GAILLARD, J. (dir.). *Rome 1er siecle av J-C*. Paris : Ed. Autremant, 1996, p. 58-71.

DELGADO, J. Jiménez. *Clasificación de los prodigios titolivianos*. *Helmantica*, XII, 1961 a, p. 441-61.

DELGADO, J. Jiménez. Importancia de los prodigios en Tito Livio. *Helmantica*, XII, 1961 b, p. 27-46.

DELGADO, J. Jiménez. Postura de Livio frente al prodigio. *Helmantica*, XVI, 1963, p. 381-419.

DUCOS, Michèle. Les Passions, les hommes et l'histoire dans l'œuvre de Tite-Live. *R.É.L.*, 65, 1987, p. 132-147.

DUMÉZIL, George. *La religione romana*. Trad. do fr. Furio Jesi. Milão: Rizzoli Editore, 1977.

FELDHERR, A. *Spectacle and Society in Livy's History*. Los Angeles/ Berkley/ London: University of California Press, 1998.

FINLEY, M.I. *Aspectos da Antiguidade*. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

FINLEY, M.I. *História Antiga: testemunhos e modelos*. Tradução de Valter L. Siqueira. São Paulo: Martins Fontes, 1994.

FINLEY, M.I. *Uso e abuso da história*. Tradução de. Marylene Pinto Michael. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

FINLEY, M.I.A *Política no mundo antigo*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1985.

FOUCAULT, M. *A microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 6ª e. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* Tradução de António Fernando Cascais e Eduardo Cordeiro. Lisboa: Passagens, 1992.

FUNARI, Pedro Paulo A. Razão Possessão, Derrisão: Três facetas das práticas divinatórias entre os romanos. *Clássica*, v. 4. São Paulo, 1991, p. 135-144.

GAILLARD, Jacques. Cicerón, conscience de son siècle. In: _____ (dir.). *Rome 1er siecle av J-C*. Paris : Ed. Autremant, 1996, p.145-162.

GOMÉZ, Jesús Bartolomé. Discurso Del autor y discurso De los personajes: El origen de Sérvio Túlio segun el relato de Tito Livio. *Estudios Clásicos*, 108, 1995, p. 93-111.

GRANDAZZI, A. La nostalgie dès Orígenes. In: GAILLARD ,J. (dir.). *Rome 1er siecle av J-C*. Paris : Ed. Autremant, 1996, p.16-27.

GRIMAL, P. *A Civilização Romana*. Tradução de Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1984.

GRIMAL, P. *Virgílio ou o segundo nascimento de Roma* São Paulo: Martins Fontes, 1992..

GRIMAL, P. *O império romano*. Tradução de. Isabel St. Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1993.

GUARINELLO, Norberto Luiz. *Imperialismo greco-romano*. São Paulo: Ática, 1987.

GUARNIELO, Norberto Luiz. Religião e artes divinatórias na Etrúria Antiga. *Clássica*, v. 4. São Paulo, 1991, p. 123-133.

HARTOG, F. Heródoto. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Sociais*. Tradução de. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 378-379.

HARTOG, F. Tucídides. In: BURGUIÈRE, André. *Dicionário das Ciências Sociais*. Tradução de. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p.756-758.

HARTOG, François (Org). *A História de Homero a Santo Agostinho*. Tradução de. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

HEIBGES, Ursula. Cicero, A Hypocrite in Religion? *AJPh*, XC-3, 1969, 304-312.

HOWARD, A. A. Valerius Antias and Livy. *HSPH* 17, 1906, p.161-182.

JAEGER, Mary. *Livy's written Rome*. Michigan: University of Michigan Press, 2000.

JAL. P. Tite-Live et le métier d'historien dans la Rome d'Auguste. *BAGB* 1990, p. 32-47.

JUMEAU, R. Tite-Live et l'historiographie hellénistique. *REA*, 1936, p. 63-68.

KRAUS, Cristina S. No second Troy: Topoi and Refoundation in Livy, Book V. *TAPA*, 124, 1994, 267-289.

KRAUS, C.S. & WOODMAN, A.J. Livy. In: *LATIN HISTORIANS*. London: Oxford, 1997, p. 51-81.

LATTE, K. Livy's Patavinitas. *CP*, 35, no. 1, jan, 1940, p.56-60.

LAURENCE, Ray, & BERRY, Joanne. *Cultural Identity in the Roman Empire*. London/NY: Routledge, 1998.

LE GLAY, Marcel. *La Religion Romaine*. Paris: Armand Colin, 1991.

LEVENE, D. S. *Religion in Livy*. Leiden: E. J. Brill, 1993.

LIEBESHUETZ, W. The religious position of Livy's History. *JRS*, vol. LVII, 1967, p. 45-55.

LUCE, T. J. Dating of Livy First decade. *TAPA*, 96, 1965, p. 209-240.

LUCE, T. J. *Livy: The Composition of his History*. Princeton: Princeton University Press, 1977.

MARINCOLA, J. *Greek Historians*. London: Oxford University Press, 2001. G&R, New surveys in the classics n°. 31.

MAZZARINO, Santo. *O Fim do Mundo Antigo*. Tradução de Píer Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MELLOR, Ronald (ed.). *The Historians of Ancient Rome*. London/ New: Routledge, 1998.

MELLOR, Ronald. *The Roman Historian*. London/New York: Routledge, 1999.

MILES, Gary. *Livy: Reconstructing Early Rome*. Ithaca, London: Cornell University Press, 1997.

MOMIGLIANO, A. *¿Mentía Fabio Pictor?* In:_____. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. Trad.Stella Mastrange. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p.89-94.

MOMIGLIANO, A. *El tiempo en la historiografía antigua*. In:_____. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. Tradução de Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p.155-175.

MOMIGLIANO, A. Georges Dumézil y el enfoque trifuncional de la civilización romana. In:_____. *De Paganos, Judíos y Cristianos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 466-506.

MOMIGLIANO, A. História e Biografia. In: FINLEY, M.I. (org). *O Legado da Grécia – uma nova avaliação*. Tradução de Yvette Vieira Pinto de Almeida. Brasília: Editora UNB, 1998. p.181-210.

MOMIGLIANO, A. La religión romana: el período imperial. In:_____. *De Paganos, Judíos y Cristianos*. México: Fondo de Cultura Económica, 1996, p. 290-327.

MOMIGLIANO, A. *La tradición y lo historiador clásico*. In:_____. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. Traducción de Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 140-154.

MOMIGLIANO, A. Las creencias religiosas populares y los historiadores romanos tardíos. In:_____. *Ensayos de historiografía antigua e moderna*. Trad.Stella Mastrangelo. México: Fondo de Cultura Económica, 1993. p. 124-139.

MOMIGLIANO, A. Los Esfuerzos teológicos de las classes altas romanas en siglo I a.C. In:_____. *De Paganos, Judíos y Cristianos*. México: Fundo de Cultura Económica, 1996, p. 99-126.

MOMIGLIANO, A. *Raízes Clássicas da Historiografia Moderna*. Tradução de M. B. B. Florenzano. Bauru: Edusc, 2004.

MOMIGLIANO, A. Sulla Religione Romana. *Rivista Storica italiana*. Vol. XCVI, Fasc. III. Settembre. 1984, p. 771-783.

NICOLET, C. *O Cidadão e o Político*. In : GIARDINA, A. (Org) *O Homem Romano*. Tradução de Maria J. V. De Figueiredo. Lisboa : Editorial Presença, 1992. p. 19-48.

NOCK, A.D. Religious developments from the close of Republic to the reign of Nero. In *CAH* v. 10, Cambridge, 1971. p. 465-511.

NORTH, J. A. *Roman Religion*. London: Oxford University Press, 2000.

NORTH, J. Politics and Aristocracy in the Roman Republic. *CP*, 85, no.4 (oct), 1990, p. 277-287.

NOVAK, Maria da Glória. Adivinhação, Superstição e Religião no último século da República (Cícero e Lucrécio). *Clássica*, São Paulo, v. 4, 1991, p. 145-161.

NOVAK, Maria da Glória. Estoicismo e Epicurismo em Roma. *Letras clássicas* Nº 3, 1999, p. 257-273.

OLGIVIE, R. M. Livy, Macer and libri lintei. *JRS*, 48, 1958. p. 40-46.

PARATTORE, Ettore. *História da Literatura Latina*. Tradução de. Manuel Losa. Lisboa: Fundação Calouste Guldenkian, 1987.

PETERSON, H. Livy and Augustus. *TAPA* 91, 1961, p. 440-452.

PIÉRART, M. L'Historien Ancien face aux mythes et aux legends. *LEC* 51, 1983. p.47-62; 105-115.

PLEBE, Armando. *Breve História da Retórica Antiga*. Tradução de. Gilda N. Maciel de Barros. São Paulo: Edusp/EPU, 1978.

POUCET, Jacques. *Les origines de Rome*. Bruxelles: Publications des Facultés Universitaires Saint-Louis, 1985.

POUTIGNAT, Philippe. STREIFF-FENART, Jocelyne. *Teorias da etnicidade. Seguido de Grupos étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. Tradução de. Elcio Fernandes. São Paulo: Fundação Editora UNESP, 1998.

PRICE, S.R. F. Between men and god: sacrificial in the roman imperial cult. *JRS*, 70, 1980, 28-43

PRICE, S.R. F. Gods and Emperors. The Greek Language in the imperial cult. *JHS* 104, 1984.

RAWSON, E. Prodigy lists and the use of Annales Maximi. *CQ*, New series, vol. 21, no. 1, 1971, p. 158-169.

RAWSON, E. The Expansion of Rome. In: BOARDMAN; J. GRIFFIN, J.; MURRAY, O. *The Oxford History of the Classical World*. Oxford, New York: Oxford University Press, 1995, p. 417-437.

RAWSON, E. Caesar heritage - hellenistic kings. *JRS* 65, 1975, p. 148-159.

RIVES, James. Religion in the Roman Empire. In: HUSKINSON, Janet (Ed.). *Culture, Identity and Power in the Roman Empire*. New York: Routledge/ The Open University, 2000.

RODGERS, Barbara Saylor. Great Expeditions: Livy on Tucydides. *TAPA*, 116, 1986, p. 335-352.

SCHEID, J. O Sacerdote. In: GIARDINA, A. (Org.). *O homem romano*. Tradução de. Maria Jorge Vilar de Figueiredo. Lisboa: Editorial Presença, 1992, p. 149-168.

SEBASTIANI, Breno Battistin. *Tito Lívio e Cipião Africano: a construção da personagem histórica*. São Paulo: FFLCH, USP, 2002. Dissertação de Mestrado.

SYME, E.G. R. Livy and Augustus. *HSPh* 64, 1959, 27-87.

THOMAS, J. Tite-Live et Virgile: la celebration du destin Roman. In: GAILLARD, J. (dir.). *Rome 1er siecle av J-C*. Paris : Ed. Autremant, 1996, p. 162-175.

TROIANI, L. La religione e Cicerone. *Rivista Storica Italiana*, v.. XCVI. Fasc. III. Setembro, 1984, p. 920-952.

VERNANT, J.-P. Introdução. In: _____. *Mito e religião na Grécia Antiga*. Trad. Constança Marcondes César. Campinas: Papyrus, 1992, p.7-17.

VEYNE, P. O Império Romano. In: ARIÈS, P. & DUBY, G. (orgs.). *História da vida privada. Do império romano ao ano mil*. Tradução de. Hildegard Feist. São Paulo: Cia das Letras, 1992, v. 1.

VIDAL-NAQUET, P. *Os gregos, os historiadores e a democracia*. Tradução de. Jônatas Batista Neto. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

WALSH, P. G. Livy and Stoicism. *AJPh*, 79, 1958, p. 355-375.

WALSH, P. G. Making a drama out of a crisis: Livy on the Bachannalia. *G&R*, XLIII, nº 2, outubro, 1996.

WALSH, P. G. The literary techniques of Livy. *AJPh*, 1954.

WALSH, P. G. The Livy's Preface and the distortion of history. *AJPh*, 76, 1955 p. 369-383

WALSH, P. G. The Negligent Historian: 'Howlers' in Livy. *G&R*, V, no.1, march, 1958, p.83-88.

WOODMAN, A. J. *Rethoric in classical Historiography*. Portland : Areopagitica Press, 1988.

ZANKER, Paul. *Augusto y el poder de las imágenes*. Versión Española: Pablo Diener Ojeda. Madrid: Alianza Forma, 1992.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.